

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANA CAROLINA CAETANO MATIAS

**As cargueiras do Cerrado:
catadores de recicláveis na fronteira da sustentabilidade**

**Brasília
2018**

ANA CAROLINA CAETANO MATIAS

As cargueiras do Cerrado
Catadores de recicláveis na fronteira da sustentabilidade

Dissertação de mestrado em processo de escrita a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Guilherme José da Silva e Sá

Brasília

2018

AS CARGUEIRAS DO CERRADO:
CATADORES DE RECICLÁVEIS NA FRONTEIRA DA
SUSTENTABILIDADE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Guilherme José da Silva e Sá

Avaliado em: 28/08/2018

Aprovado em: 28/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Guilherme José da Silva e Sá (DAN/UnB - presidente da banca)

Pedro Henrique Isaac da Silva (IFB)

Cristina Patriota de Moura (DAN/UnB)

Eduardo di Deus (FE/UnB)

Aos senhores das ruas:

Kiuá Aluvaiá! Kiuá!

Ao pessoal do Cerrado com todo respeito e gratidão.

À força das matas, sempre minha força:

Kiuá Mungongo!

Ao pai da pureza:

Epiê epiê Pêmbelê!

AGRADECIMENTOS

Muitas são as presenças, ideias, encontros e desencontros que fazem deste texto: o que ele é agora em seus acertos e limitações. Antes de tudo, não poderia ir adiante na pesquisa e na escrita sem a receptividade das interlocutoras, principalmente das mulheres catadoras e ex-catadoras, que entre 2016 e 2018 estiveram abertas às minhas visitas assíduas e também aos encontros fortuitos e frequentes na nossa vizinhança em comum, a Asa Norte - a cidade que se descortinou em expansões no sentido do espaço e da vivência cotidiana.

Agradeço e dedico este trabalho a cada colaboradora e colaborador sem as quais esta pesquisa e seus prolongamentos nada seriam: muito obrigada à Dona Caçula, Nem, Edilânia, Dadá, Bibi, Vitória, Jorge, Fabrício, Nicássio, Edvan, Luciano, Seu Benedito, Benônio, Seu Maranhão, Márcio, Seu Xalita, Dona Marlúcia e Bila. Imensa gratidão por confiar e compartilhar tempos, histórias, caminhos e afetos.

Sincera gratidão à Mairla Feitosa, guerreira que mudou a história do Cerrado. Grata também por ter aceitado que esta pesquisa se iniciasse nos terrenos da espera em novembro de 2016. Gratidão ao Francisco, Breno e Ricardo por toparem mostrar as outras etapas da reciclagem para além da rua. Ao Luís e ao Irmão José pela disponibilidade e confiança. Muito obrigada à Aline Souza, da Centcoop, por se dispor a nos receber, compartilhar e ensinar sobre a realidade da reciclagem dentro e fora do DF.

Agradeço também aos colegas, professores e servidores do PPGAS-DAN por todas as pequenas e grandes ajudas que favoreceram este texto estar pronto agora. Muito obrigada à Rebecca Ditz que forneceu importantes dados e foi sempre aberta e gentil. Agradeço também à Peti (Luciana), Vinícius J. e Alex Cordeiro por suas contribuições e dicas entre leituras e mais leituras. Difícil é trazer cada um que pôs seu pensamento à mostra, dentro e fora de aula no período do mestrado e que fez parte da espiral das ideias que contribuíram com as reflexões que aqui estão. Agradeço ao querido e divertido João Lucas, à Mari Cintra, Bernardo, Gabriela, Marco e às colegas da Antropologia e da turma de 2016.

Agradeço também ao grupo T/terras, à Professora Marcela e às demais professoras do Departamento, em especial à professora Soraya por ter dedicado sua atenção à escrita etnográfica e antropológica de forma generosa e construtiva.

Muito devo à Julia Verdum, sempre amiga e cuidadosa, pela alegria, persistência nas bibliotecas e por estar junto na travessia. De levezas a terra se faz.

Ao Professor Dr. Guilherme José Sá e Silva por ter aceitado ser orientador e ter apresentado a Antropologia na sua grandeza. Agradeço por ter confiado no potencial da pesquisa e na minha capacidade como pesquisadora.

Ao Professor Dr. Pedro Henrique Isaac Silva por ter aparecido com a sorte dos bons encontros. Agradeço pela tarde de conversa e pela disponibilidade em participar da banca de avaliação.

Também agradeço à Professora Dra. Cristina Patriota de Moura por aceitar fazer parte da banca e pelas aulas inspiradoras de Antropologia Urbana.

Ao Professor Dr. Eduardo di Deus, muito obrigada por toda disponibilidade para além da banca de avaliação.

Agradeço à CAPES, agência financiadora da pesquisa e a todos os esforços do pessoal do DAN-UnB (Prof. Andréa, Rosa, Carol e Jorge) em manter tudo em funcionamento. Agradecida às servidoras pela competência de sempre.

Também no DAN-UnB, muito obrigada ao André Muniz Leão por tornar o IRIS (Laboratório de Imagem e Registro de Interações Sociais) um ambiente sempre acessível e que me possibilitou experimentar diferentes formas entre a Antropologia e o Cinema.

Agradeço também ao pessoal que segue "no rastro das cargueiras" pela vias do trabalho coletivo: Maria Cândida, Tiago, Lorena e Gustavo por aceitarem fazer o sonho possível. À Camila Machado por me ensinar a captar sons, a ouvir como prática sensível e a ser a pessoa linda que é. Ao Ivan Viana, grata pelo apuro, dedicação às imagens e pela presença serena. À Isabelle Araújo pela contribuição decisiva com a montagem dos vídeos das rotas e por esses serem apenas o começo da nossa jornada na ilha de edição. Agradeço a amizade e a parceria do Igor Zeredo, por todas as conversas, por me ajudar a ver o cinema em forma escrita. Agradeço também por trazer uma versão em inglês do resumo. Ao Ádon Bicalho pela amizade e dedicação à fotografia analógica. Ao Barco Estúdio e aos parceiros

ratos de laboratório, Vini e Léo, por me inspirarem a voltar a fotografar e a frequentar a escuridão.

As amigas e aos amigos, à Lu, Léo e Olinda pelo apoio imenso, amor e carinho de todo dia, por tudo, sempre - agradecida e agraciada! Às amigas e amigos que estiveram por perto ou continuam a me apoiar de longe: João Lucas (o dj favorito), Edileuza, Nayla, Henrique, Andressa, Dianne, Renato e Cauê. À Nayla Ramalho também pela revisão final do texto e todo o interesse em fazer do conhecimento algo partilhado.

À minha família espiritual, eterna gratidão: à Mametu Bandulegi e seus filhos, meus irmãos e irmãs, especialmente aos meus padrinhos por todo carinho. Aos Jinkice, Caboclos e Aluvaiás que tem dado a paz, a força e o equilíbrio para seguir adiante a cada dia. A todas e a todos: tanto a agradecer.

*Estos son algunos hombres
De obligaciones, que pasan
Necesidad, y procuran
De esta suerte remediarla
Saliense a los caminos...*

*Velez de Guevara
em João do Rio: A Alma Encantadora das Ruas.*

RESUMO

Observando a morfologia espacial de Brasília e a trajetória de uma comunidade de catadores vindos de Iguatu, no Ceará, visamos apresentar as especificidades de uma variação da situação de rua recorrente na capital brasileira, *a situação de Cerrado*. A técnica de trabalho predominante entre o grupo, a reciclagem autônoma com as bicicletas *cargueiras* indica que o trabalho autônomo nas ruas da cidade tem desafiado a precariedade e os modelos de sustentabilidade previstos no desejado urbanismo verde. Para além disso, a eficiência na lida como catadores ciclistas revela que os usos das tecnologias tem gerado aprimoramentos e soluções eficazes e acessíveis para o trabalho com a reciclagem independente. Esta pesquisa busca contribuir para que os arranjos populares de moradia e de trabalho passem a ser melhor compreendidos em sua importância ambiental, social e mercadológica. Para tanto, buscamos evidenciar a expertise da reciclagem nas bicicletas *cargueiras* a partir dos trajetos cotidianos e das trajetórias pessoais dos e das catadoras colaboradoras.

Palavras-chave: catadores de recicláveis; reciclagem; bicicleta; Cerrado; situação de rua.

ABSTRACT

Taking into account Brasilia's spatial morphology and the trajectory of a community of waste pickers from the city of Iguatu, Ceará, we aim to present the specificities of a different form of street life that is recurrent in the capital of Brasil: the *Cerrado life*. The dominating work technique in this group, the autonomous recycling with a cargo bike, indicates that the autonomous work in the streets have been challenging both the precariousness of such conditions and the sustainability models anticipated by green urbanism. Also, the efficiency of recycling on a bicycle shows that the ways in which this technology has been used have been generating improvements on the autonomous recycling work, as well as efficient and accessible solutions. This research aims to contribute so that the housing and working arrangements of the lower classes may be better understood in their environmental, social and economic importance. To that end, we will bring to light the expertise of the recycling cyclers by describing the day-to-day routes and personal trajectories of the collaborating waste pickers.

Keywords: waste pickers; recycling; bicycle; Cerrado; street life.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 e 2: Dadá na lixeira sob a sombra do pau-ferro.....	69
Imagem 3: Dadá no início da rota.	70
Imagem 4: Chegada do caminhão da coleta durante a reciclagem de Dadá.	71
Imagem 5 e 6: Ajustando os primeiros sacos de garrafas.....	71
Imagem 7: A reciclagem não se restringe às lixeiras destinadas ao lixo seco.....	72
Imagem 8: Dadá no caminho das entrequadras.....	73
Imagem 10: As últimas lixeiras em um "dia fraco".....	73
Imagem 10: Detalhe do quadro da bicicleta, também reciclado.	74
Imagem 11: Os sacos são dispostos na parte frontal e traseira da bicicleta.	75
Imagem 12: Na volta, com a subida, fica difícil pedalar para o Pé de Manga.....	76
Imagem 13: Uma das cargueiras no Pé de Manga, já descarregada.....	76
Imagem 14: Resultado dos bregueces de Edivan e Dadá na Feira do Paranoá.	77
Imagem 15 e 16: Os eletrônicos e as miudezas para a casa e para uso pessoal compõem os bregueces levados para venda.	78
Imagens 17 e 18: Bispo Dom Leonardo junto aos integrantes da Associação Pop de Rua na inauguração da sede.....	83
Imagens 19 e 20 (superiores): detalhes dos caminhos internos nas quadras percorridos a pé.	96
Imagem 21: Volta completa com o Bila, desde o Cerrado: total 16 quilômetros.....	96
Imagem 22: Contêiner trancado para evitar o acesso aos catadores de rua.....	111
Imagem 23 e 24: Dona Caçula usa um cabo para acessar o material do fundo das lixeiras.	112
Imagem 25 e 26: Quando Dona Caçula vai trabalhar na área interna das residenciais, a cargueira espera na sombra, sem cadeado.....	113
Imagem 26 e 27: Fechando um contêiner e enchendo a cargueira com o material recolhido.....	114
Imagem 28 e 29: Saindo de volta para o Pé de Manga.	115
Imagem 32: Luciano separa as latinhas para pesagem.....	117
Imagem 33: Luciano e Francisco pesam o bag.	118
Imagem 34 Os bags no Pé de Manga em dia que Francisco compra os materiais.....	118
Imagem 35: Depois de carregado, o caminhão de Francisco segue para seu depósito.	119
Imagem 36: Francisco no próprio depósito onde pode guardar os bags trazidos do Cerrado.....	119
Imagem 37 : Dona Quinquinha separando os diferentes tipos de plásticos na cooperativa.....	120
Imagem 38 (díptico): O caminhão de Ricardo e o caminhão de Francisco lado a lado.	121
Imagem 39: Depois de separados por tipos, os bags são pesados no caminhão de Ricardo.....	121
Imagem 40 (políptico): Breno carrega o caminhão da empresa compradora manualmente.....	122
Imagem 41: Chuva no galpão da cooperativa no SCIA.	123

LISTA DE ABREVIATURAS

AGEFIS: Agência de Fiscalização do Distrito Federal

AMONOR : Associação dos Moradores do Noroeste

ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico

CODHAB: Companhia Habitacional do Distrito Federal

CRAS: Centro de Referência em Assistência Social

DETRAN: Departamento de Trânsito do Distrito Federal

GDF: Governo do Distrito Federal

EPIA: Estrada Parque Indústria Abastecimento

EPIs: equipamentos de proteção individual

HRAN: Hospital Regional da Asa Norte

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

IBRAM: Instituto Brasília Ambiental

INESC: Instituto de Estudos Socioeconômicos

MNCR: Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis

PDOT: Plano Diretor de Ordenamento Territorial (do Distrito Federal)

PEBM: Parque Ecológico Burle Marx

PNRS: Política Nacional de Resíduos Sólidos

PM: Política Militar

SAAN: Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte

SIA: Setor de Indústria e Abastecimento

SCIA: Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SEDEST: Secretaria de Desenvolvimento Social e transferência de Renda do DF

SEDESTHMID: Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SEOPS: Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social

SLU: Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

SQN: Super Quadra Norte

TERRACAP: Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

TI: Terra Indígena

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
A Estética do Método	21
Uma etnografia em comum entre Antropologia e Cinema	23
CAPÍTULO 1 - OS CATADORES AVULSOS E AS RUAS DE BRASÍLIA	28
Desde casa	28
Da rua para o Cerrado	30
O Cerrado na cidade	33
As Ruas no Verde de Brasília	37
A imagem da sujeira: o catador poluente	44
Do Paranoá Parque ao Parque Burle Marx	49
CAPÍTULO 2 - RELATOS EM MOVIMENTO	55
Uma volta com Bibi	55
Barracos da Espera	59
A rota de Dadá	61
CADERNO FOTOGRÁFICO I	69
Conhecendo Dona Caçula	79
Visita ao Paranoá	80
Associar e desassociar	83
A Rota de Bila	88
O Irmão José	92
Encontrando com Luís	94
Da Derruba	97
Interlúdio	102
Sobre o domingo na casa de Dona Caçula	103
Rota da Cargueira	105

Rota de Francisco	106
CADERNO FOTOGRÁFICO II	111
A eficiência do catador, a eficácia do Cerrado	124
CAPÍTULO 3 – AS FRONTEIRAS DO PARQUE BURLE MARX	130
A Derruba como ritual de purificação	130
Começar do zero e enxugar gelo: (re) apropriações urbanas	135
As bicicletas da reciclagem e as sucatas dos carros	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
ÍNDICE DE QR CODES	148
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Nas cercanias dos prédios residenciais do Plano Piloto, em Brasília, é comum encontrar catadores de recicláveis trabalhando de forma independente, de contêiner em contêiner, de lixeira em lixeira, em diferentes veículos. As carroças movidas por cavalos, os carrinhos de peito¹ carregados por homens e mulheres, um ou outro carro com caçamba (as gaiolas), as caminhonetes, os carrinhos de supermercado e também os andarilhos compõem a cena urbana da reciclagem autônoma, paralela à coleta seletiva operada pelo SLU.

Nos meus trânsitos cotidianos, notei também bicicletas carregadas de grandes sacos pretos por todos os lados: **as cargueiras** que atravessam a escala residencial do Plano Piloto, a Asa Norte principalmente, levando materiais e objetos recicláveis em volumosos sacos plásticos que, de tão grandes, chegavam a esconder os catadores-ciclistas. Quase inversamente ao tamanho de suas bicicletas, o trabalho da reciclagem de rua tem mantido os catadores anônimos e difusos nas paralelas das superquadras brasilienses. Movimentando grandes volumes de recicláveis e reutilizáveis, os catadores, ciclistas ou não, considerados avulsos - trabalhadores autônomos desvinculados de cooperativa, associação, empresa ou qualquer unidade institucional - muitas vezes são percebidos na lógica dos moradores do Plano Piloto, e também pelo Estado, como atores indesejados nos espaços habitados por uma população de alto poder aquisitivo.

A partir das andanças e pedaladas na vizinhança, meu olhar pôde perceber nuances entre as formas imprevistas de morar em Brasília: as habitabilidades marginais no Plano Piloto. O primeiro capítulo deste trabalho busca apresentar as observações cotidianas, de impressões não só antropológicas (densas, de dentro, e prolongadas), mas outras anotações banais de uma apreciação ligeira e efêmera. O aprendizado da heterogeneidade do "fenômeno população em situação de rua" aconteceu primeiro na observação despreziosa desde minha casa, e também na rua, até o encontro com uma comunidade específica de catadores que tem em comum o ofício da reciclagem e a origem cearense, da cidade de Iguatu.

¹ O carrinho de peito se assemelha a um riquixá: ambos os veículos parecidos com a carroça, mas movidos por pessoas e não animais.

Proponho, portanto, pensar nesta pesquisa o lugar do catador avulso, *de rua*, na cidade em termos espaciais e imaginários. Em um período de transformação dos modos de vida dos catadores ciclistas, pude acompanhar as mudanças que levaram a adesões e desistências no projeto de cidadania desenhado nas políticas públicas de acesso à moradia e ao trabalho no DF. Acompanhar um grupo específico em um período de transição entre uma situação de rua para a vida nos apartamentos conquistados por meio da inserção desses e dessas catadoras no Programa Morar Bem do GDF vinculado ao Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. No entanto, essa importante conquista da casa própria mostra desafios na vida cotidiana com o aumento do custo e uma transformação do estilo de vida provocados pela mudança de endereço e desmembramento do local da comunidade: o Cerrado.

No segundo capítulo, apresentarei a técnica da reciclagem das bicicletas cargueiras a partir do acompanhamento de trajetos cotidianos, **as rotas**. Além dos percursos diários, a mobilidade espacial, estão elencados aqui outros momentos que apresentam à leitora a trajetória de um grupo no contexto da rua brasiliense e da formação da técnica de trabalho com as cargueiras. Partindo do objetivo de conhecer a cadeia operatória da reciclagem das cargueiras, busco evidenciar a técnica de trabalho cotidiano em sua dimensão pessoal e coletiva, dos trajetos e também das trajetórias de vida.

Acompanhando as e os interlocutores em atividades de *go along* (KUSENBACH apud SARAIVA PANTOJA, 2014), pude observar as relações entre as e os trabalhadores da reciclagem dita "avulsa" nos espaços e no tempo da rua brasiliense. Nas escolhas técnicas decorrentes da trajetória de um grupo que se serviu dos aprendizados espontâneos, adaptações decorridas dos usos, nota-se que as bicicletas para a reciclagem apresentam entre si similaridades que a tornam marcante. A *cargueira dos cearenses* em sua forma atual é resultado de um processo conjunto de aprimoramentos cotidianos, aprendizados e *conhecimentos* a partir das eficiências e dificuldades vividas a cada trajeto. Evidenciaremos portanto a importância do *uso* como o conjunto de narrativas que se desenvolvem ao longo dos anos, ao redor de uma ferramenta (INGOLD apud SILVA, 2017). Em um estudo de caso sobre as bicicletas adaptadas na África Ocidental, onde recebem adaptações no seu desenho de fábrica e novos valores, Hans Peter Hahn propõe que

“[...] os caminhos da sustentabilidade não estão apenas no design intencional, inovação selecionada e parte de um desenvolvimento estratégico de redução de gastos

energéticos. Como os estudos do desenvolvimento tem mostrado, o conhecimento local inclui abordagens específicas para a sustentabilidade e isso pode oferecer uma crítica a assertivas da sustentabilidade como inovação. O uso criativo e improvisado da bicicleta descrito aqui não sugere o surgimento para uma consciência particular para o ambientalismo ou o desejo de praticar um "novo modelo" ou uma "descoberta sustentável". Do contrário, a apropriação da bicicleta na África tem sido um campo de desenvolvimento e de exercício de conhecimento local. [...] Bicicletas não são veículos de escolha, mas meios viáveis para organizar a vida cotidiana onde outras oportunidades estão fora de alcance. Uma valoração diferenciada da bicicleta na África deve levar em conta a realidade da pobreza e sua capacidade limitada de gerar benefícios. Sustentabilidade aqui não é intencional, mas **evidente** através das práticas disponíveis. (HAHNS, 2015: 27)²

Consideramos que a técnica de trabalho desses "homens lentos" (SANTOS, 1996) sugere outros modelos de sustentabilidade espontânea e evidente em suas características. Trata-se aqui de uma atividade importante no sentido da reversão do lixo em resíduo sólido, reciclável ou reaproveitável, realizada com baixo custo e de alto aproveitamento energético. Além das vantagens da bicicleta em relação aos automóveis, menos acessíveis financeiramente aos catadores e poluentes do ponto de vista ambiental, a técnica da reciclagem nas cargueiras demonstra uma produtividade elevada, resultado de uma verdadeira expertise que transcende a adaptação do veículo não motorizado, demonstrando também a relevância dos anos de experiência no fluxo da cidade.

O ofício dos catadores da reciclagem de rua a partir do Cerrado, portanto, engloba o desenvolvimento de uma técnica de corpo, entre o/a catador/a e a máquina, a bicicleta, e também *no espaço*. Enfrentar o trânsito em uma cidade que prioriza os automóveis já é um desafio, mas acumular os recicláveis e os reutilizáveis exige o reconhecimento de outros fatores para além da destreza em operar a bicicleta e superar o trânsito. Os melhores horários, os percursos preferidos, as relações estabelecidas entre outros agentes, moradores e outros trabalhadores, as relações com o espaço e o tempo da rua são aprendizados da vivência das rotas que procuro descrever no segundo capítulo por meio de *relatos em movimento*.

2

The case study remind us that pathways to sustainability are not only by intentional design, selective innovation, and the strategic development of energy saving devices. As development studies have demonstrated, local knowledge includes specific approaches to sustainability, and it can offer a critique of some assumptions about sustainability as innovation. The creative and improvised bicycle usage described here is not the outcome for particular consciousness about the environmental or the desire to practice a "new model" or a "sustainable innovation." Instead, the appropriation of the bicycle in Africa has been a site of the development and exercise of local knowledge. [...] Bicycles are not the vehicles of choice, but available means to organize everyday life where other opportunities are out of reach. A differentiated evaluation of the bicycle in Africa needs to take into account the reality of poverty and its limited capacity to generate benefits. Sustainability here is not intentional, but evident through the practices on the ground".

Percorrer a cidade junto às e aos catadores ciclistas foi determinante para compartilhar de um vocabulário novo, visto que não havia aproximação nem com o grupo nem com o tema da reciclagem antes desta pesquisa. Conheci a vivência de uma comunidade, as histórias de vida e as particularidades da reciclagem de bicicleta no meu próprio processo de empoderamento enquanto ciclista na cidade. Inspiro-me na pesquisa de Leila Saraiva Pantoja (2012) que segue de bicicleta os percursos de mulheres que se aventuram a pedalar na mesma cidade centrada no automóvel, Brasília. Como a pesquisadora, era mais uma mulher de bicicleta seguindo percursos e histórias de ciclistas, dessa vez não mulheres, e sim, em sua maioria, homens catadores de recicláveis.

Se a questão de gênero é determinante em “Nem vítima, nem algoz”, aqui, apesar de não ser o ponto central da pesquisa, vale ser abordada. Além *dos* catadores ciclistas, em sua maioria homens, me associei principalmente às companheiras trabalhadoras ou ex-trabalhadoras da reciclagem. Em suas histórias pessoais já levaram carrinhos de peito, já reciclaram em carroças sozinhas ou em família e, poucas ainda se mantêm na reciclagem com as cargueiras (ver no capítulo 2 a seção “Conhecendo Dona Caçula”). Com as interlocutoras e interlocutores da pesquisa, passei a procurar compreender os processos que consolidaram a comunidade de Iguatu em sua especialidade dupla: da vivência de Cerrado e do trabalho com as cargueiras na Asa Norte e Noroeste.

As interlocutoras tornaram nítida a importância da vida familiar para o pessoal de Iguatu e mostraram o peso que as mulheres tinham como lideranças tanto em suas famílias nucleares quanto na luta pelo acesso à cidade à frente das negociações junto ao GDF. Além da mobilidade cotidiana das rotas e dos percursos de trabalho, ficou evidente um outro processo de mobilidade social: da ascensão de uma situação de rua para cidadãs e cidadãos com casa própria. Essa transição ocorreu no início de minha pesquisa de campo e ao longo de dois anos, tem sido revelador que a persistência das pessoas no Cerrado. Evidenciaremos ao longo do trabalho que a continuação do cerrado como alternativa não aponta apenas para a falta de oportunidade e mas apresenta aspectos positivos e um desenho de sustentabilidade imprevista, ainda não reconhecida.

Buscamos cartografar os trajetos percorridos, mas principalmente os processos desenvolvidos que se mostram na observação da cadeia produtiva da reciclagem nas ruas de Brasília. A cidade de traços planejados se descortinou em vertiginosas repetições de blocos, prédios, gramados, calçadas e ciclovias; superquadras em zigue-zagues contornadas

internamente não a partir das coordenadas cartesianas do urbanista, letras e números. A aparência monótona da arquitetura se confundia no movimento ágil de identificar, coletar, recolher e seguir para o próximo ponto de reciclagem.

Acompanhando as rotas de trabalho, passei a conhecer as memórias pessoais e coletivas entre o trânsito das ruas e as visitas para conversar nos acampamentos no Movimento Eureka, no Pé de Manga, no Noroeste e também nos apartamentos no Paranoá Parque. Para além da categoria de população de rua e de catador, convivi com pessoas que persistiram receptivas e atentas às possibilidades desta pesquisa, da visibilidade e do reconhecimento de suas lutas, inclusive. Nesse sentido, opto aqui por revelar os nomes, os rostos e os modelos de vivenciar a cidade das pessoas que compõem a comunidade de catadores independentes. No exercício de retratar seu cotidiano, no texto, as identidades³ dessas pessoas serão mantidas.

Na prática da escrita antropológica tem sido comum substituir os nomes reais por fictícios de forma a proteger a identidade de interlocutoras, outros agentes e até as próprias etnógrafas (FONSECA, 2008). É compreensível que essa prática que suprime o indivíduo no coletivo, ou o particular pelo geral tenha ganhado espaço nas etnografias centradas na descrição da organização social, da morfologia dos coletivos, dos padrões das formas e das estruturas sociais e culturais. No entanto, com a duração de nossas relações pessoais, nos interessa dar a ver as histórias do pessoal de Iguatu. O potencial inventivo e as características particulares que as pessoas apresentam em suas trajetórias e trajetos nos inspiram a dialogar com o conceito de etnobiografia, com o objetivo de articular as histórias de vida de cada um dos catadores elencados aqui no sentido de buscar uma trajetória da comunidade, a dos cearenses recicladores das cargueiras.

³ Os nomes de pessoas com quem tive contatos breves, como os servidores públicos serão fictícios porque não nos propomos a retratar suas individualidades, e estarão indicados com um asterisco.

A Estética do Método

Antes de iniciar a tarefa da escrita antropológica/etnográfica, deve-se considerar que Antropologia e Etnografia não são simplesmente sinônimos. Ou, nas palavras de Tim Ingold (2011): "antropologia não é etnografia". Antropologia, para o autor, retomando o pensamento de Raddclif Brown, consiste na Ciência Social derivada das Ciências Naturais, de origem positivista, que tem na análise comparativa seu principal método para a obtenção de leis gerais e universais e que servem a compreender a humanidade nas diferenças das sociedades. Já a etnografia trata de elaborar descrições densas e detalhadas das situações observadas em vivência aprofundada e específica junto a um povo ou coletivo que geralmente não é o do etnógrafo, a partir da observação participante. No projeto de conhecimento de Radcliff Brown trazido por Ingold, as etnografias devem servir como material primário à elaboração antropológica, ao esboço do conhecimento mais formal e aplicável a um maior número de casos possível.

Ingold aponta que, na história da Antropologia, sua vertente naturalista tem caído em desuso e as ambições de abranger e elaborar teorias gerais parecerem um projeto longínquo e datado. No entanto, para o autor, a antropologia não deve abandonar a elaboração filosófica e teórica para mudar o paradigma colonial criticado desde *Writing Culture* (Clifford e Marcus, 1986), que representa um marco sobre a escrita e outras linguagens dos antropólogos. Considerando que a antropologia e a etnografia não devem ser meros relatórios sobre a vida dos outros, mas conhecimento construído com as pessoas, Ingold defende que em relação às práticas de pesquisa e de poder, os antropólogos devem reconhecer o potencial da antropologia, teórico e nomotético, de renovação e criação de novos rumos para a área.

Nesta pesquisa, no entanto, busquei apostar no potencial idiográfico da etnografia na descrição das particularidades para apresentar o que, nos arredores de minha própria vizinhança, aparece como uma alteridade de outros modos de fazer-cidade (AGIER, 2015), modos estes imprevistos no desenho urbano de Brasília. Vale dizer que, se ainda buscamos a etnografia como prática, é por reconhecer o potencial de criação de outras imagens do mundo, outros mundos possíveis.

Na antropologia, a busca pela descrição, tradução, apresentação ou representação das alteridades tem tido *no olhar* o sentido privilegiado. Silvia Caiuby Novaes (2008) fala da aproximação do ver e do conhecer nas Ciências Sociais, onde a imagem técnica tem servido como instrumento de registro e investigação, favorecendo a coleta de dados visuais e, não em menor grau, favorecendo um efeito de autoridade do etnógrafo sobre a realidade que este descreve.

Como os diários de campo, a fotografia tem sido um instrumento de registro nas pesquisas, servindo a ilustrar as teses antropológicas ou ainda, à observação de gestos, técnicas e materialidades cujas sutilezas dificilmente seriam captadas pela percepção humana ou ainda verificadas sem o gesto do “veja isto, estive lá”, que atesta o signo fotográfico (BARTHES, 2012). Essa busca pela objetividade marca o surgimento da antropologia visual, com os filmes etnográficos que servem às catalogações de ritos e expressões culturais outras. Para além do uso da imagem técnica na elaboração etnográfica, com Flaherty no cinema ou Bateson e Mead na fotografia, para George Marcus (2009), a cena do encontro paradigmático de Malinowski nas ilhas trombriandesas, junto ao gênero literário das memórias, criaram a *estética do método etnográfico*.

Percebendo a reprodução dessa estética do encontro nos meus próprios *diários de campo*, e experimentando a observação participante e continuada junto aos catadores, busco me apropriar da imagem como instrumento de observação e de registro e, por sua vez, da própria pesquisa etnográfica como forma de criação narrativa. Compreendendo que também elaboro um artifício na minha prática de pesquisa, comecei a buscar instrumentos que favorecessem a construção do relato documental sobre as bicicletas da reciclagem como uma técnica.

Busco criar, junto às pessoas que desenvolveram o ofício da reciclagem com bicicletas, um retrato possível e atento às características pessoais dos e das interlocutoras de pesquisa. Como resultado, exponho o aprendizado da prática etnográfica em relatos escritos e imagéticos. Seguindo a ideia de que a imagem pode servir à observação etnográfica, nosso exercício em campo mobilizou diferentes registros no sentido de experimentar formas de documentar e visualizar, de descrever as práticas, os espaços e as personagens. Assim, nosso exercício envolve a subjetividade e agência dos e das interlocutoras de pesquisa e das parcerias com a equipe técnica do documentário em fase de realização e minha própria atuação como pesquisadora.

Diante do impacto visual das cargueiras sobre a paisagem da cidade moderna, de urbanismo e arquitetura planejadas, procuro dar a ver no texto e nas imagens a experiência das rotas e dos relatos para o pessoal de Iguatu. Aproveitando os hiperlinks por meio de *QR codes*, os vídeos realizados durante a pesquisa ficam disponíveis às leitoras durante a fruição do texto⁴. As imagens, tanto quanto as notas escritas, são parte integrante do diário de campo aqui compartilhado. A ideia é compartilhar um caderno etnográfico multimídia, em que estejam acessíveis as imagens em movimento juntas às imagens literárias resultantes do encontro etnográfico. Na experiência das rotas dos catadores, aos poucos adotei diferentes formas de filmar e fotografar uma cultura material, um artefato: a cargueira como resultado de uma sustentabilidade evidente, espontânea, criativa e duradoura, mas pouco reconhecida e ainda difusa em suas técnicas.

Uma etnografia em comum entre Antropologia e Cinema

"A aventura de um fotógrafo", o conto de Ítalo Calvino do livro "Os amores difíceis" (2012), o personagem Antonino Paraggi, um não-fotógrafo, aos poucos adere ao clube dos adeptos da fotografia clicando seus amigos, mais entusiastas da imagem objetiva do que o personagem. Fotografando-os quase a contra-gosto de início, Antonino passa a clicar os instantes posados e também aqueles imperdíveis momentos espontâneos. De veio filosófico, Antonino vê na fotografia uma teoria do *continuum* contra a ideia do instante decisivo, o momento certo para fotografar:

"- ... Porque, uma vez que você começou – perorava –, não há nenhuma razão para parar. O passo entre a realidade que é fotografada na medida em que nos parece bonita e a realidade que nos parece bonita na medida em que foi fotografada é curtíssimo. Se você fotografa Pierluca enquanto ele está fazendo o castelo de areia, não há razão para não fotografá-lo enquanto está chorando porque o castelo desmoronou, e depois enquanto o ama, o consola fazendo-o encontrar no meio da areia uma casquinha de concha. É só você começar a dizer a respeito de alguma coisa: “Ah, que bonito, tinha era que tirar uma foto!”, e já está no terreno de quem pensa que tudo que não é fotografado é perdido, que é como se não tivesse existido, e que então para viver de verdade é preciso fotografar o mais que se possa, e para fotografar o mais que se possa é preciso: ou viver de um modo o mais fotografável possível, ou então considerar fotografáveis todos os momentos da própria vida."

⁴ Para que essa ferramenta seja usada, é necessário que no smartphone da leitora haja um aplicativo habilitado para a leitura desses códigos. Caso a leitora prefira o acesso direto aos links, os endereços podem ser consultados ao fim do trabalho no índice de QR Codes.

Antonino, de não fotógrafo solitário, passa a ser considerado fotógrafo habilidoso entre os amigos. E é a paixão pela fotografia que o enamora de sua musa, Bice. Cercando-a da vigilância de uma câmera incessante que flagra desde o despertar da namorada até as poses mais artificiais, chega ao cúmulo de montar dispositivos para que se fotografe Bice sem que ela veja, sem que ninguém veja, como se estivesse à procura de uma essência perdida, algo além máscara social, histórica ou convencional.

O fotógrafo torna-se insuportável companhia. A amada obviamente deixa-o e, na desolação da separação, o fotógrafo passa a registrar os recortes de jornal que se acumulam junto aos cinzeiros cheios e aos fragmentos despedaçados das fotografias de Bice pela casa: "Talvez a verdadeira fotografia total", pensou, "seja um monte de fragmentos de imagens privadas, sobre o fundo amarrotado dos massacres e das coroações".

Talvez, pensando como Antonino, que busca fotografar todos momentos para além do instante ou momento decisivo, vi na prática do filme documentário a possibilidade de exceder a descrição das técnicas e da estética do relato etnográfico. Talvez porque a pesquisa de campo estivesse povoada por anotações nada objetivas, de afetos e sensibilidades, tenho buscado no âmbito do cinema a realização do desejo de recriar, reencenar e elaborar cenas da banalidade dos gestos cotidianos, imagens e interações que parecem não caber na etnografia acadêmica.

Se no cinema quero aproveitar o que extrapola a técnica e a narrativa etnográfica – as personalidades sedutoras dos e das interlocutoras –, na escrita deste texto busco aproveitar com diferentes linguagens (mapa, diário, fotografia, vídeo, áudio), registrar o máximo do que pode ser apreendido nos caminhos percorridos, demonstrando indiretamente meu próprio percurso de pesquisa.

Além de fornecer materiais para difundir a técnica das cargueiras, a captação técnica serviu também para registrar informações que se perdiam nas atividades de *pedalar junto (re/cycling along)*. A concentração múltipla que envolveram as atividades de pedalar, conversar e memorizar lugares, ações e histórias, nem sempre me pareceram satisfatoriamente memorizáveis. Minha própria capacidade de fixação das observações era desafiada a cada rota

em um campo de pesquisa totalmente novo: a cidade que se descortinava em minha vizinhança imediata.

Me lembro de Antonino e sua ânsia de não perder nenhum momento, tornar toda a realidade fotografável, passível à objetividade fotográfica. A cada volta, percebia que se acumulavam informações cuja totalidade era inapreensível e, da mesma forma, em busca de uma objetividade inalcançável, tentei dispositivos que me auxiliassem a não perder as informações na agilidade das bicicletas. A heterogeneidade desse caderno é, portanto, resultado de alguns experimentos, no sentido do aprendizado da prática etnográfica. Seguindo a ideia de que as imagens compõem o relato etnográfico, o exercício em campo, por vezes coletivo, por vezes individual, mobilizou diferentes registros no sentido de experimentar formas de documentar e visualizar, descrever e aprender a partir do registro, tanto no sentido etnográfico, quanto no sentido do documentário como arte do real.

Por que não produzir, portanto, um filme etnográfico finalizado, um curta-metragem, por exemplo? Durante a escrita da dissertação e a pesquisa em campo, notei que fazer um filme com os catadores era um interesse inicial que atravessava a pesquisa de finalidade antropológica. A prática do documentário, pelo menos no que tenho aprendido como parte da equipe de outros projetos do cinema, exige capacidades coletivas que eu não poderia mobilizar durante o início das relações de campo. O que produzimos até agora compõe uma biblioteca multimídia de pesquisa, em processo de composição, e o filme, afinal, começa a ser realizado em suas possibilidades estéticas e técnicas junto a uma equipe de amigos e profissionais. Ao invés de um filme etnográfico, neste texto estão as cenas e os relatos do campo etnográfico em forma de fragmentos.

Com as seis pequenas sequências de vídeo apresentadas junto ao texto da pesquisa, busco oferecer um experimento clássico no sentido da estética do método etnográfico. Os vídeos e as fotografias devem servir também para que a leitora acesse os espaços e as personagens em sua experiência cotidiana e sua eloquente imagem na cidade.

O filme como obra finalizada e autônoma está em fase de realização e conta com uma prática de trabalho muito diversa. Como campos que se permeiam, a experiência de estar em campo enquanto realizadora audiovisual, me levou a elaborar o último capítulo desta dissertação.

No terceiro capítulo, traçaremos uma reflexão a partir da última incursão em campo, já como equipe de filmagem, quando experienciamos a última derrubada: a ação de remoção dos acampamentos do pessoal da reciclagem do Cerrado do Parque Ecológico Burle Marx (PEBM). Presenciar a ação do Estado nos sugere uma reflexão sobre os modos de fazer cidade, as técnicas, as estratégias e táticas (DE CERTEAU, 1998) de permanecer e de transformar o espaço urbano de Brasília.

Com o último relato de campo, buscamos pensar as práticas da sustentabilidade evidente, dos catadores e das cargueiras em relação ao urbanismo verde e à sustentabilidade urbana planejada, desejada e consumida.

Incluir os e as catadoras de rua tem sido um grande desafio para a sociedade, os governos e até para o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNRC). Esta pesquisa busca realçar as especificidades e as experiências de quem tem priorizado a autonomia em suas formas de sustento a partir de um meio alternativo de transporte e de trabalho.

No entanto, a insegurança e a instabilidade do modelo informal geram para os catadores e as catadoras de Iguatu obstáculos que, se analisados de perto, demonstram um verdadeiro paradoxo entre as políticas públicas federais e distritais, o ideário de cidade moderna e a realidade das pessoas que tem nas práticas ditas avulsas da reciclagem de rua uma ação efetiva de reversão de resíduos sólidos e de limpeza urbana continuada.

Este texto busca contribuir para que seja melhor incluído o potencial criativo, sustentável apresentado nas práticas dos catadores ciclistas e outros trabalhadores e trabalhadoras que reinventam a precariedade material com autonomia e conhecimento da cidade.

CAPÍTULO 1 - OS CATADORES AVULSOS E AS RUAS DE BRASÍLIA

Desde casa

Desde que me mudei para a Asa Norte, em 2015, observava perto de minha casa uma comunidade de moradores de rua que viviam sob a sombra das árvores do estacionamento entre os blocos da avenida W4 norte, o antigo setor de oficinas. Morava num apartamento de um quarto em um prédio padrão da avenida⁵, voltado para o bloco residencial da quadra 713 norte. Ali avistava da varanda os ciclos das sibipirunas⁶, com suas infinitas flores amarelas, os tons do gramado e do céu mudarem durante o ano e algo das expressões humanas de meus vizinhos. Do apartamento podia vivenciar muito nitidamente a mudança da paisagem das duas estações do cerrado, a seca e a chuva, e, observando a rua, passei a conviver com outros moradores da vizinhança incluindo os moradores de rua que viveram ali boa parte do tempo entre os dois anos que estive lá.

O auge da seca em Brasília: o gramado esturricado, indeciso para palha, as árvores só galhos, o ar cortante sem umidade e o céu sem nuvens, o sol da tarde invadia o apartamento. Na hora do sol a pino, vi um colchão de molas incendiando no gramado seco, o fogo que se espalhava pelo chão já tocava a copa de uma saboneteira, a árvore bem próxima da minha varanda. Uma coluna de fumaça escura se levantava. Os pertences dos moradores de rua ficavam expostos e não era raro que algo assim acontecesse na minha vizinhança. Ninguém assumiria um ato daqueles, mas, como diria o Luciano, um dos catadores ciclistas interlocutores da pesquisa:

“As coisas do pobre são perseguidas como o pobre.”

⁵ Os prédios nas comerciais da W4 e W3 norte costumam abrigar salas e apartamentos de uso comercial ou residencial a depender mais dos proprietários e da história dos empreendimentos do que de um traço urbanístico bem definido.

⁶ Árvore bastante comum em Brasília, *Caesalpinia pluviosa*.

A comunidade do pessoal de minha rua variava de tamanho. Por onde eles passavam, ficavam uns colchões e colchonetes, umas roupas, deixavam uns cobertores, uns pertences por ali, às vezes cozinhavam juntos no asfalto do estacionamento. Apesar de, pelo menos para mim, a convivência ser muito tranquila na quadra, a permanência dos moradores de rua causava um verdadeiro alvoroço entre alguns dos meus vizinhos de apartamento, que tentavam de tudo para banir aqueles outros vizinhos indesejados que utilizavam principalmente o estacionamento da quadra comercial como ponto de convivência.

As árvores do estacionamento tiveram suas copas cortadas e as sombras das mangueiras deixaram de existir. Acabaram com a sombra como se quisessem acabar com as vantagens daquele lugar, daquela rua. A exposição às intempéries ambientais e urbanas de toda ordem marcavam os corpos do pessoal que ali se avizinhava. No espaço ficavam os sinais de sua passagem, os poucos pertences deixados de um dia pra outro e as marcas também das ações sem autoria de quem tentava eliminá-los dali: as marcas do fogo, as árvores cortadas.

Na época da chuva o gramado e as árvores revigoram, o ar fica mais agradável e o pessoal da rua, umas dez pessoas mais ou menos, saíam do asfalto e procuravam abrigo sob a marquise do prédio onde eu morava, ao lado do estacionamento. Levando os colchões, cobertores e os poucos pertences para frente de um apartamento térreo, nos fundos da avenida, inúmeras vezes eles foram expulsos daquela calçada pública.

A polícia militar vinha e impedia que o pessoal continuasse a passar seus dias e noites: expulsavam todo mundo. Mesmo assim a permanência dos moradores de rua continuava. De tanto ficarem na frente da entrada do apartamento térreo, o morador do apartamento instalou uma grade e cercou sua calçada. O espaço público da rua passou a ser privado – do dono da grade – e o pessoal da rua passou a se abrigar na frente de um apartamento vazio, uma loja com uma placa de vende-se/aluga-se imediatamente ao lado.

Uma vez conversei com o Antônio, um dos moradores do estacionamento e da marquise, em uma noite que boa parte do pessoal estava acordado e a polícia já havia passado por ali. Ele falou que tinha sido tranquilo com a polícia, mas que as pessoas que os denunciavam por estar na rua, na verdade, invejavam a liberdade. Invejavam que eles vivessem ao lado delas sem pagar conta nenhuma, sem dever nada a ninguém.

Na conversa breve que tivemos ele me disse que faziam o possível para não incomodar o pessoal dos apartamentos. Ele e seus/suas colegas não passavam pelas marquises porque haviam sido banidos não só de ficarem, mas de circularem através do espaço dos pilotis. Apesar de falar que estava tudo tranquilo, as ações policiais ficaram cada vez mais frequentes e, eu não sei ao certo o que aconteceu, mas não vi mais o pessoal nem no estacionamento, nem no prédio. Algumas pessoas permaneceram na quadra, na W3, mas muitos foram embora dali.

Ainda da varanda do apartamento, via passar um senhor de uns cinquenta anos, de bicicleta, recolhendo do lixo deixado na calçada e alguns materiais recicláveis que ele devia aproveitar de alguma forma: uma capinha de celular, um par de sapatos femininos ainda novos. Benedito passava cedo, umas 6 ou 7h da manhã, o horário em que eu também descia de casa. Passei a reconhecer Benedito como um trabalhador da vizinhança. Nos momentos em que nos encontrávamos, ele já mostrava muita firmeza em sua bicicleta e uma disposição matinal invejável. Na época começava a me acostumar a pedalar na cidade, a treinar o corpo para os desníveis dos meios-fios, as subidas do relevo e a paciência no trânsito, todas as pequenas proezas me felicitavam com a sensação de novidade, desobediência e liberdade.

Enquanto aproveitava as descidas para a universidade, passei a notar outras bicicletas como a de Benedito: às vezes espantosamente carregadas, às vezes simples bicicletas com caixotes na garupa nas travessias das ruas, das quadras, pelo caminho afinal. Nas oportunidades de conversar com Benedito, sempre de passagem, comecei a perguntar dos seus trajetos, de onde vinha e para onde ia com aquela bicicleta diferente, de trabalho. Combinamos de irmos juntos ao Cerrado onde ele e os outros catadores ciclistas moravam. Mais tarde cheguei lá com outra pessoa. A seguir, o relato daquele dia.

Da rua para o Cerrado

18 de outubro de 2016.

Adentro o cerrado nativo entre dois bairros nobres e centrais da capital federal. Por trás de uma escola particular, começo a encontrar no cerrado o caminho dos trabalhadores em busca do transporte de volta às suas casas. No contra-fluxo do caminho de brita, ao longe,

avisto algo como uma carroça cheia de plásticos que logo some atrás do capim alto. O céu decidido por alaranjado aponta a rota do sol: sigo a pista e vou a Noroeste. A Asa Norte fica para trás na direção dos outros trabalhadores já sumidos na cidade.

O que me parece, ao longe, uma carroça sem animal, é na verdade um carrinho de peito. O veículo é movido pela força do condutor. Conforme eu me aproximo, o ritmo se impõe mais lento. No caminho plano de britas cinzas sobre a terra vermelha, a largura é a de uma calçada. Reparo os pequizeiros começando a formar seus frutos – começo de chuva de alguns dias atrás. O cerrado reage como se a seca não houvesse castigado quase o ano todo; revida em verde vivo.

“Pode passar”, João me cede passagem. Desço da bicicleta e passo a andar a pé, junto a ele. Conto para João do espanto de vê-lo carregar tanto peso no braço. “Depois que acostuma, nem sente mais”. Atravessamos aquele pedaço estreito de cerrado, o espaço que separa o Noroeste da Asa Norte, a área verde do Parque Burle Marx (PEBM), ele empurrando o carrinho de peito, eu, a bicicleta.

João me conta, pelo caminho, que veio de uma outra cidade no Ceará, Iguatu, ele e quase toda a comunidade de recicladores do fundo “das chácaras dos índios”. “Cearense é persistente” – a lição, ele me passa sem muito rodeio, enquanto esperamos para atravessar o asfalto que delimita o começo do bairro Noroeste em constante construção. A travessia de nossas rodas tem que esperar os carros acelerados pelo horário de pico na avenida W7 – extensão da sequência de avenidas W que começa na Asa Norte e chega até o novo bairro.

Entre prédios espelhados e carros que nos ultrapassam em sucessivas rotatórias, João encontra outro homem em um contêiner, separando materiais para carregar seu carrinho de peito: “o veículo parece que é do mesmo ano”. O outro homem fica para trás enquanto João e eu jogamos conversa fora. Ele há oito anos naquela “mata véia” e “agora, olha que beleza de cidade”. “O cerrado pode acabar por aqui, que os lotes já foram vendidos, muita coisa já virou prédio, rua; mas em outro lugar, vai continuar existindo”. Ideia difícil de digerir quando minha lembrança é invadida por alguns desertos verdes no interior do Brasil, espaços de cerrado devastado pela soja, algodão, cana, sorgo...

Chegamos a um campinho de futebol na terra vermelha depois do último prédio residencial da quadra SQNW 309. Soube outro dia que, no fim de tarde, o jogo ali é entre os operários da construção civil e os indígenas da reserva remanescente do Santuário dos Pajés. Na hora em que passamos, o campinho estava vazio. Acompanho o João concentrado e impulsionando o carrinho contra a inclinação respeitável da pista. Sem conversa por ora. Depois do campinho, a cidade fica para trás.

O cerrado onde encontrei João se faz presente nesse outro trecho habitado: são as chácaras, terras remanescentes dos indígenas que ali estavam desde antes das construções aos quais foram contrários. O que eu não sabia até então era que também os catadores de recicláveis enfrentaram a disputa por terra naquele mesmo cerrado, vizinhos dos indígenas. Quantas vezes não tiveram de reconstruir os barracos improvisados, sem tempo nem de finca-los ao chão: “Era só construir que o governo vinha derrubar. Nós tornava a construir de novo!”. Segundo me conta o João, na época de início da construção do bairro, o enfrentamento do governo contra os catadores foi intenso e incessante. Eu já acompanhava a luta do Santuário dos Pajés na terra destinada à construção do bairro, mas ainda não sabia da notícia de que uma comunidade numerosa de catadores coabitava o mesmo lugar.

“Daqui a pouco, não vai existir mais nada. Em seis meses, todo mundo já tem que ter saído daqui.” João diz que vai voltar para o Ceará e que alguns outros vão para os apartamentos no Paranoá Parque. “Esse negócio aqui já deu o que tinha que dar.” Uma curva no caminho pelo verde e as casinhas de madeira apresentam uma vila escondida no cerrado da ARIE⁷ Cruls. Sobre um colchão largado, brincam umas cinco crianças aproveitando as últimas luzes do dia. Dentro das casas de madeira, dá para notar as lâmpadas se acenderem, o barulho das televisões e o cheiro do jantar... Cássio, de uns dois anos, vem me cumprimentar me oferecendo a mão, pedindo a benção só com o gesto da mãozinha e sem medo algum. Muito distinta da imagem de um lixão ou de aterro, a ocupação dos catadores mais parecia uma pequena vila. Da rua só chegavam os materiais recicláveis selecionados, trazidos da triagem feita manualmente e transportada com verdadeira expertise em bicicletas ou em carrinhos de peito como o de João. Ao lado dos barracos, avisto os *bags*⁸, grandes sacos

⁷ Área de relevante interesse ecológico.

⁸ Os big bags funcionam como unidade de medida para a venda dos recicláveis.

brancos de lona que organizam em lotes maiores o plástico e o alumínio, separados para venda. E como os canis ou galinheiros perto de casa poderiam fazer, os *bags* integram os quintais das casas, separando a produção individual no quintal de cada família.

O tempo passa rápido, o dia vira noite. Logo já está escuro e tenho medo de voltar sozinha, atravessar o cerrado amigável apenas na ida. Troco contato com a Edilânia, a mãe do Cássio. Ela indica que eu não devo enfrentar o breu, me ensina a sair dali fugindo também dos cachorros valentes. Antes de sair, noto uma bicicleta carregada com tantos sacos cheios de recicláveis que até tive dificuldade de contar quantos eram, montados como uma nuvem negra e encostada em um barraco de madeira. Uma cargueira que me parecia impossível de ser pedalada!

Vou embora fugida dos perigos da noite, pensando apenas em me distanciar dos latidos, não escorregar na areia turva, e voltar em breve para prostrar com as pessoas. Na volta pra casa, pego outra trilha iluminada para a bicicleta, por fora do parque e da escuridão que separa o Noroeste das 900 da Asa Norte.

*

O Cerrado na cidade

Acompanhando João e seu carrinho de peito, cheguei ao lugar onde também morava o Benedito e toda a comunidade numerosa de catadores ditos avulsos e suas famílias. A "**Invasão Noroeste**" é citada em relatório de 2014 do INESC junto à SEDEST⁹, como a maior concentração de catadores de recicláveis fora da Cidade Estrutural em todo o DF. Além do trecho onde cheguei com João, outros núcleos se espalhavam pela área entre a EPIA e os edifícios do bairro, na ARIE Cruls.

Em outubro de 2016, o *Cerrado* apresentava vários pontos onde os catadores cearenses podiam praticar a lida da reciclagem autônoma, organizando seus materiais para a venda e estabelecendo suas moradias junto aos seus parentes. As famílias que ali se encontravam moravam próximas aos equipamentos urbanos da Asa Norte, onde eram assistidos pelo CRAS e pelas redes públicas de saúde e de educação. A vida em comunidade

⁹ O relatório foi elaborado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em parceria com a Secretaria de desenvolvimento social e transferência de Renda do DF (SEDEST) para o programa Pró-catador para a caracterização dos catadores informais no DF, em 2014.

revelava que os laços familiares eram prioritários para os trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem. Como lugar de moradia, o Cerrado favorecia a manutenção dos laços afetivos de um pessoal que vinha de uma mesma cidade do interior do Ceará: Iguatu.

Segundo as informações das interlocutoras da pesquisa, desde o início dos anos 2000 as famílias permaneceram no Cerrado da ARIE Cruls. Algumas pessoas, no entanto, estavam no cerrado do DF desde 1990. De lá para cá alguns relataram ter oscilado entre o Cerrado e a cidade natal. Nesse vai e vem de pessoas e de histórias, muitos vieram acompanhar seus familiares e conhecidos de Iguatu: a notícia dos ganhos econômicos a partir do lixo atravessava o Brasil e trazia futuros catadores que vinham diretamente para reciclagem.

Comecei a questionar como a ocupação do Noroeste, "a maior concentração de catadores fora da Cidade Estrutural", e de duração de vinte a trinta anos, poderia permanecer desconhecida até aquele momento. Por que eu nunca havia ouvido falar dos catadores de recicláveis, dada a dimensão da ocupação e sua permanência prolongada? Por que aquela comunidade parecia inexistente no Noroeste, apesar de numerosa e duradoura? Invisíveis até quando dos confrontos da época da construção do bairro.

Nos primeiros anos de construção do bairro, principalmente de 2011 adiante, a vizinhança dos catadores a um bairro de luxo e em construção implicou repetidas ações de remoção da ocupação que se localizava na ARIE Cruls. Criada como medida compensatória para o impacto ambiental da construção do bairro, a ARIE foi incorporada ao Santuário dos Pajés (BRAYNER, 2013), o território indígena finalmente reconhecido depois de 13 anos de luta¹⁰.

Os indígenas contaram com o apoio de urbanistas, estudantes e outros setores da sociedade civil e com a posição favorável da FUNAI mas, mesmo assim sofreram uma redução considerável de sua terra tradicional de 50 hectares para 33 hectares. O Santuário dos Pajés tornou-se hoje uma área remanescente em um bairro de alto padrão de consumo e já consolidado. O GDF e a TERRACAP, a partir do acordo de reconhecimento da Terra

¹⁰ Conferir a reportagem do Correio Braziliense, de 01 de julho de 2018: "Após 13 anos na Justiça, indígenas obtêm demarcação de terras no Noroeste", disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/29/interna_cidadesdf.691991/apos-13-anos-na-justica-indios-obtem-demarcacao-de-terras-no-noroeste.shtml

Indígena, neste ano, pretendem retomar a construção da W9 Norte, uma das principais vias do bairro e que havia sido planejada para atravessar a TI.

Vizinhos de Cerrado (dos indígenas e posteriormente dos primeiros moradores dos apartamentos do Noroeste), os catadores tiveram de buscar outros agenciamentos políticos para serem incluídos no seu direito de trabalhar e morar no DF. Sem o marcador étnico, a luta dos catadores por moradia passou pelo direito a uma terra de ocupação tradicional (O SANTUÁRIO NAO SE MOVE!), e sim pelo direito à cidade: alcançar formas de trabalho e de moradia dignas. Se os indígenas foram considerados inimigos do desenvolvimento, inclusive sustentável (SCHVARSBERG, 2009), os catadores sequer foram considerados sujeitos em luta. O baixo *status* social referente às pessoas em situação de rua encontra ainda a “contaminação” ambiental, do lixo no meio ambiente quando o resultado da coleta autônoma diária é considerado fora de lugar: plásticos e lixo no Cerrado.

Cabe ressaltar que o bairro Noroeste aparece pela primeira vez como ideia no documento Brasília Revisitada, de 1987, quando Lúcio Costa propõe novos bairros no Plano Piloto visando contribuir para o problema do déficit habitacional que já se apresentava em Brasília aos 30 anos do concurso urbanístico para a nova capital. Idealizados para expandir as moradias populares, os bairros Oeste Norte e Oeste sul, respectivamente, Noroeste e Sudoeste foram pensados como alternativas de habitação para os moradores de menor poder aquisitivo. Em uma cidade planejada, dizia Lúcio Costa, era impensável que os trabalhadores despendessem tanto tempo em deslocamentos de casa ao trabalho. Visando também conter os avanços que desfigurassem o Plano Piloto, foram previstos também Asa Nova Norte, a fixação da Vila Paranoá, quadras na Vila Planalto e na EPIA.

Nesses bairros como nas originais Asa Sul e Norte, as edificações residenciais deveriam obedecer ao gabarito de até 6 andares, preservando a ideia de superquadra e de unidade de vizinhança entre outros atributos característicos de Brasília. Apesar da destinação inicial dos bairros dever contemplar as classes populares, o documento do urbanista foi apropriado e adaptado para os paradigmas de uma cidade cuja característica de expansão urbana é perpassada pela especulação imobiliária e pela segregação racial, social e espacial (SANTARÉM, 2013).

Depois de consolidado o Sudoeste, nos anos 1990, o Noroeste começa a ser construído em 2011, na área de cerrado nativo, uma das últimas terras preservadas no Plano Piloto até então. Apesar da construção de um novo bairro incidir sobre a terra indígena e sobre uma área de preservação ambiental, o bairro Noroeste tem se constituído a partir do que Januzzi denomina como urbanismo verde:

"O urbanismo verde, como denomino esse [processo] que integra tanto Lúcio Costa, Brasília Revisitada, as construtoras e incorporadoras imobiliárias quanto o Parque Burle Marx, o planejamento modernista, as construções feitas em padrões sustentáveis e pautadas pelo que dizem órgãos internacionais de renome (Manual Verde, 2009) se constituiu como o fio lógico da narrativa do Setor Noroeste. Daí em diante o Setor Noroeste começou a ser erguido para não mais parar." (JANUZZI, 2016: 96)

Vinícius Januzzi (2016) apresenta o urbanismo verde como um conceito decisivo para entender as narrativas que envolvem composições de atores e agenciamentos na construção de um bairro "verde, ecológico e sustentável" e ainda, mais moderno (JANUZZI, 2016). Sendo uma atualização da cidade-jardim, o Noroeste tem sido *sonhado*, comprado e vendido segundo os paradigmas de consumo atuais, o *marketing verde* (BRAYNER, 2013). O conforto de um bairro com mais "recursos" do que Asa Norte e Asa Sul, datadas de desde os anos 1960, alia-se a uma ideia de sustentabilidade como marca de um capitalismo ambientalmente correto. Articulado um discurso de escassez dos recursos naturais que marcam o Antropoceno¹¹ e uma contracultura que vê nas escolhas de consumo formas de atenuar práticas insustentáveis, o padrão de alto consumo deve passar por uma consciência e uma preocupação ambiental.

No entanto, no período de construção do Noroeste, publicizado até mesmo como "*ecovila*" (JANUZZI, 2016; BRAYNER, 2013; SABOIA & DERNTL, 2014), a sustentabilidade desejada no projeto urbanístico não impediu, aliás incentivou, a investida contra a terra indígena e o Cerrado como vegetação nativa e como *o lugar* de moradores outros. Ignorando não só a dimensão social da sustentabilidade, como a relevância do trabalho de reversão dos resíduos aproveitáveis em matéria-prima industrial, os modelos de cidade sustentável imprimem ao catador a marca de sujeira e descabimento. A dita sujeira tem relegado ao catador de recicláveis um status de problema ambiental.

¹¹ Diversas autoras e autores tem constatado que o impacto humano sobre a Terra é irreversível e já marca uma nova idade no Planeta, a era do Antropoceno: Viveiros de Castro & Danowski (2014).

Porque trabalha com os descartes da sociedade, o lixo como algo que deve ser removido dos espaços de centralidade do Plano Piloto, também a própria permanência do catador parece poluente e contagiada com o status dos materiais indesejados.

As Ruas no Verde de Brasília

No diário de campo, descrevo o Cerrado como a vegetação circundante: “adentro o Cerrado” do Parque Burle Marx. No entanto, "o tempo do Cerrado" ou "voltar para o Cerrado" foram expressões que ouvi na pesquisa de campo que diziam sobre aquela ocupação específica que conheci em 2016 – não no Parque, mas no bairro Noroeste.

Na vivência das comunidades de catadores de recicláveis em Brasília, a vegetação "Cerrado", a savana da região do Planalto Central brasileiro, transcende o sentido de ecossistema e passa a designar, como categoria nativa, um lugar de vivência, de resistência e de memória – uma territorialidade marginal que compõe historicamente o Plano Piloto. O Cerrado, por consequência, designa um lugar e uma *situação* de informalidade. Se a diversidade e heterogeneidade são consenso nas pesquisas sobre a experiências dos moradores de rua, considero importante apontar para uma situação muito própria do espaço de Brasília: **a situação de cerrado**.

As franjas de vegetação nativa que circundam o Plano Piloto são previstas no desenho de Lúcio Costa para compor a **escala bucólica** tanto quanto as zonas paisagísticas internas às superquadras na **escala residencial**, ou na zona central das **escalas monumental e gregária**. As quatro escalas da cidade, decodificadas no documento Brasília Revisitada, compõem o projeto da cidade que tem no verde a marca da pausa, do vazio e da fruição da paisagem complementares à racionalidade dos zoneamentos urbanos. A rua de Brasília, para Holston (1993), deve ser considerada como fundo em relação às figuras da monumentalidade cívica ou aos prédios abertos nos pilotis das superquadras. Diferente de cidades históricas como Rio de Janeiro e Diamantina, onde as ruas conformam um corredor com as fachadas das casas, a rua Brasiliense possibilita que a transeunte perpassse seus espaços e usufrua da escala bucólica sem o impedimento dos espaços fechados que tornam as outras cidades verdadeiros labirintos.

A rua da cidade planejada inspirada nos ideais de bem-estar e modernidade, evidencia um apreço à paisagem, um elogio à cidade-jardim.

Sob influencia da cidade radiosa de Le Corbusier e da cidade moderna da Carta de Atenas¹², Brasília foi pensada para ser uma cidade racional que contempla o progresso técnico, expresso na organização espacial e no rodoviarismo (SABOIA & DERNTL, 2014), mas que também privilegia a dimensão humana no gabarito dos prédios e no *verde* dos adensamentos arbóreos nativos ou ornamentais. O Plano Piloto é, portanto, perpassado pelo verde componente e complementar à rua brasiliense propriamente dita: parte da rua como espaço de apreciação da paisagem, aparte da rua como refúgio natural de interesse ambiental que delimita o espaço urbanizado: muros horizontais.

No entanto, o verde ocupado por acampamentos de catadores como o Cerrado do Noroeste ou as áreas sombreadas nas quadras (como o pessoal nos estacionamento da 713 Norte) aponta que a fruição do habitante ordinário dá lugar às habitabilidades espontâneas (CORDEIRO, 2018). Os usos do espaço verde demonstram os abismos sociais que compõem as cidades brasileiras e uma paisagem urbana favorável à formação de refúgios de vegetação onde também circulam e vivem pessoas que fazem do espaço público o lugar de suas relações privadas.

"A rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu habitat, propriamente dito, onde encontra-se estabelecida uma intrincada rede de relações. O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como populações de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. [...]"

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. (BRASIL, 2008)"

Os trechos acima são excertos da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua, criada em 2008, e que estabeleceu princípios e definições para que o acesso aos direitos desse público fosse efetivo, atenuando os processos históricos de agravamento da desigualdade social, incluindo desde a colonização do país à abertura neoliberal das últimas décadas.

¹² Documento que marca o pensamento do urbanismo moderno elaborado por arquitetos e urbanistas no contexto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado naquela cidade em 1933. O texto encontra-se disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>

Segundo as diretrizes dessa lei, junto aos estudos para a caracterização do fenômeno “população em situação de rua” no Brasil, a heterogeneidade de experiências e de vivências urbanas tem em comum a vulnerabilidade social, o rompimento dos vínculos familiares e sociais e as moradias precárias em espaços públicos.

Ao indicar as especificidades do catador que vive no Cerrado, uma variação da situação de rua, busco reconstruir as impressões de alteridade nítidas entre o grupo de catadores ciclistas em relação a outras pessoas em vulnerabilidade nas ruas de Brasília. Uma fronteira entre diferentes possibilidades de habitar a escala bucólica da cidade evidenciou contrastes e similitudes entre os diversos grupos e pessoas *na ou da rua*.

Os catadores ciclistas evidenciam suas responsabilidades como provedores, pais e mães de família que tem no trabalho com a reciclagem um modo de sustento não só para si. Ao compartilhar a rua com os “*trecheiros*”, o pessoal em situação de rua, eventualmente catadores avulsos, não os reconhecem como verdadeiros catadores, porque não alcançariam uma produção considerável, nem mantêm rotinas regulares. Para além do trabalho, o modo de vida do *morador de rua* difere da identidade do catador de recicláveis do Cerrado que mantém o abrigo fixo de suas casas, ainda que elas estivessem, efetivamente, em espaços públicos.

Segundo Cordeiro (2018), os moradores de rua de Brasília também mantêm os vínculos familiares, a despeito do que indica uma das definições da Política de Inclusão do pessoal em situação de rua. Em alguns casos, a rua até favorece a retomada de relações familiares, pois ao se afastar do centro dos conflitos (a casa), o morador de rua pode retomar alguma possibilidade de convivência com seus familiares.

A rua, segundo a pesquisa etnográfica de Alex Cordeiro, não é o lugar da negação das relações, mas um outro palco onde as relações existentes se modificam, novas redes se formam e a ideia de família deve ser pensada compreendendo essas formações de parentesco que privilegiam menos a consanguinidade do que a amizade, a irmandade, a humildade e o respeito reconhecidos a partir de experiências compartilhadas. Na pesquisa de Cordeiro, os *trecheiros*, são aquelas pessoas que estão de passagem: andarilhas que seguem viagem Brasil afora. As pessoas em situação de rua que permanecem na cidade se reconhecem como moradores de rua.

Aqui, manteremos a diferenciação entre situação de rua e situação de cerrado, compreendendo que são múltiplas as formas de estar na rua e em vulnerabilidade. O catador ciclistas das cargueiras não se reconhece nem como morador de rua, nem como trecheiro. Os moradores de rua, na pesquisa de Alex Cordeiro, também dedicam-se à reciclagem avulsa, mas contam com outras fontes de sustento: *manguear*, vigiar carros e vender doces, por exemplo.

Em outra pesquisa, realizada no fim dos anos 1990, Bursztyn (2000) afirma que muitos trabalhadores que chegavam em Brasília e não conseguiam ser incluídos no mercado formal de trabalho passavam a habitar os cerrados próximos à zona monumental. Os emigrantes nordestinos, principalmente, tornavam-se catadores de papel e encontravam no Cerrado o espaço próximo das fontes burocráticas dos órgãos governamentais, um lugar para desenvolver suas atividades econômicas a partir da mobilidade com as carroças. Camuflados em áreas de vegetação, reproduziam a organização social do trabalho familiar não mais na zona rural, mas nas ruas da cidade.

O autor propõe uma classificação da população de rua em Brasília observando suas “relações de trabalho, estratégias de subsistência, vinculações sociais, expectativas e visão de mundo.” Nessa classificação, *o catador de lixo seco* foi considerado entre os doze diferentes perfis de população em situação de rua o mais bem sucedido. Instalados em agrupamentos de barracas de lona e madeira, os catadores conseguiam uma renda de dois a três salários mínimos trabalhando a partir de carroças e, na maioria das vezes, engajando toda a família no trabalho, incluindo os filhos a partir de cerca de 10 anos. Como os catadores de papel nos anos 1990, os catadores ciclistas conseguem rendimentos econômicos razoáveis, mas desempenham o serviço individualmente e nas bicicletas.

No Cerrado, o pessoal de Iguatu se organizava em núcleos familiares, preservando entre os vizinhos, cunhados, compadres, sogros e sogras, tios e outros componentes da família extensa. A perenidade desses vínculos indica que a reciclagem tem sido um meio de vida não tão *avulso* assim, promovendo o meio de sustento dessa e de outras comunidades no DF. O rendimento econômico dos *catadores do Cerrado* tem sido razoável em relação não só aos *moradores de rua*, mas até se comparado a catadores formalizados em cooperativas e associações, tendo em vista o alto custo que as organizações despendem em relação aos custos na vida no Cerrado.

De Iguatu para Brasília, as e os interlocutores tem histórias de idas e vindas, apenas alguns vieram para nunca mais voltarem. Nesse vai e vem de pessoas e de histórias, muitos vieram acompanhar seus familiares e conhecidos. A notícia dos ganhos econômicos a partir do lixo atravessava o Brasil e trazia futuros catadores que vinham diretamente para reciclagem, não para outras ocupações. A prioridade era se inserir em um ramo que tem sido uma atividade econômica rentável muito vantajosa se comparada aos ganhos irrisórios e ao *trabalho pesado* anterior à mudança para Brasília.

"Eu não acho esse trabalho pesado. O problema é que a gente não tem sossego". Pedalar com volumes e pesos de até 16 sacos de lixo, dos de 100 litros, em percursos diários de cerca de 20 quilômetros, para Dona Caçula, de 53 anos, é um serviço menos pesado se comparado ao trabalho na roça e mesmo ao trabalho doméstico como meios de sustento. Quando comparada às atividades anteriores, em Iguatu, São Paulo ou Fortaleza, a reciclagem autônoma revela-se uma opção das mais interessantes dos pontos de vista da liberdade pessoal, da rentabilidade e até do conforto ergonômico. Na memória dos catadores e das catadoras, os turnos exaustivos e os rendimentos pífios da construção civil, da lavagem de roupas, do trabalho na roça ou na cidade vem carregados também da exploração e humilhação por parte de chefes e patrões.

No entanto, o que tem afligido Dona Caçula e os/as companheiros/as da reciclagem não são os modos de trabalho ou a rentabilidade da atividade, por mais precárias que sejam as relações com a indústria e seus intermediários. O *sossego* que falta à Dona Caçula tem expressão exata na perseguição do governo em consecutivas *derrubas*¹³. Ocupando áreas públicas, os catadores são denunciados pela população que, incomodada com a *sujeira*, exige do governo sua remoção das áreas de vegetação ou da rua. O próprio governo, especificamente o IBRAM¹⁴, cria demandas de remoção para assegurar que as áreas de vegetação permaneçam preservadas em suas características *naturais*.

¹³ Utilizaremos derruba (e não derrubada), porque esse tem sido o termo usado pelas/os interlocutoras/es. As derrubas são uma das atribuições da AGEFIS, o órgão responsável pelas "operações de erradicação, remoção e demolição de ocupações irregulares nas áreas de [sua] atuação", entre outras operações. Disponível em: <http://www.agefis.df.gov.br/reproducao-de-copias-de-documentos/item/1838-competencias.html>

¹⁴ O Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) é atualmente o órgão responsável pela gestão dos parques públicos do DF.

Considerados fora do lugar, os catadores de recicláveis do Cerrado geram incômodo como invasores de áreas de preservação ambiental. Sobre eles, aliás, sobre seus pertences, incidem as ações de remoção realizadas pela AGEFIS. A estratégia (DE CERTEAU, 1998) do governo é remover os pertences considerados abandonados nas áreas públicas. A repressão é direcionada contra as coisas consideradas fora do lugar, impróprias. Às pessoas, sujeitos de direito, não podem ser privadas da circulação e da ocupação de espaços, porque, afinal, são públicos. Portanto, as remoções incidem diretamente sobre *as coisas do pobre*, como disse Luciano: os materiais recicláveis vendáveis ou os barracos que *são perseguidos como o pobre*.

Preservar os limites da cidade, as fronteiras espaciais e simbólicas, tem reforçado modelos de remoção como a principal estratégia do Estado contra as hibridizações e as descaracterizações do espaço urbano, da rua ou da reserva ambiental, como lugares imaginados para finalidades planejadas. No caso da "Invasão Noroeste" foram incontáveis as *derrubas*, principalmente no primeiro momento de construção do bairro. O relato de João, sobre o tempo que não dava nem para "fincar os paus no chão", faz eco a outras histórias sobre as *derrubas* da época do Governo de José Roberto Arruda e Paulo Octávio, momento em que a Terracap e o GDF despenderam altos investimentos públicos e muitos esforços políticos para a construção do controverso bairro Noroeste. Naquela época, as moradias eram erguidas e destruídas tão rapidamente que não havia tempo sequer para retirar os pertences de dentro dos barracos. Contrariando a propaganda do urbanismo verde, o material reciclável trazido para venda chegou a ser enterrado e incendiado várias vezes¹⁵.

Nesta pesquisa, nos interessa saber o que os catadores avulsos, do Cerrado, ensinam com a persistência de anos e décadas de trabalho regular com a reciclagem independente e informal nas ruas de Brasília, a despeito da violência das *derrubas* e outras intimidações periódicas. A reincidência do catador em a u t o construir e reconstruir em áreas de vegetação evidenciam modelos falhos ou inoperantes no sentido da inclusão socioeconômica do catador de rua. Por outro lado, o aumento do número de catadores nas ruas, aponta para o potencial da reciclagem autônoma como atividade produtiva e acessível.

15 Ver o relato da Derruba de outubro de 2018, principalmente o que fala Luís, na página 90 deste texto.

Segundo nos informou um servidor da Secretaria de Meio Ambiente do DF, são cerca de 1400 catadores no Cerrado da capital, por volta de 600 cooperativados, outros 800, avulsos. Em períodos distópicos, de crise econômica e de ruptura democrática, cada vez mais catadores informais, por mais indesejados que pareçam ser, tem circulado em bairros abastados da cidade, onde conseguem encontrar o lixo valioso, *o lixo rico*, que propicia seu sustento e a continuidade de sua identidade de trabalhador ainda que marginalizado socialmente e mal incluído (ZANETI, SÁ & ALMEIDA, 2009) na cadeia produtiva da indústria. Acompanhar uma comunidade de catadores ciclistas tem mostrado que os usos e as práticas espontâneas na reciclagem no DF não se restringem a uma só comunidade, mas tecem redes de conhecimentos que exibem nas técnicas de trabalho a resiliência dos anos dedicados a uma só atividade produtiva e que engloba habilidades diversas. Apesar dos riscos da informalidade, da escassez e da vulnerabilidade social, não são raros os relatos de quem sai do Cerrado e acaba voltando para a catação de rua, mesmo depois da conquista da casa própria ou do ingresso em cooperativas ou associações.

A partir dessas questões iniciais, é necessário pensar a trajetória dos catadores do Cerrado, desde a pesquisa de Burnsty até nossa própria incursão etnográfica junto ao pessoal de Iguatu, indicando as políticas eficientes e os modelos inclusivos e, por outro lado, a repetição de modelos insatisfatórios no sentido de atender os catadores avulsos em situação de cerrado e também os moradores ordinários que exigem suas zonas verdes na cidade. O verde, como parte da rua, recria uma pureza natural no centro urbano, um contraste imediato à interferência da cidade. Não à toa, as práticas de apagamento narrativo do catador apostam na remoção de sua interferência na paisagem considerada natural, e nunca promovem ações de fixação nos espaços centrais da cidade como partícipes do equipamento urbano.

Observando o registro da negatividade atribuída ao trabalho informal da reciclagem – somado o crescente número de catadores avulsos nas ruas de Brasília¹⁶ – é perceptível que as medidas que os perseguem por meio das remoções de seus pertences tem falhado em dois sentidos: no objetivo de preservação do verde da cidade e no sentido da inclusão social dos catadores avulsos. Ser catador e estar na rua conjuga duas situações que interseccionam a Política Nacional de Inclusão da população em situação de rua à Política Nacional de Resíduos Sólidos, e que tem sido negligenciadas.

¹⁶ Não só Asa Norte e Noroeste: Asa Sul, Sudoeste e Águas Claras são exemplos de cidades onde circulam catadores avulsos diariamente.

Um processo de valorização social tem ganhado força no Brasil, a exemplo da criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que muito contribuiu para a consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010. Nesse processo de afirmação e de valorização do reciclador/catador, cooperativas e associações são criadas e fortalecidas, e o status de catadores de lixo dá lugar ao de agente ambiental (CRIVELLARI & KAMP, 2012). No entanto, a sustentabilidade dos catadores do Noroeste não configura aquela esperada pelos moradores e, de certo modo, garantida pelo GDF nas repetidas *derrubas*. O trabalho da reciclagem passa a ser poluente, por estar fora do lugar desejável. É compreendido como informal, inapreensível, de fronteira: não cabe nem no cerrado, nem Plano Piloto, ainda que a reciclagem de rua contribua direta e paradoxalmente para a limpeza pública da cidade.

Como parte de um acordo para deixarem a área do bairro já vendido e consolidado com mais de 10 mil habitantes (JANUZZI, 2016), as catadoras¹⁷ foram incluídas nas listas de beneficiadas do programa Morar Bem do GDF, vinculado ao Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Articulados ao Movimento Nacional da População de Rua e à Pastoral de Rua e à CNBB, o coletivo de Iguatu conseguiu ser incluído na conquista da casa própria, passando a morar nos apartamentos do Paranoá Parque desde o fim de 2016, um pouco depois do encontro com o João, a única visita que fiz à ocupação antes da remoção que tirou os catadores de suas antigas moradias no Noroeste.

Ao encontrar um interlocutor de pesquisa trabalhando na 411 Norte, o Bibi, soube, em 22 de novembro de 2016, que já não havia ocupação desde o início daquele mês. O acampamento havia sido destruído e os moradores do cerrado aguardavam ainda na Asa Norte pela entrega das chaves de seus futuros apartamentos nos condomínios verticais do Paranoá Parque. Como previu João em nossa primeira conversa, a ocupação estava com os dias contados.

A imagem da sujeira: o catador poluente

A remoção dos catadores contou com a seguinte reportagem: “No Noroeste, moradores continuam preocupados com a insegurança na região” veiculada no DFTV 1ª edição, da Rede Globo, de primeiro de novembro de 2016.

¹⁷ Como em outros programas do Governo Federal, o cadastramento prioriza as mulheres chefes de família.

No Noroeste, os moradores comemoram a desocupação de uma área de proteção ambiental, mas continuam preocupados com a insegurança da região.” A primeira frase anunciada pelo apresentador leva à reportagem com imagens de catadores desmontando suas casas, e em seguida, trabalhadores do SLU (Serviço de Limpeza Urbano) incumbidos de recolher o que sobrou dos barracos. A imagem da remoção dos barracos na ARIE Cruls, acompanhada de texto em *off* da jornalista, associa a presença dos catadores à destruição e à poluição da área de vegetação nativa.

Um funcionário com uniforme do SLU, talvez coordenador daquela operação, enfatiza a destruição do meio ambiente. “Acaba destruindo bastante. Limpando, ajuda a voltar a natureza”. Vale lembrar que a Arie Cruls foi criada como medida compensatória para o impacto ambiental gerado na construção do bairro Noroeste. A área, portanto, é remanescente de uma *natureza* alterada, urbanizada. Os impactos ambientais da consolidação do bairro em cerrado nativo não impediram que a sustentabilidade fosse um dos valores do projeto urbano do Noroeste que alia exclusividade, conforto, modernidade a uma preocupação com o meio-ambiente.

Na reportagem sobre a remoção da “Invasão Noroeste”, uma catadora é entrevistada e diz que “todo mundo tá aceitando numa boa, tão saindo os caminhões. A gente tá derrubando os barracos e deixando tudo no chão, porque a gente tá doando as madeiras pra uma cooperativa que tem lá na Estrutural. E tá todo mundo tranquilo.” A saída dos catadores aconteceu depois de inúmeras *derrubas* que pressionavam os catadores a abrirem clareiras e novos lugares no cerrado.

A responsabilidade ambiental (e solidária) na doação dos materiais revela além da consciência socioambiental, a ausência de embate com a Agemis ou a Polícia Militar, consequência de uma negociação que não veio à tona na reportagem: a articulação dos catadores na conquista do direito à casa própria e regularizada junto ao GDF. Diferente de outras remoções anteriores, a de novembro de 2016, os catadores saíram do Noroeste para ocuparem suas casas próprias. Incluídos em cadastros de acesso à moradia para a população em vulnerabilidade, a saída dos catadores foi efetiva e pacífica porque não foi uma estratégia unilateral, do governo contra os ocupantes, e sim um acordo entre catadores, governo, os moradores do Noroeste e segmentos da Igreja Católica.

“A operação [de remoção] acontece depois de muitas queixas dos moradores do Noroeste”, segundo a jornalista. Um entrevistado em traje de ciclismo anuncia: “o governo estava perdendo o controle sobre a área verde.”

Com imagens aéreas, o texto em off anuncia que “há muitas árvores na região”. A descrição do espaço gera a ideia de degradação: “garrafas velhas, plásticos” são exemplos da poluição, a sujeira, gerada pela ocupação. Além da ARIE Cruls, a área limítrofe da Asa Norte com o Noroeste, do outro lado do bairro, também é mostrada como uma área de abandono, outra invasão de catadores, motivo de insegurança para os moradores dos prédios.

O dito descontrole do governo, a ocupação dos catadores e a suspeita sobre as áreas de cerrado levam à temática da insegurança: “os bandidos aproveitam exatamente disso, de saber que ali tinha gente humilde, e de ser de difícil acesso. Então eles praticavam os assaltos deles próximos de lá, em geral, e corriam lá pra dentro”. São conclusões do presidente da AMONOR (Associação dos Moradores do Noroeste).

Não obstante à saída dos catadores, “agora, a associação de moradores estuda instalar câmeras de segurança em todo o bairro. Eles querem que o Noroeste seja o primeiro lugar do DF cem por cento monitorado.” Na reportagem, depoimentos de duas mulheres que não foram efetivamente assaltadas ou furtadas dão o tom do perigo. Os assaltos geralmente aconteceriam na região do PEBM e também próximo à região de cerrado remanescente da terra indígena. A repórter explica em tom de denúncia: “os assaltantes usam de obstáculos na pista e depois eles fogem para essa área aqui, que é uma reserva indígena onde a polícia não pode entrar”.

Ao fim da reportagem, em tom grave, o apresentador do noticiário anuncia o aumento do patrulhamento da polícia militar no bairro, polícia que está à disposição a respeito de qualquer ato suspeito. A responsabilidade sobre o parque é do Ibram, que afirma fazer reuniões, e que “uma das prioridades deste governo é tirar o parque do papel”.

*

Com o excerto jornalístico sobre o fim da ocupação do Cerrado, a ambiguidade do catador fica exposta: o *status* do catador de recicláveis engloba a insegurança e a sujeira no bairro. A comemoração dos moradores pela desocupação indica também uma ordem social e espacial retomada que fora abalada pela presença dos catadores, do lixo, dos criminosos e até dos indígenas na área do *Cerrado*. O que está em jogo é a manutenção da harmonia e do bem estar dos moradores dos prédios, gerado a partir da negação de todas as alteridades imprevista e indesejada no bairro - a dos habitantes do cerrado: seja indígena, catador ou os marginais, no fim, todos representam *perigo*.

Uma ocupação em área regulamentada como de “interesse ecológico” é então um tipo de ofensa; uma ameaça do ponto de vista ambiental e social. Para um bairro planejado onde o investimento para habitar é restrito à classe média alta, não são apenas os resquícios da reciclagem que afetam a “natureza”. A presença de catadores também é indesejada seja na rua ou no cerrado, configura ambiguidade, e a elas recai a suspeita de que sejam criminosas ou a certeza de que sejam invasoras e poluentes do meio-ambiente.

“Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema.” Podemos reconhecer nas nossas próprias noções de sujeira que estamos usando uma espécie de *omnibus compendium* que inclui todos os elementos rejeitados de sistemas ordenados. [...] resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais. [...] Pois, parece que qualquer coisa que percebemos é organizada em padrões pelos quais nós, os observadores, somos em grande parte responsáveis.” (DOUGLAS, 2014: 50)

Segundo a autora, são as zonas de ambiguidade e de anomalia que interferem ou ameaçam a preservação de uma ordem vigente, seja no sentido da sacralização religiosa ou na manutenção de uma forma social esperada. Purificada e higiênica, a sociedade moderna teme o perigo por contágio com a poluição, não por um medo ou terror, mas por um desejo de ordem. Os sistemas de classificação são operados por “gestos de separação, classificação e limpeza” (DOUGLAS, 2014: 7) notáveis pelo contraste entre as categorias operantes e expressas nas ações e nos *rituais de purificação*.

A ambiguidade e a anomalia, para a autora (DOUGLAS, 2014: 52), não são sinônimos, exatamente, mas pensando a definição dos sistemas de pureza e impureza, acabam por designar comportamentos e efeitos semelhantes, geram estranhamento e conturbação dos padrões definidos e esperados. Possíveis criminosos podem ser confundidos com catadores ou se esconderem numa reserva indígena, estão associados ao cerrado e à escuridão das ruas, mas não poderiam ser confundidos com moradores de apartamentos de alto padrão.

“[...] considerem-se as crenças sobre pessoas em situação marginal. Estas são pessoas que estão de algum modo excluídas do padrão social, que estão deslocadas. Podem não estar fazendo nada de moralmente errado, mas seu status é indefinível.” [...] O perigo está nos estados de transição, simplesmente porque a transição não é nem um estado nem o seguinte, é indefinível. A pessoa que tem de passar de um a outro, está ela própria em perigo e o emana a outros.” (DOUGLAS, 2014: 118)

A simples presença do catador na rua ou no cerrado desencadeia em pessoas que não escondem seus preconceitos, reações incontidas: o trancamento dos contêineres, piadas, ofensas diretas ou gestos de asco. Um dos ciclistas catadores relatou o tipo de assédio que teve que ouvir de um morador do Noroeste: “Eu não paguei para ver pobre aqui.”

Na frase infeliz podemos perceber que o status de catador, o pobre, difere do status esperado, exclusivo para ricos, e passa a ser indexado por ser um elemento contaminado e contaminador. Certamente a postura violenta de algumas pessoas não deve sintetizar a opinião geral dos moradores do Plano Piloto, mas, ainda hoje não são raros os relatos de assédio entre as interlocutoras e interlocutores.

A lida direta com o lixo expõe, efetivamente, o catador às contaminações bioquímicas, a acidentes como cortes e ferimentos, além dos riscos do trânsito de bicicleta em uma cidade que prioriza o automóvel. Mas, quanto mais afastado dos modelos formais de trabalho, mais exposto o catador está também à contaminação simbólica. No final das contas, é menos do lixo e mais do catador que emana a sujeira urbana. O perigo da criminalidade, do desconhecido, da intrusão de corpos outros ao projeto de um bairro de alto padrão econômico sintetizam o status ambíguo que desqualifica a produtividade do catador, responsável pelos altos rendimentos da indústria dos resíduos sólidos no Brasil.

Buscando sobre a questão dos catadores no DF, encontrei um filme no youtube "Brasília: uma questão Estrutural"¹⁸. O filme parece amador, mas é genuíno na busca pela memória e pela história dos primeiros moradores da Cidade Estrutural, surgida da atividade autônoma e da resistência dos catadores de recicláveis. Uma das entrevistadas, no filme, fala exatamente sobre a poluição das pessoas. Na história da cidade que nasceu da reciclagem independente em um aterro que virou o maior lixão das Américas, não era o lixo ou o lixão o fator poluente, mas a presença das pessoas em um lugar indevido, impróprio não pela insalubridade do local, mas porque aquela população estava próxima demais da centralidade de Brasília.

¹⁸ O filme está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-gKjLulc8Mk&frags=pl%2Cwn>. A fala da moradora pode ser vista a partir dos 13'39”.

Com o gesto de remoção da ocupação do Cerrado, a *derruba*, a ordem urbana planejada, a cidade sonhada para e pelos moradores dos apartamentos é mantida. Os limites foram restabelecidos entre a rua urbana e o Cerrado-bioma: inabitado, natural e puro.

O grupo de Iguatu deixou o cerrado para morarem, as cento e quarenta e duas famílias²⁰, na área cedida pelo Movimento Eureka, da Igreja Católica, na 906 Norte, não diretamente nos apartamentos prometidos. Quem não pôde aderir às exigências governamentais dos programas de moradia, pôde ou receber um auxílio-aluguel ou voltar para o Ceará. João, nosso primeiro anfitrião na ocupação, usou o auxílio aluguel para morar na Cidade Estrutural.

Na espera pelas chaves dos apartamentos no Paranoá Parque, os catadores permaneceram em uma daquelas situações provisórias que deveriam durar alguns dias, mas acabaram se arrastando por semanas e meses. Simultaneamente à espera dos apartamentos, o grupo aguardava também a consolidação de uma associação, a primeira em Brasília formada por catadores de rua, segundo a liderança da organização. Como seus futuros lares, o galpão/sede da associação de catadores deveria ser localizado no Paranoá, uma cidade satélite que nasceu de outra ocupação espontânea, a Vila Paranoá formada por candangos e trabalhadores ainda nos anos 1960 (SANTARÉM, 2013).

Do Paranoá Parque ao Parque Burle Marx

O Paranoá é formado por casas geminadas organizadas em quadras, que totalizam hoje uma população de cerca de 60 mil habitantes²¹. Próximo ao conjunto urbano já existente, em uma área de uma antiga fazenda, foi construído em uma única etapa o Paranoá Parque. Um dos projetos da Terracap, assim como o bairro Noroeste, o Residencial foi considerado em 2014 o maior empreendimento do *Minha Casa, Minha Vida* para a "faixa 1" do projeto (famílias com até R\$ 1600 de renda bruta, hoje até R\$ 1800) em todo o Brasil.

²⁰ Segundo as lideranças do grupo na época.

²¹ Segundo o site da RA Paranoá: "A população projetada para o Paranoá em 2010 é de 50.950 habitantes, distribuídos pelos seus vários setores. O último Censo elaborado em 2000 pelo IBGE não traduz, atualmente, a realidade das RAs do DF, por isso optou-se por utilizar os Cadernos de Demografia para informar a população considerada em 2005. No Paranoá essa contagem é de 62.337 habitantes, distribuídos pelas suas diversas áreas". Disponível em: <http://www.paranoa.df.gov.br/category/sobre-a-ra/conheca-a-ra/>

Diferente do bairro Noroeste destinado a "classe média alta", o projeto do "condomínio" Paranoá Parque tinha por objetivo suprir o problema do déficit de moradias para um outro público. Foram construídos 390 edifícios de cinco andares, totalizando 6240 unidades habitacionais distribuídas em 27 quadras. Constituído de blocos residenciais de quatro andares e formado por apartamentos de dois quartos de 46 metros², hoje o Paranoá Parque se estende por uma área de 1.513.643,23 metros quadrados e tem uma população de cerca de trinta mil pessoas. Segundo a CODHAB: "O projeto foi iniciado em 2012 sendo a área estabelecida pelo PDOT como Zona Especial de Interesse Social, onde foram desenvolvidos e elaborados os projetos de urbanismo, infraestrutura, e das edificações sendo emitidos todos os licenciamentos".

Do Cerrado do Noroeste para os apartamentos do Paranoá Parque, os/as catadores/as, que conseguiram comprovar o "*tempo de Brasília*" (BORGES, 2005), passaram a ser reconhecidos como cidadãos brasileiros de direito. O tempo mínimo de comprovação como moradores da cidade é de cinco anos no caso dos cadastros nos programas de moradia. Esse pré-requisito para acesso aos programas sociais transcende, segundo Borges, o decorrer dos anos na cidade. A capacidade de reunir documentos que atestem a permanência no DF deve ser aliada à capacidade de acompanhar e operar as fórmulas definidas pelas políticas do Estado:

“[...] O tempo de Brasília não se refere apenas aos anos vividos na capital, mas à capacidade de ter suportado, ano após ano, agruras de toda ordem e, mais ainda, à habilidade de comprovar esses dissabores por meio de documentos cujo emblema e garantia é, por sua vez, um papel com o número da inscrição que todos trazem consigo.” (BORGES, 2005: 70)

O tempo de Brasília envolve outras variáveis que elencam os inscritos nos cadastros do governo em listas cuja classificação define a ordem com que os imóveis serão entregues aos beneficiários. A inserção nas listas por via de associações e cooperativas acelera a entrega dos imóveis, pois, diferente dos cadastrados sem vínculo associativo, os cooperativados conseguem maior pontuação na soma de variáveis que definem suas posições na lista de entrega dos imóveis.

De 2016 ao início de 2017, foram entregues 36 unidades para as 85 famílias de catadores de recicláveis cadastradas na *Associação Pop de Rua: abrindo caminhos*. Como a Associação dos catadores de Iguatu, outras organizações de catadores foram incluídas com prioridade nas listas da CODAHB para morarem nos apartamentos do Paranoá Parque. Outras famílias de catadores receberam o direito à moradia no Paranoá Parque segundo informações

oferecidas pela Centcoop, sendo incluídas em programas de financiamento do Morar Bem/Minha casa, Minha vida.

O direito à casa regularizada, no caso, aos apartamentos no Paranoá Parque, envolve assumir o compromisso de quitar com o governo uma dívida referente aos imóveis construídos em novas áreas urbanizadas. Diferente de outros modelos de acesso à moradia em que o governo cede terrenos desocupados para que os beneficiários construam livremente suas casas, no programa Morar Bem, a conquista da casa própria se dá pela aquisição de apartamentos prontos por meio de contrato de financiamento imobiliário junto à Caixa Econômica Federal. Portanto, os catadores ingressaram como moradores do Paranoá Parque mediante o contrato de aquisição dos apartamentos.

Enquanto os entraves burocráticos dos problemas cadastrais impediam a mudança para a nova vida, outro problema se impôs para algumas catadoras: mesmo com todos os requisitos cumpridos, seus futuros apartamentos encontravam-se ocupados por outras pessoas. Algumas das interlocutoras esperaram, em um período de chuvas torrenciais, até dois meses nas barracas de lona da Defesa Civil, pois os apartamentos no Paranoá Parque destinados a elas já estavam ocupados.

Como os apartamentos aguardavam a entrega oficial, encontraram-se vazios e propícios para a ocupação de pessoas que, como os e as catadoras, também careciam de moradia própria na cidade. A ironia dessa situação prolongava a estadia das famílias na Asa Norte. Naquele momento, o acampamento foi gradual e lentamente se esvaziando a medida que os contratos eram assinados e os apartamentos, desocupados. Enquanto esperavam pela entrega da casa própria, nossas/os interlocutoras/es tiveram que elaborar outras formas de trabalhar com a reciclagem já fora da ocupação do Noroeste.

O próximo passo da inclusão social, política e econômica dos catadores era a consolidação da associação e o acesso ao trabalho formalizado. Enquanto a associação não contava nem com uma sede nem com o maquinário necessário, as necessidades de sustento dos catadores tornaram urgentes que o trabalho com a reciclagem continuasse como já era desempenhado: nas ruas, no cerrado.

Trazendo os volumosos recicláveis para o terreno do Movimento Eureka, o local transitório entre o Cerrado e o Paranoá, os/as catadores/as tentaram continuar ali com o trabalho da reciclagem de rua, mas o acúmulo dos *bags* era incompatível com a licença de moradia provisória cedida pelos parceiros católicos. Para resolver o problema de onde guardar os recicláveis, os catadores voltaram a ocupar outros espaços do Cerrado do Plano Piloto, onde ainda hoje tem conseguido organizar os volumosos materiais recicláveis e vendê-los semanalmente aos intermediários da indústria que ali chegam com regularidade.

Em uma área entre os os bairros Noroeste e as quadras 900 da Asa Norte, encontra-se a extensa área do Parque Burle Marx, aquele mesmo parque das trilhas onde João e eu nos encontramos. Em um espaço muito próximo à zona residencial da Asa Norte (a do Parque que não se consolidou), os catadores reciclam um montante considerável de plásticos e metais, ainda camuflados na vegetação. Numa porção superior da área, próxima ao DETRAN, é possível identificar da pista (exclusiva para carros) vários barracos de catadores. Ali encontra-se um acampamento chamado por Araújo (apud Bursztyn, 2000) de *Favela do CEUB*, espaço de ocupação de catadores que data, segundo o autor, desde os anos 1980. Vários barracos já se encontravam na área do parque próximos a pista há muitos anos, apesar da repetidas das ações de remoção.

Em um local bem próximo à ocupação já existente, os catadores ciclistas instalaram o novo acampamento de trabalho ainda no fim de 2016. O espaço sombreado debaixo das mangueiras, camuflado pelo capim alto, favoreceu que um refúgio provisório surgisse para os catadores e seus materiais até que a cooperativa se consolidasse: o **Pé de Manga**. Instalando barracas de lona, madeira e plásticos, os catadores podiam também descansar e se alimentar entre as rotas de trabalho praticadas individualmente.

Na época da ocupação do Cerrado do Noroeste, famílias inteiras habitavam barracos similares, maiores e mais estruturados, com acesso à energia elétrica e à água encanada. Já o "Pé de Manga" não conta com essas infra-estruturas; o acampamento até hoje é bastante modesto, visto que só os/as trabalhadores/as frequentam o lugar. São raras as visitas de familiares, geralmente aparecem em dias de folga escolar das crianças, no período de férias.

Quando encontrei com Bibi e vi as barracas dos catadores no Eureka, no fim de 2016, imaginei que em pouco tempo o trabalho com as cargueiras não existiria mais, que os

catadores mudariam a forma de trabalho, passando das bicicletas, na rua, para o trabalho fixo em um galpão da cooperativa no Paranoá. No entanto, a espera por esse novo modelo de trabalho e a desconfiança quanto à rentabilidade do novo negócio mantiveram as cargueiras da reciclagem sempre presentes nas ruas da Asa Norte.

Com a saída do Cerrado do Noroeste, uma ocupação servida de *gatos* de energia e de água e sem qualquer custo pela permanência no local, os catadores sentiram o impacto do aumento dos custos de vida na cidade com o acúmulo das contas de condomínio, da quitação do apartamento, as contas de água e de luz e ainda o aumento dos custos com a mobilidade urbana. Mesmo somando os auxílios cedidos pelo governo, as despesas domésticas exigiram rendimentos ainda maiores dos catadores ciclistas que dependem exclusivamente do ofício da reciclagem sobre duas rodas.

Como a inclusão social se deu pela via do consumo – o direito à cidade passa necessariamente a dever à cidade – a produtividade econômica do catador foi ainda mais exigida. A renda de seu trabalho passou a ter que financiar os custos de vida já existentes e os novos compromissos de adesão a uma cidadania urbana. Portanto, para que pudessem habitar formalmente a cidade, manterem seus apartamentos, os catadores de Iguatu voltaram ao Cerrado, ocupando porções mínimas de terra pública na escala bucólica da cidade de onde desenvolvem uma base para continuarem na reciclagem autônoma enquanto outras formas de trabalho formalizado ainda estavam em vias de se efetivarem com a consolidação da associação.

No capítulo a seguir, busco recriar o mosaico de experiências etnográficas realçando o diário de campo e as fotografias e os vídeos como forma narrativa. Os títulos com datas são fragmentos do diário de campo e proporcionam à leitora a continuidade dos percursos da própria pesquisa. Outros títulos são fragmentos analíticos criados no período da escrita final da dissertação.

CAPÍTULO 2 - RELATOS EM MOVIMENTO

Ainda no período em que os catadores esperavam pelos apartamentos no Eureka, Bibi me levou para que eu conhecesse seu trabalho. Preferi me ater ao percurso, acompanhando-no apenas no exercício da observação sem outra máquina senão a bicicleta. Estávamos nos conhecendo naquele momento, começava meu percurso mais como curiosa do que pesquisadora. Considerei que registrar alguém que apenas tinha acabado de conhecer algo um tanto violento, invasivo. Falei de minha intenção de pesquisa e conversamos durante o percurso. A seguir, o relato dessa primeira atividade de *go along*.

Uma volta com Bibi

23/11/2016

Na 906 norte, no terreno do Movimento Eureka, encontrei Bibi. Passei a frequentar o lugar preocupada com a situação do pessoal e sempre procurava Edilânia, sua irmã, para saber das novidades por ali. Até então, ainda estavam lá 22 famílias esperando pelos apartamentos no Paranoá.

Por volta das 9h30, Bibi não tinha saído ainda na sua cargueira, ainda ocupado na mudança de sua sogra. Àquela hora, os caminhões do lixo já recolheram boa parte dos recicláveis que Bibi poderia coletar. Dali saímos um pouco atrasados para um dia bom de se encontrar muito material, mas ainda a tempo de conhecer um pouco do cotidiano da reciclagem sobre duas rodas.

Camisa da seleção do Qatar, bermuda tãctel, boné vermelho combinando com a roupa do time de futebol: Bibi tem 36 anos, é esbelto e grisalho. Anda de sandália amarronzada do tom da terra do cerrado. Fala calmo, se assume tímido, mas é solícito com minhas perguntas sucessivas. Seu apelido veio do “bip bip” da buzina.

Ele anda ligeiro cortando o trânsito, observando os caminhos possíveis entre o asfalto, as calçadas e ciclovias. Corta o eixão por debaixo dos viadutos como os carros e as motos.

Percorrendo a cidade com o catador, sinto o relevo plano, declives suaves e constantes, distâncias médias entre as quadras: nem tão curtas, nem tão longas para o pedal.

A bicicleta de carga de Bibi tem dois caixotes de plástico empilhados na garupa, o mais alto sem fundo. Um outro caixote vai instalado na parte dianteira do guidom. Nas extremidades traseiras, por dentro das caixas plásticas, dois cabos de vassoura paralelos servem de suporte para os sacos que vão ali amarrados e cheios de recicláveis. Quando a bicicleta parava, outro cabo de madeira fazia a escora para mantê-la em pé. A bicicleta de Bibi é de carga, toda branca, até as mínimas peças e o terço no manete direito do guidom – uma roda menor na frente, outra roda maior atrás. Há cinco anos Bibi trabalha pedalando diariamente nessa mesma bicicleta sem marcha nem freio, afinal essas peças são frágeis e não suportam as cargas dos catadores.

Da 906, a primeira parada é na 707. Na W4 Norte uma sorte de comércio, lojas, lanchonetes, bares e ainda os apartamentos e quitinetes dão vida aos prédios de dois andares. Bibi encontra algumas latas de cerveja no contêiner do lixo orgânico, vai coletando e me contando um pouco de sua história.

Há uns dez anos, ele deixou o Ceará e veio para morar com a irmã mais nova, já em Brasília. O cunhado em uma semana ensinou como era o serviço. Quando chegou, Bibi começou como *corredor de sinal*, trabalho que consistia em empurrar a cadeira de rodas de um pedinte, seu chefe. O homem chegava a tirar mais de cem reais por dia e só lhe pagava quinze. Com aquele dinheiro, ele comprou sua bicicleta, a atual, e mudou de ramo.

Ele já veio para Brasília tendo em vista o trabalho com reciclagem, de forma que não estranhou ter que manusear os resíduos. Ele disse já ter vindo com a ideia de trabalhar na reciclagem, porque outros parentes já trabalhavam e contavam como era a abundância do *lixo rico* de Brasília. Já houve um dia em que Bibi encontrou um punhado de dinheiro que não reconheceu, imaginou ser dinheiro antigo, moeda sem valia. Deixou o dinheiro à vista, em cima da geladeira de casa, e foi sua filha quem o avisou que eram dólares americanos. Quando seus parentes que já trabalhavam na reciclagem contavam que no lixo se achava até ouro e prata, ninguém acreditava. “Chegando aqui acontece de achar esses tesouros”.

O trabalho nas cargueiras de rua resulta na triagem dos resíduos recicláveis, o plástico e o alumínio, ainda nas lixeiras. O lixo comum oferece também outras surpresas aos catadores atentos e de sorte.

Cerca de trinta quilos dos dois materiais formam um *bag* que costuma valer em torno de vinte e cinco reais. O cobre é considerado *material fino* valendo ou dez ou quatro reais por quilo, a depender se vai com o plástico dos fios elétricos ou só o metal puro. Cada catador trabalha individualmente, procurando completar os *bags* para vendê-los ao intermediário da indústria, dono do caminhão que vai buscar os materiais nos próprios acampamentos. Bibi me conta que do comprador do caminhão, o material vai para uma indústria onde é compactado e preparado para ser efetivamente reciclado em São Paulo. De lá vem as garrafas PET e as latinhas de alumínio novas. Depois de comprados e consumidos, os recipientes vão parar novamente no lixo e dali recomeçam o ciclo como matéria prima industrial mais uma vez.

Além dos metais e plásticos, há ainda uma infinidade de objetos descartados: ferros de passar, caixas de som, celulares, computadores, um sem número de pequenezas das mais diversas, em bom ou perfeito estado, que podem ser adotados como objetos pessoais dos próprios recicladores ou encontrar outro destino: *o b j e t o s* vendidos na feira da Estrutural aos domingos. O trabalho diário se apoia na quantidade de alumínio e plástico vendidos em lotes, mas tem um incremento importante na venda dos reaproveitáveis, os *bregueces*.

Continuando com Bibi, descendo da W5 em direção ao Eixão, na SQN 111, encontramos outro catador, Seu Raimundo, vulgo Maranhão. Os dois conversavam sobre não ter muita coisa nos contêineres naquela hora, “tava fraco”. Depois de atravessado o viaduto lado a lado com os carros, paramos num contêiner de bloco residencial na 212. Bibi me explica que o trabalho é assim, enquanto ilustra com seus próprios movimentos as etapas de seu trabalho.

Do contêiner cheio, são tirados os sacos de lixo que tem *a boca* rasgada. Ali mesmo, Bibi faz uma triagem ao lado do cesto. São embalagens de amaciante, xampu, água mineral, álcool, latas de alumínio, embalagens de aerosol que vem à tona enquanto Bibi rasga os sacos sem espalhar o conteúdo, a não ser as embalagens recicláveis que ele atira ao chão.

Apesar de lida sem qualquer proteção nas mãos, há uma minúcia nas pontas dos dedos para que não toque nos objetos perigosos e perfurantes. Ele só pega o que lhe interessa, jogando para fora do contêiner o que vai levar, e devolvendo ao lugar de origem aquilo que ele dispensa em sua busca. Bibi demonstra agilidade e habilidade no reconhecimento tátil dos recicláveis e reaproveitáveis, diz que não se adapta às luvas. Reconhece o perigo da falta do uso, mas como depende diretamente do tato para reconhecer os materiais que procura, dificilmente ele ou outros catadores de rua usam esse tipo de equipamento. Numa lixeira, uma vez sofreu um corte profundo no pulso direito por espinhos de uma planta venenosa. O ferimento se complicou e ele mostra o polegar direito e a dificuldade de trabalhar depois da infecção. Além dos restos de poda, também já se cortou com latas de sardinha. Foram tantos os cortes, que aos pequenos ele nem dá mais atenção.

Ainda trabalhando no primeiro contêiner, dos três de um bloco na 212, chegou o caminhão da coleta seletiva. Os dois funcionários da empresa responsável, vestidos no uniforme verde, descem do caminhão e fotografam com o celular o próprio trabalho. Um deles explica para Bibi que é para comprovar para empresa que recolheram o lixo que estava atrasado. A aproximação do carro, apesar de barulhenta, não perturba Bibi, que puxa o assunto do trânsito do caminhão, por onde ele já passou ali na Asa Norte. Segundo Bibi, o caminhão da coleta seletiva passa duas vezes por semana (terça e quinta) e só passou hoje porque ontem um outro caminhão, que deveria ter buscado, não foi. Enquanto os três funcionários (o motorista e os dois carregadores) conversavam com o Bibi, mal consegui ouvir qualquer coisa. O ruído do caminhão era altíssimo. Bibi deu um jeitinho de perguntar o porquê das fotos antes de eles irem embora.

Bibi recolheu os plásticos que se espalhavam no chão, as embalagens que ele havia separado, e colocou tudo em um saco preto de cem litros que também saiu da lixeira, amarrando-o a um dos cabos de vassoura na traseira da cargueira. Na ciclovia da 212 em direção à 211, seguimos para outra parada. No caminho outro caminhão de lixo passa nas 400, um dos coletores, de uniforme laranja da coleta indiferenciada²², acena pra Bibi que me explica: “eles são cearenses também?”. Seguimos para a *informática*, a rua comercial das quadras 207 e 208 Norte. Na ciclovia, Bibi me conta da batida policial no Cerrado. De lá saíram três vans com criança,

²² A coleta seletiva deve recolher os resíduos sólidos recicláveis, já a coleta indiferenciada leva à Usina do SLU o rejeito que passará por processos de compostagem. Os rejeitos deveriam ser de materiais orgânicos, mas boa parte do lixo indiferenciado ainda é de resíduos sólidos não separados.

mulher, todo mundo direto para a delegacia. Eles saíram de casa às 23h e só foram liberados às 4h. Quem devia, ficou por lá, e o resto do pessoal teve que voltar a pé.

Voltando já subindo em direção ao Eureka, na SQN 308, encontramos numa das últimas paradas, outra pessoa trabalhando com reciclagem, procurando na lixeira. É um carroceiro, não parece ser um conhecido. Bibi o avista e dá meia volta. Em pouco tempo chegamos no Eureka, nas moradias provisórias.



Barracos da Espera

Durante o ano de 2017, vivi a abertura e a receptividade das catadoras e catadores-ciclistas. Me tornei uma ouvinte das histórias de um pessoal que, para além do estigma da pobreza, desenvolveu um modo de vivenciar a cidade revertendo a escassez em eficácia, ou o lixo domiciliar em bens produtivos. Nesse primeiro momento, fiz visitas a Nem, Maria Tássia, que se estabeleceu no Pé de Manga, enquanto aguardava a consolidação da cooperativa no Paranoá. Também visitei o Paranoá Parque e pude conhecer algo do novo bairro e da nova vida dos catadores na casa própria.

Ainda no terreno do Movimento Eureka, cinco de janeiro de 2017, junto com o companheiro fotógrafo e cinegrafista Leonardo Hecht, registramos um pouco daquele espaço onde estavam o pessoal do Noroeste, entre a situação de Cerrado e a conquista da casa própria. Estávamos com uma câmera, microfone acoplado e um monopé.

Filmamos no fim do dia, no barraco da Edilânia e do Luciano. Durante as filmagens, o Luciano responde minhas dúvidas a respeito dos valores dos recicláveis, mas me atendo muito pouco à rua, às rotas nesse momento. O companheiro de Edilânia não vê a hora de se mudar para sua casa nova. Sair do barraco improvisado de lona, a barraca da defesa civil, e ir morar no Paranoá Parque, no seu apartamento. Por enquanto, o apartamento espera ser desocupado

por uma família que não assinou contrato, mas que mantém as contas em dias. Edilânia, apesar de se dizer matuta, foi super disponível para as filmagens que aconteceram dentro de sua moradia provisória.

Diego e Luciano conversam sobre a esmola que o governo quer dar para os catadores: R\$ 300,00 por mês. Na cena, Diego descarrega a bicicleta, separando os bags para vender. Luciano explica que o *bag* só de plástico vale 18 reais e que o comprador, o intermediário, é outro *sofredor* como eles, o Francisco.

Desde o Cerrado, Edilânia abriu as portas de sua casa para nos conhecermos, e visitei seu apartamento algumas semanas depois da mudança. No mesmo dia da filmagem, conhecemos Márcio que ali conversava com Romário, o Bóia, em frente ao barraco. Cássio, o filho da Edilânia e do Luciano, brincava dentro e fora do barraco, assim vemos o Márcio, mas não registramos esse dia seu jeito de trocar ideia e de contar a própria história.

Márcio nos contou, nesse primeiro contato, um pouco da vida no Cerrado.

Um helicóptero sobrevoa a ocupação no Cerrado, e ele, assistindo a televisão, reconhece que é seu próprio barraco que está sendo filmado - na imagem em que ele é a cena e a audiência ao mesmo tempo. Ele conta das torturas que sofreu da polícia, ele e seu irmão, para confessarem os 20mil reais e a pistola que eles teriam roubado. Confundidos com os bandidos, apanharam cada um num canto no Córrego Bananal. Os policiais ameaçaram decepar os dedos, os atingiram com socos e pontapés, ameaças de degolamento, de matarem o irmão que também passava por tortura - e um sem números de requintes de crueldade física e psicológica.

“A polícia também faz coisa ruim”.

A rota de Dadá

21/07/17

Pedalo na pista lateral à Casa do Ceará, na W5 norte. Vou distraída, pensando apenas em não me afastar de perto do meio-fio e me arriscar ainda mais em relação a distância dos carros. Vou pedalando o declive acima, cadenciando as forças. Do outro lado, vejo descer um homem de bicicleta de trabalho, uma cargueira, bem mais rápido e impulsionado ladeira a baixo. Mais próximo, reconheço o catador e hesito por um segundo:

-Dadá!

É ele mesmo! Ofuscado pelo sol, ele demora um pouco a me reconhecer. Agasalhado com uma camisa social e meia de algodão completando o comprimento da bermuda, ele me pergunta do meu destino. Ia para o Pé de Manga visitar Edilânia, sua irmã, que não tinha visto antes quando passei na boca da noite, ontem, de bicicleta. Antes de sair de casa, por intuição ou precaução, carreguei a câmera com um filme Ilford Plus 50, sem saber se daria certo acompanhar alguém ou fotografar o acampamento do Pé de Manga. Às 7h30 já pode ser muito tarde para muitos catadores. E de fato, devia ser 7h40 quando cruzei com o Dadá já no início de sua rota.

Ficamos os dois felizes pelo encontro por acaso. Acompanhei Dadá numa saga kafkiana para conseguir seu cartão do bolsa família outro dia, o que nos tomou uma tarde inteira, mas fez com que nos aproximássemos. No dia, aproveitei as idas e vindas entre as agências da Caixa Econômica para falar um pouco do trabalho, explicar um pouco da natureza da pesquisa e de como ele, Dadá, já estava colaborando com ela. Ele mostrou receptividade à ideia de participar e entendeu que eu tinha interesse em conhecer seu trabalho. Assim, combinamos de seguirmos por sua rota no dia seguinte, mas na semana mais fria do ano, só consegui chegar atrasada ao encontro do catador. Só na sexta, 21 de julho, sem combinar, conseguimos nos encontrar. Etnografar a vizinhança tem dessas surpresas. “Quando é pra ser, dá certo.”

Atravesso a pista e sigo atrás do Dadá que me alerta para ter cuidado com os carros. Ele, diariamente na bicicleta, conhece bem melhor o trânsito e me fala para ficar atenta. Descendo a rua diante da casa do Ceará, saímos da pista para a calçada, depois para a pista de

asfalto novamente até chegar no primeiro contêiner na 710/709. Ele nem chega a parar completamente ou descer da bicicleta. De cima, ele já sabe que o contêiner vazio é sinal de que o lixo ali já foi recolhido.

Antes de atravessar o semáforo na W3 Norte, Dadá olha para a minha bicicleta e diz que ele também já andou em bicicleta de mulher, bicicleta normal, com freio, marcha e tudo. Mas que a dele não tem freio, é na sola do sapato que ele controla a velocidade da cargueira. O trajeto que faremos, ele me diz, é a rota que ele conhece, escolheu, e onde trabalha há vários anos, desde que morava no Noroeste.

Descemos pela calçada para os fundos da residencial da 311 até chegar nos contêineres dos prédios residenciais. Dadá conhece as rampas que não são localizáveis como os balões nas tesourinhas ou os blocos nas quadras, ordenados e indicados. O caminho do ciclista se faz preferencialmente nas oportunidades de seguir com menos impactos e obstáculos no caminho. *Conhecer* a rota significa saber transitar com maior fluidez entre as calçadas, pistas, gramados e jardins do caminho, escolhendo rampas, meio-fio mais baixo, caminhos seguros e em horários certos.

O catador segue fluido com a bicicleta ainda vazia. Quando paramos as bicicletas para a reciclagem de Dadá, ele me explica a diferença entre os sacos inteiros, fechados, e os sacos de lixo já *reciclados* por outros catadores. O trabalho da reciclagem que falam os catadores de Iguatu não significa o fim do ciclo quando a indústria transforma as embalagens em matéria-prima industrial, e sim, o ato de recolher nas lixeiras os resíduos recicláveis e aproveitáveis, os bregueces. Olhando de longe, é impossível notar a diferença entre o que já foi reciclado e ainda não; só se atentando ao conteúdo dos contêineres para reparar que alguns dos sacos pretos já estão abertos. Admiro a discrição do trabalho dos primeiros que passaram, deixando os rastros apenas nos rasgos dos sacos na lixeira, sem objetos no chão ou ao redor do contêiner. Dadá me deixa a vontade para fotografar durante todo o caminho e não se opõe nos momentos que eu lhe aponto a câmera, não desvia, não olha, age sabendo da minha preferência por poses espontâneas: o acordo do registro é aceito. Fico à vontade, conversando tranquila entre fotos e coletas. Vamos seguindo assim pedalando, de lixeira em lixeira na 310 e na 311 norte. Nessas quadras o gabarito dos edifícios é de seis andares.

As lixeiras da 310 estão cheias, apesar de na sexta-feira haver menos material do que no começo da semana, quando o lixo de sábado e domingo se acumula na rua. Três contêineres por prédio e uma estrutura metálica faz uma cobertura onde uma planta trepadeira esconde o lixo do bloco. Dadá não se restringe às lixeiras destinadas ao material reciclável e retira latas de alumínio, plásticos de embalagens de produtos de limpeza, refrigerantes, água mineral, xampus, plástico branco e PET dos contêineres de orgânicos, reparando a indiferença com que trataram os moradores o seu próprio rejeito.

Seguindo pela residencial da 310, chegamos a um bloco onde um funcionário do SLU confere o lixo e logo sai dali. Dadá se informa com ele do caminho do carro da coleta de material seco. O zelador do bloco aparece e cumprimenta Dadá com alguma intimidade. Cumprimentamos-nos também. O zelador deixa na bicicleta alguma garrafa plástica. Dá para notar algum estranhamento em relação a minha presença com Dadá. Depois que o Dadá disse que eu podia fotografá-lo percebi que seria mais prático pedalar com a câmera cruzada no peito do que mantê-la guardada na bolsa. A câmera exposta deixa claro também que estou ali para registrar e observar, conhecer o trabalho.

A essa altura, Dadá já carregou a cargueira com uns dois ou três sacos pretos daqueles grandes, de cem litros. Um dos sacos vai só com plástico-bolha que vale R\$ 1,00/kg. Ele me explica que o material mais caro é a latinha de alumínio, mas eu não pergunto o valor²³. A agilidade na lida de Dadá me impressiona, nem tanto pedalando, e sim nas lixeiras. Ele não se demora muito e já dependura alguns sacos antes mesmo das 8h30.

A bicicleta começa a ocupar mais espaço. Os cabos de vassoura presos nos caixotes traseiros servem para sustentar os sacos amarrados lateralmente. Paramos no fim de uma rua entre dois prédios residenciais. Deixo minha bicicleta recuada na calçada enquanto observo Dadá retirar o material que lhe interessa de muitos de sacos pretos fora das lixeiras. Entendo o trabalho daquele funcionário do SLU que vi anteriormente: ele passa antes do caminhão da coleta e já separa o que deve ser buscado. O fato do caminhão estar tão perto impõe a Dadá um ritmo mais acelerado. Ele explica que quando o caminhão não está por perto, ele pode se deter mais demoradamente em cada parada.

²³ Em julho de 2018 a latinha era comprada por 3,30 R\$/kg.

Dependendo do horário que o catador chega às lixeiras, vai lidar com diferentes levas de lixo: a primeira leva é a da manhãzinha, a segunda por volta das 10h, quando o lixo volta a cair de novo, depois tem à tarde, outras levas, e assim por diante. O lixo nunca cessa de chegar nas lixeiras e nas ruas da Asa Norte.

No visor da Nikon FM2 vejo o caminhão chegar e fotografo uma ou duas poses: a bicicleta em primeiro plano, Dadá em segundo, ao fundo os agentes da coleta do lixo seco do SLU e o caminhão. Estamos seguindo a rota típica de Dadá, mesmo com a coleta de lixo reciclável estando adiantada em relação a nós. No entanto, apesar de ser sexta, Dadá encontra mais material do que ele esperava. Ele explica que prefere o trecho mais próximo do pé de manga, nas 300 do que fazer como outros colegas que vão mais longe, depois do *viaduto*. Por debaixo das tesourinhas, ele diz levar muitas buzinadas e o trânsito fica mais perigoso quando as bicicletas estão muito volumosas. Ele prefere fazer um trajeto menor, mas ele não é do tipo catador que só *cisca* em cima do lixo. Isso de ciscar significa olhar por cima, mexer no que está superficial, e deixar passar o que ainda há de valor no material que ficou submerso. Ele descobre muito material olhando melhor os sacos que ainda não foram reciclados.

Sáimos do contêiner e, continuando a pedalar, fico lado a lado com Dadá para escutar com mais facilidade o que ele me fala. Escutar é um ato mais complicado do que ver nesse s dias de acompanhamento de bicicleta. Um carro vem se aproximando, estamos ainda na residencial, e eu tento ir para trás com a bicicleta, quando meu guidom engancha em um dos sacos na lateral esquerda da cargueira. Ponho o pé no chão e tremo na base. Depois disso ele me fala para ficar atrás dele, ter cuidado. Fico meio atrapalhada com a barbearagem gratuita, mas seguimos sem muito prejuízo: nem caí, nem derrubei. Ali perto, num outro bloco já na 110, Dadá indica a diferença do alumínio para o ferro num contêiner de entulho, ao que eu continuo sem perceber diferença alguma.

Um carro *fox* buzina e uma senhora abre o vidro e fala com Dadá: “tenho uma coisa pra você”. Ele se aproxima, fico de longe esperando ele voltar observando os belos paus-ferro²⁴ que sombreiam as lixeiras do bloco, próxima parada de Dadá. Ele volta e me mostra uma sacolinha com um pacote de biscoitos de água e sal, um litro de óleo de cozinha e alguns outros pacotes de alimento. “Veio em boa hora, já tava faltando óleo em casa”. Ele me conta

²⁴ espécie: *Caesalpinia leiostachya*

que essa senhora já o ajudou outras duas vezes e que de vez em quando alguém para o carro para dar uma ajudinha doando alimentos ou algum dinheiro. Há outros motoristas que param seus veículos apenas para parabenizar pelo trabalho com a reciclagem, um reconhecimento importante. Outras pessoas já reclamam, torcem o nariz..

Conversamos enquanto Dadá olha CD's e DVD's no contêiner onde fiquei esperando, o Sol esquentando a manhã de julho. Ele me conta que foi ali que semana passada ele achou, num saquinho separado, uns pedaços de pulseira de relógio. Ele levou em um daqueles “compro ouro” no Plano. Vale dizer que o Plano é um outro lugar para além da Asa Norte. É a região da escala gregária da cidade, a zona central onde estão localizadas a rodoviária, os setores bancários, comerciais e de diversões. Lá, na calçada do CONIC, compra-se ouro no peso. Para a sua surpresa, a pulseira do relógio pôde ser vendida e ele recebeu uns quinhentos reais pelos 6g de ouro. “Quando a gente acha uma coisa assim e pensa no sufoco que só a gente sabe que tá passando, é um alívio e tanto”.

Seguimos até o contêiner do outro bloco quando um rapaz uniformizado de roupas azuis escuras e capacete, visivelmente trabalhador da obra a todo vapor: a reforma de um dos blocos. “Moça, essa câmera é digital ou manual?”. Respondo que é manual. De fato, minha câmera manual é mais velha que eu, digo que ainda é possível revelar filmes e levanto a bandeira da fotografia analógica para o operário. A gente conversa bem rápido, ele tem que voltar ao trabalho, tem um supervisor que não o deixa escapar por muito tempo, mas ressalta seu gosto por design e fotografia. Apesar de não ter supervisor, não posso demorar também senão perco os passos de Dadá.

Não sei como chegamos ao assunto, num contêiner no limite entre a 111 e o gramado da entrequadra, já de volta da parada com o rapaz amante da fotografia, Dadá me fala que precisa ir ao hospital buscar um laudo médico que ateste sua deficiência física. Fico assim reticente e sem entender do que se trata. Ele me explica que eu não notei, mas ele manca um pouco e chegou a ficar seis meses parado. Por conta de uma doença, sofreu uma sequela nos nervos do pé direito. Fez uma cirurgia: o pé que *caiu* voltou a se recuperar um pouco, mas ainda falta outra cirurgia para se reestabelecer totalmente. Outra cirurgia significa também outro pós-operatório, mais tempo parado e, conseqüentemente, outro período sem a renda da reciclagem para si, sua esposa e seus cinco filhos. Dadá, de 35 anos, me diz ter pensado

bastante e, preferindo não sacrificar a economia familiar, deve adiar a intervenção médica. Mas o laudo hospitalar pode ajudá-lo a ganhar algum auxílio segundo lhe disse uma funcionária do CRAS.

Começo a pensar que as cargueiras são veículos que propiciam uma forma de trabalho acessível não só no sentido do baixo custo financeiro. Noto que, além de Dadá, que outros catadores apresentam dificuldades motoras ou mesmo traumas que não são empecilho para o trabalho com a reciclagem nas bicicletas, mas o impedem de realizar trabalhos de grande exigência física. Além da acessibilidade corporal, a reciclagem de rua promove a autonomia e a recuperação social de pessoas que não tem entrada no mercado de trabalho seja pela idade, pouca formação escolar ou profissional ou ainda o estigma do encarceramento.

Por outro lado, a vulnerabilidade que acompanha a autonomia do catador avulso merece ser observada. Em momentos em que o catador precisa se retirar das ruas, ficam desassistidos de qualquer seguridade social trabalhista, tendo que recorrer a auxílios incertos. O trabalho do catador não é pago como serviço, e todo o montante que recebem advém da venda dos materiais. O serviço de limpeza urbana ou de reciclagem não se contabiliza e não se reconhece até hoje (SILVA, 2015), mesmo que o Brasil apresente elevados índices de reciclagem, como no caso das latas de alumínio, o que se paga não é serviço do trabalhador, e sim a venda pelo material. Sem conseguir acumular material em períodos de afastamento por motivos de saúde, por exemplo, o catador sofre a cada dia a menos na rua.

Da lixeira de um bloco da 111, saímos depois da conversa e, atravessando para o gramado da entrequadra, Dadá me explica: "aqui começa o *setor militar*". Seguimos em direção à 312, mas na outra direção, da 113 fica o setor militar: as residências funcionais destinadas aos militares que ali residem. Diferente do SMU, Setor Militar Urbano, onde o fica o equipamento militar, o Quartel General do Exército e outras construções oficiais, o Setor Militar de Dadá é residencial. Apesar de não seguirmos para lá, ele diz que já foi muito ajudado por pessoas dali, costumava trabalhar naquela quadra também. Dadá me conta que não se apoia muito nos números dos endereços cartesianos das superquadras. Uma referência para comunicar com seus colegas por onde andamos, por exemplo, seria o próprio setor militar e o posto de gasolina.

Confesso que cortando entre as residenciais, andando nas pistas internas, atravessando as faixas, calçadas e ciclovias, gramados, me perdi algumas vezes nos números das quadras e mesmo revisando as coordenadas deste texto, senti insegurança a indicar minha posição exata. A repetição das formas arquitetônicas e urbanísticas das Asas Norte e Sul de Brasília ficam ainda mais evidentes sem a referência numérica das quadras. Meio aérea enquanto Dadá recolhia os materiais do contêiner da 311, depois que atravessamos o gramado e a faixa de pedestre que liga 111 a 311, paramos num contêiner perto de uns aparelhos públicos de ginástica. Fico observando um senhor começar a pintar os *pixos* na parede de um prédio. Meio hipnotizada pelo serviço alheio, chega um carro e o motorista me pede informação: "aqui é 311 ou 312?" "Aqui é 312": erro convicta. Ele confere a localização no celular e me corrige.

O Sol já está alto e reparo a movimentação certa de Dadá. Ele me conta que vinha diariamente nessa quadra deixar seu filho mais novo, de seis anos, na creche. Na época, ele colocava um banquinho dentro do caixote traseiro, a criança ia sentada e protegida por uma sombrinha. Ele me conta orgulhoso da grande responsabilidade e os sacrifícios que envolvem sustentar sua família de cinco filhos a partir da reciclagem autônoma, do filho mais velho de 17 anos ao mais novo de 5 meses. O trabalho com as cargueiras é seu forte.

Quando chegou em Brasília, em 2002, também trabalhou com carrinho de peito e carroça, mas ele se deu melhor com a bicicleta. Já são nove sacos dependurados nas laterais, na traseira e na frente da bicicleta. Os dois sacos pendentes por alças feitas por sacolas de supermercado são firmes e aguentam seguir até a 713, onde subimos para meu apartamento e podemos fazer uma pausa.

Dadá aceita o convite e diz ser a primeira vez que ele conhece um apartamento na Asa Norte, onde trabalha há 16 anos. Ele observa a planta do apartamento de um quarto e conversamos na varanda. A cidade está toda posta, a rua aberta para o trânsito racional de pedestres e carros, porém, inacessível nos espaços privativos, domésticos ou comerciais, para quem vem do Cerrado. A vida no Cerrado se dá à margem, e a permanência das comunidades nas franjas de vegetação revela que outras classes habitam a cidade **por fora**. É sempre na rua, ou na variável da rua, o Cerrado, que a comunidade de Dadá vivencia Brasília. A rua como espaço público oferece aos catadores tanto as rotas e os lugares para o trabalho, e, por algum

momento, de moradia, quanto os equipamentos públicos em melhores condições, geralmente, do que nas cidades satélites: escolas, creches, postos de saúde e os centros de referência em assistência social.

Demoramos pouco no apartamento quando percebo que o trabalho na rua traz também o desconforto da falta de apoio tanto de um lugar para se alimentar quanto para as outras necessidades fisiológicas. Não demoramos muito, já seguimos em direção ao pé de manga, terminando a rota. Não chego a fotografar o ciclo completo ali, o da venda dos materiais, apesar de chegarmos juntos no local de apoio. O caminhão que chegaria para comprar o material hoje está demorando e no avançar da hora, o sol já maltrata num dia em que vou muito exposta ao sol e à secura. Vou embora num momento em que uns cinco homens arroteiam uma bicicleta e estão engajados no conserto da corrente, Dadá se une a eles: Benônio, Nicássio, Edivan e Luciano. Converso com Edilânia, Vitória e Nem. Combinamos de terminar o ensaio fotográfico com a venda do material para a indústria dos recicláveis e a venda dos bregueços na feira do Paranoá. “Tudo se aproveita, o que a gente não aproveita, outros lá na frente vão aproveitar.”

CADERNO FOTOGRÁFICO I



Imagens 1 e 2: Dadá na lixeira sob a sombra do pau-ferro.



Imagem 3: Dadá no início da rota.



Imagem 4: Chegada do caminhão da coleta durante a reciclagem de Dadá.



Imagem 5 e 6: Ajustando os primeiros sacos de garrafas.



Imagem 7: A reciclagem não se restringe às lixeiras destinadas ao lixo seco.



Imagem 8: Dadá no caminho das entrequadras.



Imagem 9: As últimas lixeiras em um "dia fraco".



Imagem 10: Detalhe da bicicleta, também reciclada.



Imagem 11: Os sacos são dispostos na parte frontal e traseira da bicicleta.



Imagem 12: Na volta, com a subida, fica difícil pedalar para o Pé de Manga.



Imagem 13: Uma das cargueiras no Pé de Manga, já descarregada.



Imagem 14: Resultado dos bregueces de Edivan e Dadá na Feira do Paranoá.



Imagem 15 e 16: Os eletrônicos e as miudezas para a casa e para uso pessoal compõem os *bregueces* levados para venda.



Conhecendo Dona Caçula

14/07/17

Ontem fui ao Pé de Manga com meu parceiro de filmagem pela segunda vez em busca do enfrentamento da derruba. Alguns dias antes dos tratores chegarem, o pessoal da fiscalização passa para vistoriar, e quando a operação já está confirmada, alguns deles avisam que vão remover os barracos dali. No dia 12, quarta-feira, estava previsto que aconteceria mais uma derruba, os catadores haviam sido avisados por um tal de Galego do Ibram. Chegamos com a câmera pronta para filmagem, solicitada por Nem. Mas dessa vez, apesar do boato, a fiscalização não chegou lá.

Aproveitamos para passar um tempo fazendo imagens de cobertura e conversando com o pessoal. Nesse tempo todo, me aproximei mais da Nem e da Edilânia. O Doquinho, filho da Nem brincava no dia limpo fazendo cambalhotas e estripulias no colchão de papelão, soltando pipa no céu azul e, diante da tensão da derruba que poderia chegar, até nos concedeu uma entrevista. Léo alterna entre filmar Doquinho, o filho de Nem e de Márcio, brincando e outras cenas do acampamento como o casal desmanchando o próprio barraco. A cozinha voltada para a pista passou a ficar do outro lado, mais protegida da vista de quem passa ali perto.

Dona Caçula saiu do Paranoá para acompanhar se haveria ou não a derruba. Caso houvesse, teria que salvar seus pertences. Como o trator não veio, conversamos longamente enquanto Léo filmava as brincadeiras de garoto de oito anos. Não me senti à vontade para pedir entrevista filmada para Dona Caçula. Apesar de sempre visitar o barraco da Nem, não havíamos tido oportunidade de conversar ainda.

Dona Caçula me conta episódios muito fortes dos abusos que já viveu aqui em Brasília. “Tem coisas que ela nem sabia que existia”, como os policiais mijarem em frente a uma fila de pessoas detidas na ocupação em que moravam. Essa história me chocou profundamente, é constrangedora de ser contada, daquelas experiências que nos calam, nos silenciam diante do absurdo.

Dona Caçula, na época em que morava no Noroeste, foi presa por ser “confundida” com uma tal de Dona Antônia. Seus documentos foram apreendidos e, segundo ela explica, o delegado fez com que essa confusão passasse adiante, mesmo com os peritos afirmando que ela era, sim, Francisca como constava em seus documentos e, portanto, não havia crime algum. Como a vontade do delegado prevaleceu, Dona Caçula ficou detida na Colmeia²⁵ por três meses acusada de falsificar documentos no lugar da tal Antônia. Sobre os abusos policiais, ela também fala de quando eles eram detidos e largados na delegacia, sem condições para voltar para casa, sem alimentação enquanto esperavam. Ela conta que seu filho está desaparecido, que pode estar morto, que se envolveu com o crime e nunca mais voltou. Também diz de Fabrício e Seu Raimundo, que eram “desmantelados” e que hoje, "graças a deus", estão trabalhando e equilibrados juntos a ela.

Vinda de Iguatu, quando chegou a Brasília, demorou a se acostumar com o cheiro do lixo. Ela é uma das poucas mulheres que sei que trabalham ou já trabalharam nas cargueiras. Diz dos almoços para a Igreja, quando cozinhava para muitas pessoas, tanto para os fiéis como nos eventos como o Natal na Rua, no acampamento do Noroeste.

Visita ao Paranoá

Sobre os dias 7 e 8, escrito em 9/09/17.

Depois de uma pausa de três semanas, volto a visitar Edilânia, irmã do Bibi e do Dádá, no Paranoá. Chego na casa dela depois de um almoço de feriado, e dessa vez, evito muitas marcações. Conversamos um pouco e ela logo me entrega uma caixa de madeira de uns quarenta centímetros, do tamanho de um fichário escolar, colorido, que se revela uma caixa de jóias: miudezas mil.

Edilânia me presenteia com uns 10 pares de brincos, correntinhas, colares e chaveiros que eu mesma escolho, e só não levei pulseiras e relógios porque não faziam meu estilo. Todas as coisas vem do trabalho de Luciano, seu companheiro, de quem comprei um cavalete de pintura há poucos dias. Ela me mostra as pratas que usa nos dedos e no pescoço, todas

²⁵ Presídio feminino do DF.

peças achadas nas catações feitas na Asa Norte. Nada faz parecer que vieram do lixo. Todas as peças que trouxe estavam completas, sem nenhuma pedrinha faltando, nem mesmo as tarrachinhas dos brincos.

A casa de Edilânia é bem agradável, bem arrumada e equipada. Ela exhibe nos armários da cozinha coleções completas de painéis coloridos, todas vindas da reciclagem. Na sala sentamos em sofás confortáveis, novos como boa parte do mobiliário da casa. Ela e o marido juntaram as economias e aproveitaram para começar uma nova vida nos apartamentos. Ali moram eles dois, Edilânia e Luciano, e os filhos Cássio, Caio, Joyce. Recentemente, virá morar também Amanda, sua filha mais velha, de 16 anos, vinda de Iguatu.

Edilânia tem me colocado a par da cooperativa nesses meses. Conversamos por *whatsapp*, saímos juntas para nos conhecer melhor, por a conversa em dia, mas nossos encontros não são de uma periodicidade fixa. Nessa última visita, depois de marcar e desmarcar algumas vezes com ela, minha anfitriã conta da inauguração do espaço da cooperativa logo no dia seguinte. Por sorte, ainda há tempo de comparecer e prestigiar esse momento importante para os catadores e para o GDF. A "Associação Pop de Rua: abrindo caminhos" é a primeira organização de catadores no DF que vieram de uma situação de rua, do cerrado, segundo me conta a liderança da organização. No entanto, com mais custos na manutenção dos apartamentos no Paranoá Parque do que tinham no Cerrado do Noroeste, as pessoas tem enfrentado a situação irregular no sentido da manutenção do trabalho no Plano Piloto. Apesar do acordo prever a saída das pessoas das áreas bairro, boa parte dos catadores improvisaram outros lugares como o Pé de Manga e outros já voltaram ao Noroeste.

A inauguração do espaço, e apenas do espaço, sem infraestrutura, mostra que a situação ainda é duvidosa para os catadores. A área da cooperativa deve medir por volta de uns 4 mil metros quadrados e consiste num terreno livre para o futuro trabalho. É uma área cedida pelo SLU, e, pelos fundos faz vizinhança com outra cooperativa de reciclagem. Os catadores que acompanho desconfiam do novo modelo de trabalho. Até aqui, os catadores autônomos individualmente coletam e vendem seus recicláveis sem que a produção própria seja somada a de outros catadores. Isso quer dizer que estão acostumados a um modo independente e individual e que diariamente há material em abundância, porque a cidade de

alto padrão, a Asa Norte, fornece um lixo melhor em termos de quantidade (as levas que *caem* o dia todo nas lixeiras) e de qualidade (um lixo rico).

No caminho para a solenidade de inauguração, Luciano demonstra desconfiança do novo modelo de trabalho. Ele aponta para as lixeiras todas vazias da cidade, uma cidade muito menor e com muito mais cooperativas de reciclagem. "Não vai ter material pra todo mundo aqui. Só saco murcho". Em duas horas de espera para o início da solenidade com as autoridades convidadas, tenho tempo de rever Benedito, Dadá, Nem e conhecer outros catadores de Iguatu.

Dadá, sobre o novo modelo de trabalho, me conta que não pode brincar, que suas responsabilidades são muito grandes: são cinco filhos e, para mantê-los, faz feiras semanais de mais de trezentos reais. Foi Dadá que, uma semana antes de nossa saída pela sua rota, fez quase quinhentos reais nuns pedaços de pulseira de ouro encontrados num cesto na 112 norte. Esse tipo de sorte poderia acontecer se o material viesse de uma população com outro padrão de consumo e, conseqüentemente, de descarte? Nós e os representantes do GDF aguardamos a chegada de Dom Leonardo, o bispo defensor dos catadores. Quando ele chega, todos se juntam perto da lona branca montada sobre um contra-piso de cimento.

Forma-se uma fileira de representantes do GDF e do movimento católico apoiador dos catadores desde que moravam no Noroeste. Dom Leonardo chama o público, a maioria, vestidos com as camisas azuis recém entregues da associação. "Pode chegar perto que hoje não tem trator." O bispo relembra a trajetória dos catadores e abençoa o lugar e as mãos dos trabalhadores para que "continuem dignificando a cidade". Depois, todos rezam "o pai nosso".

Dom Leonardo é conhecido de Dona Caçula e de outros catadores que receberam diretamente o apoio político da CNBB. Numa das derrubas no Noroeste, foi a ação do bispo que fez com que a derruba fosse parada. Depois de muitas falas de entusiasmo e de alegria por parte dos funcionários e representantes do GDF (SEDEST, CODHAB, Secretaria do Meio Ambiente), e outros membros da igreja católica, das pastorais que apoiaram os catadores, e do instituto Ipês, seu Benedito toma a fala e cumprimenta o bispo sem pedir a palavra. Ele fala em alto e em bom som que "jamais em sua história de Brasília, quase 20 anos, viu um bispo entrar numa invasão e parar uma derruba". E por isso o saúda e o cumprimenta.

Depois que a faixa de cetim vermelha é cortada, todos os catadores adentram o espaço da tenda e, junto ao bispo e a todos, tiram a foto inaugural. É um dia histórico. A associação de catadores finalmente tem uma sede depois de nove meses de espera desde a saída do Eureka.



Imagens 17 e 18: Bispo Dom Leonardo junto aos integrantes da Associação Pop de Rua na inauguração da sede.

Associar e desassociar

A despeito da inauguração da cooperativa, com toda a celebração de finalmente terem conseguido um espaço, foram muitos os entraves que dificultaram que se estabelecesse ali um modelo formalizado de trabalho entre o grupo. Depois de meses de espera, inaugurada a sede da associação, o espaço nunca chegou a funcionar como um galpão de reciclagem. Sem a aquisição de veículos que possibilitassem que o material reciclável chegasse ali e também do maquinário para a triagem, a associação continuou "no papel". Com todo o período de espera, as pessoas que estavam a frente do processo, intermediando as ferramentas políticas disponíveis, passaram a ficar cada vez mais desgastadas em relação aos associados.

Em novembro de 2016, quando acompanhei Bibi em sua rota de bicicleta, ele falava com admiração da presidente da associação que já estava com toda a documentação

providenciada para que em breve a cooperativa funcionasse no Paranoá, próxima às moradias. Ela sempre é lembrada como aquela pessoa que conseguiu o avanço incontornável da saída do Cerrado para a conquista dos apartamentos. Apesar dessa importante conquista, em uma reunião ainda no fim de 2017, muitos e muitas catadoras evadiram da associação por já não acreditarem que dali poderia surgir uma alternativa para o trabalho já existente. O desgaste pessoal junto ao risco de diminuição da renda afastaram boa parte dos catadores ciclistas da associação.

Com todo o engajamento como coletivo, inclusive com laços duradouros como familiares e como colegas de trabalho, o pessoal de Iguatu mais uma vez assumiu que não haveria outra forma de trabalho formalizado.

A formação de cooperativas e associações não depende exclusivamente da boa vontade ou competência de uma liderança, e, sim da participação e da inclusão efetiva de todos os associados, pelo menos no sentido de entenderem seus direitos e deveres no contrato associativo. Acompanhando um pouco dessa trajetória de formalização, ainda que esse não tenha sido e não seja meu enfoque, pude notar que a morosidade na consolidação da associação somada à inexperiência dos associados em relação à forma associativa impossibilitou o ingresso em uma nova condição de trabalho.

Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos indicar que é dever dos gestores federais e locais o fortalecimento dos catadores de recicláveis, principalmente no apoio às cooperativas e associações, não houve o acompanhamento necessário para que a Associação Pop de Rua abrindo caminhos promovesse a transformação efetiva dos modos de trabalhar dos catadores do Cerrado, da rua para um galpão próprio. Assim, os desgastes internos somados à dificuldade de capitalização e da manutenção da estrutura organizacional levaram ao desmantelamento de uma associação que, pelo menos no sentido da documentação já havia sido iniciada ainda no fim de 2016, momento em que estavam em transição para os apartamentos. Mesmo com a parte burocrática encaminhada e até a possibilidade de apoios estarem em vista, a sede da cooperativa nunca chegou a abrigar mais do que a tenda provisória do dia da inauguração.

Com todo o governo comemorando a vitória daquele momento da inauguração da cooperativa, não houve durante o processo de consolidação o mesmo cuidado de

acompanhamento que recebeu o dia de cortar a faixa simbólica. Um galpão de reciclagem funciona a partir de uma sede construída onde os padrões de trabalho formalizado oferecem alguma salubridade aos catadores, observando cuidados ambientais e também de higiene e de segurança. Para tanto, deve haver uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), maquinário para triagem e chegada regular de resíduos sólidos. No espaço dos galpões, a renda dos catadores depende diretamente da qualidade do material levado ou pelo SLU ou por catadores autônomos (as próprias cooperativas ou seus membros) desde os pontos de coleta. Do galpão da cooperativa deve sair o reciclável que retornará à indústria e os rejeitos destinados aos aterros sanitários.

A partir do momento que se decide entre os membros de uma cooperativa ou associação que haverá a formalização, os custos da estrutura institucional são repassados aos cooperados e associados. Sem a informação e a propriedade em relação ao assunto, muitos catadores preferem não investir em um modelo de trabalho mais dispendioso financeiramente, complexo e delicado no sentido das relações pessoais. Há associações e cooperativas no DF e por todo o Brasil que conseguem promover aos catadores integrantes uma melhora significativa não só no sentido dos padrões de trabalho, mas da autonomia, do reconhecimento social e do fortalecimento das identidades e dos processos de individuação (SILVA, 2015).

As organizações de catadores bem sucedidas, com o incremento da capacidade técnica, passam também a dominar outras etapas da cadeia produtiva da reciclagem eliminando intermediários que lucram com os baixos valores repassados aos catadores avulsos, fornecendo diretamente para a indústria materiais em grande quantidade e já beneficiados. Na coletânea *“Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional”* publicada pelo IPEA em 2016, observa-se, entre outros apontamentos das diversas pesquisas, que há um abismo entre os catadores avulsos a crescente valorização do catadores de recicláveis no âmbito das políticas públicas e com a organizado do MNCR. Apesar da reciclagem ser cada vez mais uma atividade reconhecida por sua importância ambiental, a criação e manutenção de organizações encontra desafios de diversas ordens. Com experiências negativas em associações e cooperativas, muitos trabalhadores informais voltam à reciclagem de rua.

“ O apoio a estas cooperativas [consolidadas] é e foi de grande importância para que elas pudessem prestar os serviços de coleta e triagem de material mais adequadamente, de forma digna e sem prejuízo à saúde dos cooperados; porém, a maior parte dos catadores do país seguia trabalhando de forma isolada. Era preciso, então, seguir no apoio às cooperativas que já estavam organizadas, mas ainda necessitavam de ajuda, ao mesmo tempo que também se fazia necessário criar ações que focassem no apoio à organização de novas cooperativas e associações, sob pena de estes catadores serem mais uma vez excluídos, visto que a PNRS prioriza a inclusão destes, porém sempre na forma de associações e cooperativas.

[...] Certamente, esse é um desafio constante para o movimento, pois os incentivos para a atividade de reciclagem se realizam de outras formas ou as experiências malsucedidas de cooperativas de fachada, que afastam uma parte importante da base do movimento, são uma força constante a questionar o modelo cooperativo. No entanto, as experiências bem-sucedidas e a visão de organização econômica solidária têm permitido ao movimento defender o modelo cooperativo com entusiasmo”. (Sant’Ana e Metello, 2013: 31 e 24)

Mesmo que desde 2016 a comunidade dos cearenses das cargueiras estivesse envolvida com a formalização da associação, somaram-se ao agravamento das dificuldades internas a morosidade no atendimento da organização no sentido de implementar a estrutura básica para um novo modelo de trabalho. Além da ausência da estrutura física necessária ao funcionamento do galpão da associação, a concorrência de outras cooperativas de catadores apontou, na visão dos associados, que o material da cidade satélite do Paranoá e dos condomínios seria insuficiente para todos os catadores que ali já trabalhavam. Todos esses fatores impossibilitaram que a associação viesse a funcionar e arruinaram laços pessoais entre lideranças e associadas/os.

Chegou a ser cogitado trabalhar com as cargueiras no Paranoá, mas sem a abundância de material, com competição com outros catadores e ainda com a dificuldade do relevo de subidas e descidas e das longas distâncias, logo o trabalho com as cargueiras foi descartado no novo modelo a ser adotado ali. Sem solução para esses impasses, o Cerrado deixou de ser um local provisório até que o galpão entrasse em funcionamento e continuou sendo o espaço onde os catadores ciclistas permanecem trabalhando. Desmotivados de integrarem outras organizações e mesmo com o modelo associativo, a e o catador desassistido re-acampam em espaços que já desocuparam ou ainda se estabelecem em locais menos visados.

No período entre 2016 e 2018, presenciei o ressurgimento do acampamento de catadores no bairro Noroeste. Não mais como uma vila povoada com mais de oitenta famílias, como em 2016, o Cerrado voltou a abrigar os catadores que já haviam desocupado a ARIE Cruls. Esse pareceu ser um dos principais motivos de dissenso entre os associados. A volta ao Cerrado indica a volta à vulnerabilidade das ruas, tanto espaço do Parque Burle Marx ou do bairro Noroeste. Nas áreas do parque, muito próximas e visíveis, os catadores enfrentaram maior exposição à fiscalização e mais dificuldade no sentido do acesso às próprias rotas. Em um primeiro momento de espera pelo funcionamento da cooperativa, o pessoal encontrou outro Cerrado para trabalhar sem ofender a regra estabelecida de desocupação do novo bairro na cidade. Mas outros trabalhadores na espera que esse novo modelo começasse a funcionar, mantiveram-se no Cerrado do Noroeste realizando as mesmas atividades de outrora. Afinal, com anos de prática e conhecendo as ruas da cidade onde podem trabalhar com relativa tranquilidade, a saída do Noroeste só passa a ser uma alternativa real quando além da moradia, o trabalho é garantido.

Em abril deste ano, conheci Bila, um dos mais antigos moradores do Cerrado. Estivemos juntos em uma filmagem de pesquisa que fizemos às pressas sob, novamente, a ameaça da derruba dos barracos. Bastante indignado com a perseguição que sofrem os catadores ali: “Quero ver se alguém deles que vem desmanchar [os barracos] aguentam passar ao menos uma noite aqui, até umas doze horas só. Não aguentam!”

Bila se mostra tenso e indignado com a própria situação, afinal "ralando, correndo de um lado pro outro que nem passarinho", hoje ele se encontra mais endividado do que quando não tinha uma casa própria para morar.

Apresento uma rota realizada em um momento bastante tardio da pesquisa, quando conheci Bila, em abril deste 2018. Morador do Paranoá Parque e com mais de trinta anos no Cerrado, o catador passa a maior parte do tempo na ocupação da ARIE Cruls e só volta ao Paranoá, onde vive sozinho, poucas vezes ao mês.

Confesso que tive e permaneço com dificuldade em traçar uma linha nítida entre o período de pesquisa de campo e o período de escrita. Com o início da realização do projeto No Rastro das Cargueiras, um documentário média-metragem apoiado pelo FAC-DF, o cronograma do filme atravessou o período da escrita etnográfica e acadêmica, o que gerou

encontros com outras pessoas e rotas até então desconhecidas. Junto ao Bila, apresentarei outras duas pessoas/personagens que, apesar de não pertencerem à comunidade de Iguatu, trabalham como catadores avulsos, tem no Cerrado do Parque Burle Marx (PEBM) seu ponto de apoio e dividem a mesma rua da Asa Norte. A rota de Bila interrompe a linha cronológica da pesquisa, mas favorece que vejamos mais da heterogeneidade da reciclagem de rua. Como Bila foi o último catador a ser acompanhado, além das fotos e do vídeo, consegui, finalmente, registrar o percurso com um aplicativo para trajetos de bicicleta que gerou um mapa da rota. A pesquisa etnográfica, mais do que um método, exige práticas e observações que para uma neófito não foram dadas de antemão.



A Rota de Bila

18/04/18 - terceiro dia da pesquisa do filme

Dia frio e cinza. Nos encontramos às 7h30 no campinho de futebol onde o Lucas Gesser gravou o futebol dos indígenas versus operários²⁶. Participar em uma diária do filme foi minha primeira aproximação efetiva com o bairro NW depois de que os prédios já haviam sido construídos. Antes só havia ido no Santuário dos Pajés, em 2011, época de muito conflito e anterior a construção dos prédios. Bila e o irmão mais velho de Márcio foram os primeiros a habitar o Cerrado antes mesmo de ser Noroeste, numa época em que se embrenhavam em trilhas estreitas pelo verde, instalados em clareiras no meio da vegetação.

Saindo do campinho, ele me aponta: “essas árvores aqui não tinha não, só aqueles paus ali.” Ele fala dos pequizeiros, típicas árvores do cerrado, anteriores à urbanização, em relação a palmeiras e patas-de-vaca ornamentais próximas a um dos prédios.

Sáimos de lá e paramos antes de atravessarmos a W7 e entrar no Parque, em um cafezinho ao ar livre onde outros trabalhadores também fazem o desjejum. Bila tomou só um

²⁶ O filme de Lucas Gesser, Noroeste, retrata a pelada que acontecia entre indígenas e operários. O filme terá estréia no 51º Festival de Cinema de Brasília, em novembro de 2018.

café preto, eu ainda peguei um pão de queijo. Ele me diz que não tem fome de manhã, não tem costume de comer àquela hora, mas aceita o café para ajudar a se aquecer. Sentados ali, vimos a ventania fazer voar as tampas das vasilhas plásticas de guardar os salgados e bolos servidos na primeira manhã pela vendedora ambulante. Os plásticos voam na fúria do vento e vão parar na brita do estacionamento, espaço do nosso café da manhã e de passagem de muitos trabalhadores da construção civil.

No início da viagem, Bila fecha um cigarro numa folha de caderno e segue com a proeza de pedalar fumando. Vou atrás dele. Tiro a bicicleta do meio-fio e não me importo com a fumaça que vem da frente.

Atravessamos a W7 norte. A avenida de asfalto, trânsito rápido e relativamente intenso de carros, fica para trás quando pegamos um dos caminhos estreitos, também de brita, do Parque Burle Marx. Saímos atrás da Igreja São Francisco da 914 norte, e descemos para as residenciais depois da W3 Norte. Na W2 Norte, sigo o rastro de seu pedal e da sola de seu tênis que escorrega no asfalto fazendo o papel de freio da bicicleta, marcando como giz o solado da pista. Saímos dali em direção à rota diária do catador ciclista.

Na 313 norte, encontramos o Márcio. O outro catador atualiza Bila das rotas de Nicássio e Luciano, já adiante em relação às quadras do início da Asa Norte. Como eles já estavam reciclando na área que Bila pretendia trabalhar, ele resolveu mudar a rota para a 115 norte e visitar outros blocos. Ele me conta que sua rota normalmente é bem maior do que aquela que fizemos: vai da 313 até perto do HRAN, na 101 norte. Ou seja, Bila faz a rota do fim ao início da Asa Norte e percorre um trajeto de volta bastante extenso até chegar ao Noroeste. Calculando por alto, afinal não foi o trajeto que percorremos juntos, o percurso dele chegaria a cerca de vinte e cinco quilômetros a cada rota.

O trabalho de reciclagem exige um enorme esforço entre percorrer todo o percurso e carregar o material no corpo da cargueira. Além do mais, o relevo do Plano Piloto, apesar de não se caracterizar por subidas e descidas íngremes, engana: há diferenças de altitude entre as quadras²⁷ que, suavemente, exigem cadência para prosseguir em cima da bicicleta ou, quando estão pesadas e volumosas demais, levá-las caminhando.

²⁷ As quadras ímpares, do Eixo Rodoviário partindo da W acima (100,300,500,700 e 900) são mais elevadas em relação às quadras pares, do eixo L (200,400,600,800). Quanto mais a oeste, mais acima, quanto mais a leste, mais próxima do declive do Lago.

Na 313, Bila começou a separar os recicláveis entre o lixo seco disposto na calçada em sacos azuis claros, quase transparentes. Esses recipientes de 100 litros deixam ver uma infinidade de embalagens que compõe o lixo doméstico: isopor, plásticos, metais e papelão. Bila recolhe diferentes tipos de plásticos e as latinhas de alumínio. Os outros resíduos secos ficam para serem aproveitados adiante, por outras pessoas, catadores avulsos, são levados pelo SLU às cooperativas que reciclam a coleta seletiva ou estão nas usinas de compostagem revertendo o descarte equivocado dos consumidores.

Márcio segue adiante. Fico com Bila que silenciosamente. Enquanto abre a *boca* dos sacos, desfazendo e rasgando os nós que os fecham, ele me fala que para continuar na lida tem que cuidar de não rasgar aquilo, não sujar e atrapalhar os serviços de limpeza. Os zeladores dos prédios brigam para que a passagem dos catadores não seja motivo para desordem e sujeira.

Bila abre, pega os recicláveis de cada um dos cerca de trinta sacos de lixo amontoados na calçada próxima ao bloco, lançando para fora, na rua, os elementos que lhe interessam. A ação parece descuidada: ele atira as embalagens no chão e prossegue reorganizando a disposição dos próprios sacos, passando os materiais de um para o outro, liberando um saco quase vazio como recipiente para levar os recicláveis que triou. A lida ágil envolve apalpar, lançar os recicláveis para fora e depois recolher o que deve ser levado.

O trabalho é rápido porque hoje é dia da coleta seletiva. E o caminhão do SLU já vem do início do bairro em nossa direção. Pergunto sobre o uso dos EPI's e ele me fala que já tentou usar luvas, mas atrapalha muito. Apesar de já ter se cortado com vidro várias vezes, é compreensível que ele prefira trabalhar sem o uso delas. Boa parte da percepção que o leva a encontrar as latinhas, plásticos e os objetos reaproveitáveis se dá pelo sentido tátil. Tocando e agitando os sacos, ele também escuta os barulhos dos materiais. Com o tato e a audição ele antevê se deve reciclar os sacos ainda fechados.

O Quartinho

Depois da primeira parada, seguimos para o fim da Asa Norte, na 315. Em outro bloco, Bila faz uma aborda uma zeladora na portaria e confirma que ali não tem trabalho.

Passando por outro bloco, adentra uma porta no térreo discreta na arquitetura dos pilotis: o quartinho. O quartinho é um cômodo que passa quase despercebido, incrustado nas colunas do edifício e destinado a acomodar os lixo seco separado nos apartamentos dos moradores. Bila entrou em um desses quatinhos e de lá conseguiu separar os três sacos de recicláveis entre os 20 ou trinta sacos de lixo, caixas de papelão e outros recipientes que ele próprio retirou do cômodo fechado e dispôs na calçada. Dali, Bila tirou também uma sacolinha com agulhas e linhas, e uma centopéia de pelúcia. Sem janelas e muito pequeno, o quartinho acomoda apertado o lixo dos moradores, mas não tem o odor agressivo da fermentação orgânica. Ali ficam os sacos que só devem ser liberados no horário previsto para a chegada da coleta.

Filmei Bila movimentando os sacos de dentro para fora. Esse serviço ele faz sempre, já tem combinado com os zeladores do prédio ali e de outros também. É vantajoso, evidentemente, para todos. Os zeladores se desocupam do serviço e os catadores podem reciclar tranquilamente.

Em outro bloco na mesma 315 norte, dava para notar que o trabalho de Bila não ajudava o zelador. Diferente do primeiro bloco, Bila não retirou o material para fazer a reciclagem. Dali de dentro, abriu e fechou todos os sacos guardados. Primeiro separou o material em dois sacos que dispôs na porta do quartinho. Conforme trabalhava os outros sacos, escolhendo o que lhe interessava, reacomodava as pilhas de sacos cheios de recicláveis. Ele mexeu em tantos sacos e atirou tantas embalagens, que ao fim, parecia estar emparedado pelos plásticos. Observei Bila do lado de fora, filmando. Era difícil de conversar, já que eu não conseguia nem enxerga-lo muito bem. De fora, observei o movimento anônimo das pets e de um pet, das embalagens de garrafas d'água, de *mangaba*²⁸ colorida e branca, se amontoando e deslizando dos primeiros dois sacos de recicláveis deixados do lado de fora por Bila enquanto um cachorrinho aparecia com seu dono ao longe, saindo do bloco.

²⁸ Mangaba são os plásticos opacos e resistentes que servem como embalagem para produtos de limpeza e da indústria dos cosméticos, por exemplo. São os polietileno de alta densidade.

Os plásticos faziam um barulho de queda e se embalavam com o vento da frente fria, correndo de um lado para o outro, indo e voltando como se tivessem vontade própria, correndo no piso lustroso do bloco. Bila despendeu uma meia hora na tarefa de escolher os materiais daquele quartinho. Aproveitei para filmar o progresso da sequência de uns poucos materiais para uma montanha. Ao fim, quando ele reuniu todo seu material coletado, levou o resultado do trabalho para a bicicleta que o aguardava livre e sem cadeado no meio-fio ali perto. Dependurou os quatro sacos nos cabos de vassoura e seguiu para o próximo bloco onde faria algo semelhante. Enquanto filmava Bila dispor os sacos na bicicleta, notei ao fundo, no ponto de fuga da imagem da tela da câmera DSLR, uma Kombi também destinada à reciclagem.

O Irmão José

Uma Kombi branca de teto aberto e sem janelas, estava estacionada no bloco, logo abaixo de onde estávamos. Nesse bloco, Bila não chegou a trabalhar. Percebo o catador que se movimenta para uma das extremidades do prédio, reparo o veículo e o papelão tomando todo o espaço interno da kombi. Minha primeira impressão foi de que o catador havia adaptado o carro para acomodar mais facilmente seus materiais. Vi, ainda de longe, ele lançar por cima do carro uma porta de alumínio que carregou na cabeça.

Fico ali aguardando sua volta, perto da Kombi, com minha bicicleta.

Irmão José é um senhor vindo de Buritis de Minas, que veio tentar o serviço militar em Brasília e acabou sendo dispensado por conta do analfabetismo. Aqui em Brasília, trabalhou na construção civil, mas acabou se envolvendo num crime que lhe mandou para a prisão. Mesmo tendo *pagado cadeia* e provado sua legítima defesa, na volta do cárcere, não encontrou oportunidade como trabalhador de carteira assinada. Ele me conta isso apoiado na Kombi, seus olhos se enchem d'água, apesar do aspecto vívido e enérgico. Ele se desculpa comigo por conta da emoção, que não é pra comover ninguém, mas é porque o assunto é delicado mesmo.

Ele foi trabalhar na reciclagem, o José, como autônomo e conseguiu comprar o carro que era seu sonho, a kombi, por mil e oitocentos reais. “Esse dinheiro é pouco, mas para

quem ganha nos centavos, vendendo papelão, demora a juntar.” Precisamente, trinta centavos a cada quilo do papelão que preenche o carro.

Perguntei sobre a kombi, o porque da tela verde e de ser toda aberta. “Ela pegou fogo. Queimou o teto, quebrou os vidros. Os vidros são os primeiros a explodir quando queima. Chegou a pegar nos cabos do freio, mas graças a deus não chegou no motor.”

Ele aponta as deformações na lataria do carro deslizando a mão negra sobre o carro branco, recém pintado, como quem repara a textura. Agora sim percebo os efeitos do incêndio no carro nas deformações da lataria. Irmão José recolhe os papelões que Bila tirou do quartinho, o primeiro, forçando as caixas para tomarem a forma plana e então serem empilhadas. Ele leva esse material no topo da cabeça até a Kombi. O trajeto interno entre os prédios, nas quadras, ele faz a pé. Já fez as contas e o cálculo indica que indo de carro de lixeira a lixeira, seu serviço só pagaria a gasolina. Andando a pé, ou com um carrinho de mão, ele pode ganhar algo. Observando o desenho resultante²⁹ desse dia de *go along*, percebi que o trajeto interno das quadras, entre as lixeiras dos blocos desenha nas linhas do asfalto um rabisco infantil: são os percursos de caminhadas entre os blocos, quando a bicicleta ou o carro estão parados e é melhor seguir a pé.

Apesar do baixo preço do papelão, Irmão José fala com orgulho de ser o provedor da casa, de já ter "um lugar pra guardar os meninos". São duas filhas pequenas, de 10 e 12 anos, e um rapaz de 18 anos, o Mateus. Mateus faz o dinheiro dele, mas não é para pagar conta nem nada, que disso ele cuida. Irmão José fala dos filhos enquanto enrola um registro de gás de cozinha. No seu jeito enérgico de se movimentar e de falar, mostra sobriedade e orgulho de ser um trabalhador que consegue se virar, "aperta daqui, dá um jeito dali". Com a reciclagem já conseguiu comprar a Kombi, que ainda está pagando, e uma casa para sua família. “Dona Eliane também já tem o carro dela, mas foi com o dinheiro dela que ela comprou.” A companheira do catador mineiro “cuidava de menino, inventava qualquer coisa”, e já tem até seu golzinho que comprou com dinheiro próprio.

Vida miserável ele não leva “porque tem atitude. Em Brasília, se tiver atitude você não morre de fome. Mas se cair na droga...”.

²⁹ Imagens 19 e 20 na página 93.

Encontrando com Luís

04/07/2017

Acordei relutante com o frio. Descendo da 713 Norte, vou pelas 900 e ali nos contêineres avisto uma bicicleta de carga. É uma mulher: para a minha surpresa, Nem. Converso com ela e sigo adiante, horário em cima da hora. No próximo contêiner, do bloco seguinte, está Márcio e o Doquinho, o companheiro e o filho da catadora. Devolvo a caixa de som do menino (tinha pego para carregar em casa) e vou para a aula.

Às 10h, desço para tomar café na 311 norte onde encontro um senhor com um carrinho de peito parado ao lado do contêiner já esvaziado. Luís aparenta ter por volta de uns cinquenta anos. É muito resistente fisicamente: seu corpo magro e robusto enfrenta com uma camisa fina, de malha, o frio, o vento, o sol e o serviço. Sem agasalho, só com uma sandália de dedo, ele enfrenta a lida na rua. Ele conta que vive no Cerrado atrás da Casa do Ceará.

No começo da conversa, acho que ele é baiano, mas ele confirma ser cearense. Desde 1977 saiu de casa; há quarenta anos na reciclagem. Mora em Brasília e passa os dias e as noites no Plano por conta do trabalho. Só vai para casa de quinze em quinze dias, sai geralmente na quinta e descansa até o domingo. Ele começa falando da infância, que trabalha em serviço pesado desde os oito anos. O pai consentiu às filhas que estudassem, mas a ele não deu importância. Fala da infância com mágoa, que apanhava sem motivo de seu pai porque era pequeno e seu serviço não rendia. “Era o inferno na terra”.

Só com 17 anos foi registrado e aproveitou para tirar o título de eleitor como se tivesse 18 para poder votar. Saindo da roça, começou a trabalhar na construção civil, construindo uma pousada. O dono era dono de uma loja de eletrodomésticos. Aos poucos foi *se vestindo*, adquirindo bens.

Seu Luís me conta que só sabe escrever o nome e que estudou até a primeira série. “Estudo de pobre não presta, é tudo fraco. O estudo de lá não valia nada.” Seu Luís, porém, é instrumentista, toca violão e guitarra. Me fala que quer aprender a tocar instrumentos eletrônicos. Ele compõe músicas diversas: bolero, valsa, lambada dentre outros gêneros. Mas tem dificuldade em por letra, principalmente nas internacionais. Ele aprendeu a tocar num manual com essas “valsinha véia de Toquinho”, o manual não era muito bom. Os

instrumentos ficam em casa, em Brasilinha, porque as “porcarias” que eles tem no barraco "sempre vagabundo tá roubando".

Conversamos muito ali nos dez ou quinze minutos. Ele em pé, impassível ao vento cortante de uma das manhãs mais frias do ano, eu encostada na bicicleta. Nossos veículos nos arrodando enquanto os carros paravam e seguiam conforme as ordens do semáforo da comercial.

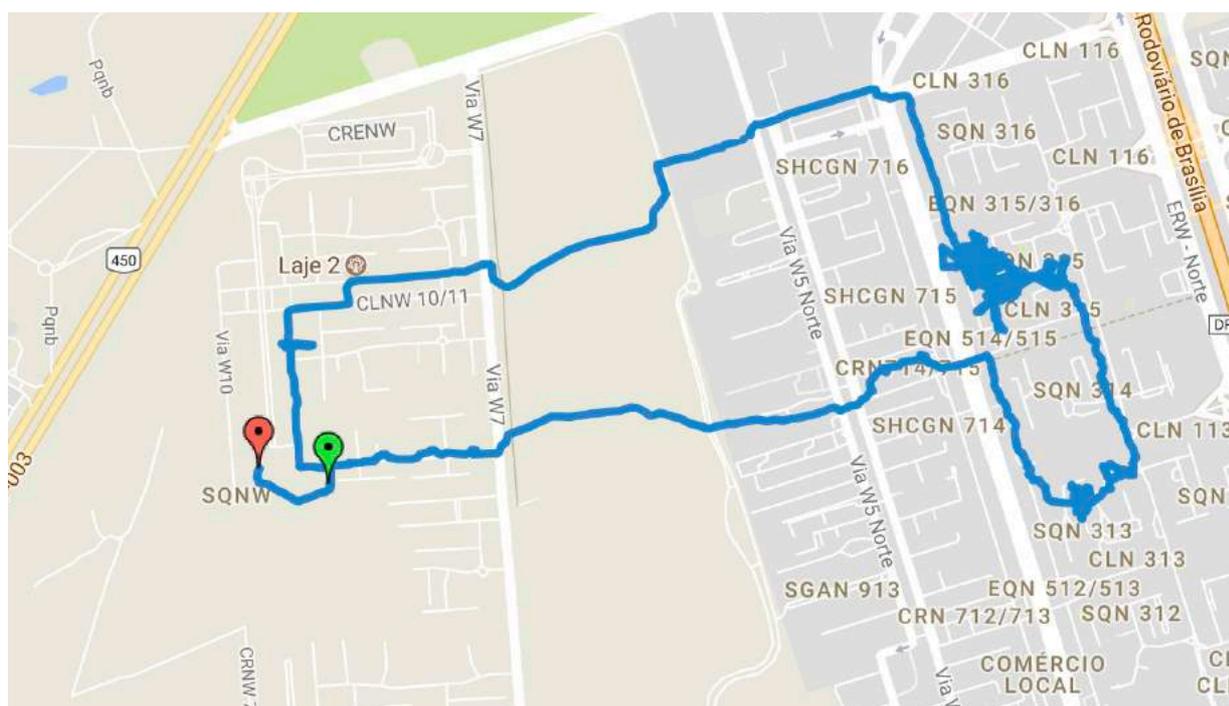
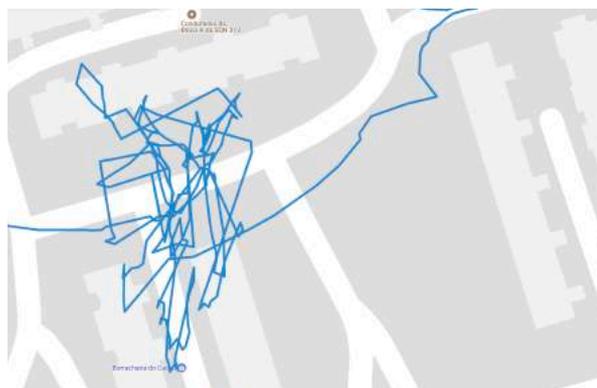
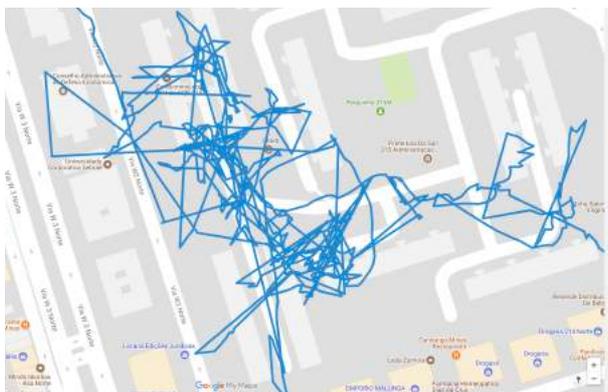
Ele me conta do glaucoma, que enxerga mal. Sua mãe - os olhos dela choravam quando ela ria, os dele também. Ele não acredita em glaucoma, e cartão do SUS ele também não tem. E também naquele vento, naquela poeira em que vivem, os olhos não melhoram. Só se ele ficasse parado em casa.

Seu Luís diz que já participou de cooperativa, mas que ela tinha tipo um dono. E aí não deu certo, não funciona quando a gestão impõe subserviência em relação ao cooperativados, como se fosse um patrão.

Durante todo o tempo, Seu Luís tinha uma garrafa vazia de refrigerante de uva na mão e com ela gesticulava movimentos enquanto conversava. O tempo se passava ali, perguntei se poderia visita-lo ali no cerrado. Ele acenou que sim, que uma boa hora seria por volta do meio-dia.

Imagens 19 e 20 (superiores): detalhes dos caminhos internos nas quadras percorridos a pé.

Imagem 21: Volta completa com o Bila, desde o Cerrado: total 16 quilômetros.





Da Derruba

17 de outubro de 2017

Maria Tássia, a Nem, me liga para eu ir às pressas filmar a derruba. Tem “máquina, trator, polícia, tudo! Tão derrubando tudo!” Chego de Uber com a câmera montada no monopé. O motorista me deixa fora da ocupação meio desconfiado do meu destino. Avisto os tratores atrás dos margaridões esturricados da seca, há viaturas dos bombeiros e da PM, até uma van, no estacionamento do lado de fora do Cerrado, na comercial da quadra 110 do Noroeste.

Entro em um caminho entre a vegetação seca até o barraco da Nem. Não demoro a encontrá-la afoita, sem olhar para o celular filmando o trator destruir seu barraco e de outros parceiros de ocupação. Quando cheguei, o barraco dela já havia se tornado um monte de terra revolta de plásticos e restos de vegetação, mas eles ainda derrubavam o de outras pessoas.

Busco informação com um grupo de PM's que aguarda o desenrolar da derrubada debaixo de uma sombra. Uma policial jovem me indica a capitã da operação. A capitã C. me explica que não há nenhuma ordem judicial, porque a terra é pública e só foi necessária a solicitação da Agefis para que a operação acontecesse. Ela expõe também suas opiniões sobre a questão da moradia no DF. Fala que apesar das pessoas ganharem os apartamentos, elas voltam a morar ali porque estão acostumadas a ganhar as coisas, faz parte de uma cultura no DF: uma "cultura das facilidades". Seu argumento sobre a situação dos catadores é que eles voltam ao Cerrado para se beneficiarem de uma vida fácil, vivendo de doações e sem esforço.

Enquanto a derruba desmaterializa os barracos entre as árvores e os materiais reciclados, a Capitã C. conversa com Nem, buscando dados para comprovar sua teoria da cultura das facilidades. Minha aproximação da capitã foi feita a câmera já evidente. Cheguei filmando a ação, depois, com a câmera ainda ligada, mas mirando outro objeto, me apresentei e expliquei que não era da televisão. Sem chance de muito diálogo com ela, procuro o auditor responsável da Agefis, o coordenador da operação, para me informar sobre os procedimentos que levam à destruição do acampamento.

Passo a conversar com outro mascarado, um homem esguio atrás de óculos, um tecido na altura do nariz, blusa vermelha de mangas por debaixo da camisa de malha preta, o uniforme da Agefis. O auditor encapuzado explica que a ordem de serviço foi solicitada pela Terracap e que não é a primeira ação que ele acompanha esse ano. Começamos a conversar com a câmera ligada, que funcionou mais como gravador da conversa do que para registrar as cenas da derruba.

O chefe da operação explica o que está fazendo ali: "**enxugando gelo**". Como quem faz um trabalho inócuo, a expressão do servidor indica com nitidez a ineficiência das remoções mesmo para quem coordenava a ação. Ele sabe, e acredito que todos ali também, que logo depois da derruba, o acampamento será reestabelecido com todos barracos reconstruídos. Ele sabe que os catadores vivem ali por necessidade de trabalho, de sustento, e que a reciclagem de rua é um meio de vida que não desaparece com uma simples destruição dos barracos. "É derrubar aqui, para eles levantarem no dia seguinte".

Diferente da militar, o auditor é desfavorável à destruição dos materiais e ferramentas dos catadores, não busca apreender os recicláveis ou levar as bicicletas. "Nós viemos aqui com a solicitação de desocupação. E só." Olhando aquelas pessoas, ele diz saber já no primeiro contato que se trata de uma ocupação de trabalhadores, reconhece o perfil dos ocupantes.

O auditor me guiou pela operação e até me deu carona na kombi de sua equipe. F. se mostra contrário inclusive à Terracap, acusando a empresa de ser uma máquina de dinheiro. Foi ele que me explicou que a Arie Cruls também integra a área do Parque Burle Marx: uma região não contígua, mas pertencente ao parque³⁰. Segundo ele, a área do parque é ainda maior do que a do Parque da Cidade. Em algum momento dessa conversa, M. fala que vai começar a construção da segunda fase do Noroeste.

Chegamos em um ponto próximo onde encontra-se outra Kombi, incinerada. A kombi com placa de Padre Bernardo, Goiás, já aparecia no relatório de vistoria produzido pela Terracap e não pela Agefis ou Ibram. O fato de haver, naquele trecho, um carro roubado e incinerado, gera um fato concreto para criminalização de todos os ocupantes daquele espaço, segundo o auditor.

³⁰ Depois do acordo entre a GDF e os indígenas, em junho de 2018, a Arie Cruls passa a integrar a TI.

O trator, a Kombi da Agefis, as viaturas da PM somem na estrada de terra em direção ao próximo ponto da operação: o *Canhão*, outra ocupação de catadores no Noroeste, também formada por cearenses, mas localizada em outro ponto, próximo à EPIA e ao Setor Militar Urbano, onde fica o tal canhão do exército. Acreditei que a derruba já tivesse acabado. Sigo de volta até encontrar um casal perto de seus barracos derrubados.

Antônio*³¹, outro cearense de Iguatu, conversa comigo sem se mostrar abalado com a situação. Apesar de seu barraco ter sido derrubado, ele pôde tirar seus pertences e já se prepara para remontar o barraco em outro lugar do Cerrado. Perto do lugar onde conversamos, árvores e destroços se misturam em montes de terra. Francisco tem atrás de si uns vinte galões de água mineral, dos de 10 litros, todos cheios. Ele se mostra consciente da operação, mas não vê alternativas de trabalho, principalmente depois da moradia no Paranoá Parque, com a elevação do custo de vida, as contas para pagar. Além de tudo, é difícil se acostumar. Para quem "vive solto" num espaço de cerrado, não é fácil se adaptar a viver preso num apartamento. E ainda mais “num lugar como aquele, onde não se pode por a cara para fora da janela que pode ser atingido por um tiroteio. Porque tiroteio é todo dia”.

Reparando por mais tempo, percebo que Francisco* tem alguma deficiência no braço esquerdo. Ele me afirma também trabalhar em cima da bicicleta, na Asa Norte, porque o lixo não dá para todo mundo ficar no mesmo canto. Seu Charita, o pai de Márcio, é o único catador entre aqueles que conheci que trabalha no próprio Noroeste. Assim como Dadá, Francisco me fala sobre a desconfiança sobre a rentabilidade em um trabalho em cooperativa, onde os ganhos tem que ser divididos igualmente, enquanto cada um tem uma produtividade própria. Ele sabe da cooperativa no Paranoá Parque, em fase de consolidação, mas não se anima com a ideia de sair do Cerrado.

*

Na quarta, 18, acompanhamos a continuação da operação que havia começado no dia anterior. Dessa vez, não fui sozinha. Léo assumiu a cinematografia enquanto eu cuidava de me articular junto aos agentes do IBRAM, Agefis e SEOPs.

³¹ Conhecido como Mãozinha, esse Francisco aparece aqui e não é o Francisco do Caminhão.

Chegamos às 9h15 em frente ao estacionamento do Detran, local de encontro dos servidores escalados para executar *o rescaldo* da operação. Conversei com uma equipe do Ibram, um sargento da secretaria de segurança pública, e ficamos todos a espera da chegada da equipe da Agefis, órgão que toma a frente nesse tipo de ação.

Quando chegaram, Diego* e o Leandro*, os dois agente da Agefis, respectivamente, o auditor e o segundo seu assistente me autorizaram a acompanhar a operação, apesar de serem menos receptivos. Ficaram entre a desconfiança e a indiferença.

No estacionamento do DETRAN, ponto de encontro das operações, quatro viaturas da polícia, incluindo a van do dia anterior traziam cerca de 15 PMs. Com a presença da polícia militar, não há margem para resistência por parte dos ocupantes e nem acontece de tentarem. O rescaldo da operação aconteceu no Parque Burle Marx, na parte onde vive o Luís, o José e outros catadores que trabalham principalmente com carrinhos de peito. Enquanto os catadores retiravam os pertences do interior dos barracos, operários da Terracap desmantelavam as construções também recicladas de madeiras, lonas, materiais que vem da rua e se transformaram no local de apoio dos recicladores avulsos.

Do primeiro barraco derrubado, sai uma mulher de uns 30 anos com um filhote de cachorro a tira colo. Ao fundo do barraco, o cerrado e os prédios do Noroeste fazem camadas no horizonte. Rapidamente ela desocupa aquele espaço e o auditor autoriza o trabalho do trator. A pá dianteira da máquina, com dizeres chineses, vem trazendo terra e materiais recicláveis, levantando uma poeira cinza das queimadas que incendiaram aquele trecho há poucas semanas. Com facilidade, a máquina robusta colide com a construção improvisada e realiza sua eficácia destrutiva. O barraco vai abaixo e se torna um amontoado de madeiras, papelões, terra e pequenezas perdidas.

Em um minuto ou dois o trator faz desmoronar as moradias dos catadores. O trecho ensolarado e descampado se mostra sem mistérios para os motoristas que observam sem precisar parar os carros. É raro ver um pedestre ou ciclista por ali, afinal não há calçada, ciclovia ou acostamento.

Lembro de Seu Luís, que já havia encontrado outro dia, nas 300. Um pouco mais tarde, já no fim da derruba, ele chega com seu indefectível gorro preto e a camisa da seleção

brasileira. Eu o cumprimento lamentando a situação. Ele diz que triste mesmo era na época em que destruíam os materiais que ele e os outros coletavam: enterravam ou queimavam tudo. Além do mais, hoje ele já tem uma casa em Brasilinha, então não tem tanto a perder. Para ele, basta um barraco para "entrar de cócoras" e que dê para passar a semana.

“Naquela época, os fiscais parecem que adivinhavam, chegaram num dia em que havia 20 mil quilos de papelão e incendiavam tudo.” Pelo que Seu Luís conta, naquele momento ele vivia na região dos prédios novos, ao que entendi que era no Noroeste. Penso na sustentabilidade do urbanismo verde que vendeu o bairro com "*ecovila*" e no argumento da construção do bairro ecologicamente correto, perseguiu os catadores e os indígenas até chegarem a usar do fogo como meio de eliminação das coisas e das pessoas as quais elas pertencem.

Seguimos para o Pé de Manga, logo atrás do Detran, antes do comboio da operação que ainda estava ocupado em destruir dois pontos no primeiro trecho. Quando chegamos, todos estavam desocupando e salvando o que podiam de seus barracos: recolhendo boas lonas, juntando os colchões, panelas e outros pertences fora das tendas. Encontramos Vitória Dadá, Luciano, Nicássio, Fabrício, Edivan, Jorge, Benedito e Benônio. Nicássio retira seu carro, o "ogromóvel", um golf cor de vinho, solicitado por um dos auditores da Agefis. Diego* me aborda e chama minha atenção: “Você tá vendo? Tem muita gente que tem condição, tem apartamento e olha só os carros! Quem é miserável não tem condição de ter um carro assim”.

A opinião do auditor parece fazer eco às ideias da capitã da PM no dia anterior. Fico pensando como o catador independente é visto, como é encarado pela sociedade e pelo Estado. Esse tipo de operação, apesar de não necessitar de muita mobilização institucional para que aconteça, é pressionada por denúncias da população contra a ocupação de áreas verdes.

Acompanhar a derrubada dos barracos no Pé de Manga, no dia do rescaldo, foi particularmente doloroso. Como se o pessoal ali, porque não haviam voltado para o NW, devessem estar menos vulneráveis a esse tipo de violência. Afinal, ainda estavam à espera que a associação começasse a funcionar. Enquanto o trator ia adiante, os PM's, a Agefis e os operários da Terracap observavam a derruba. Segundo o servidor do Ibram, a operação incluía

também a participação do SLU que devia chegar ali em dez dias para a limpeza da área. Os catadores e catadoras do Pé de Manga, assistiram, como o pessoal do primeiro trecho, as máquinas agirem. Alguns olhavam e expressavam o riso diante do absurdo da situação, mesclando tristeza, abatimento, resiliência e revolta diante da injustiça que sofreram.

Heleno*, auditor do IBRAM, me explicou durante a operação que a demanda pela derrubada dos barracos partiu do próprio órgão. No sentido da preservação das bacias hidrográficas do Parque Burle Marx, a intervenção havia sido solicitada depois da visita dos auditores. As bacias fazem a drenagem da água do Noroeste, e, segundo conversamos, esse parque é motivo de o GDF ser acusado em processos judiciais movidos por empreiteiras por propaganda enganosa. Mais tarde, soube que a Terracap assinou um Termo de Ajuste de Conduta onde acordava junto ao Ministério Público o compromisso de proteção do Parque Burle Marx cuja finalidade é de preservação ecológica.

Dois dias depois da derruba, no entanto, na sexta, todos os barracos estavam reerguidos no Pé de Manga. O pessoal se revezou entre a reciclagem e a reconstrução dos pontos de trabalho. Do lixo produzido pelos tratores, as montanhas de terra, conseguiram recuperar as madeiras, principalmente, formando as paredes dos pousos provisórios mais uma vez. Não houve outra visita nem dos órgãos fiscalizadores, menos ainda de algum apoio para os catadores. A área onde houve a remoção dos barracos, efetivamente, não foi limpa nem desocupada. A limpeza que seria realizada pelo SLU não aconteceu e sobrou para os próprios catadores a tarefa de limpar a área que supostamente estão poluindo.

Interlúdio

16/01/18

De carro, subo a tesourinha da 207/208 em direção às 107/108 tentando me afastar do homem esguio que se esforça em levar a cargueira no viaduto, tesourinha acima. Passo lentamente e reconheço Jorge. De alguma maneira estranha, sempre o vejo nas tesourinhas. Outro dia foi no da 215/216, bem cedo, em um sábado.

Hoje, ele subia recuando o seu corpo no gramado, sua bicicleta aproveitando-se do fino traço da faixa pintada de branco na lateral da pista. Paro o carro na comercial perto do semáforo na 107/108. Pelo retrovisor, Jorge some entre os carros, olha para ver se pode atravessar e some no tráfego dos repetidos veículos motorizados. Continuo olhando pelo espelho, esperando a hora certa de sair da posição de motorista, em um momento de trégua no trânsito. Quando ele chega, me conta que está voltando da rua da informática, onde foi vender alguns cartuchos para impressora, *os hps* que encontrou nas rotas. Pergunto de Vitória. Ela está no Paranoá. Jorge tem 18 anos e deve ir embora cedo hoje, vai ficar com sua companheira que ainda não deu a luz ao seu filho. Combino de ir ver sua mãe, Dona Caçula, mais tarde. Ele diz que não deve estar por lá quando eu for. Nos despedimos, buzino do carro e vejo a bicicleta sumir pelo retrovisor outra vez.

Sobre o domingo na casa de Dona Caçula

30 de janeiro de 2018, sobre o domingo 28.

A casa de Dona Caçula é um apartamento de dois quartos, no térreo, em um dos blocos residenciais do Paranoá Parque. Ao entrar o portão de ferro, passamos por um corredor verde-azulado com um aparador onde passa a vida um comigo-ninguém-pode. A sala tem uma janela até o chão, que poderia ser uma porta, mas que não abre. Vejo algumas outras plantas medicinais, foi ela mesma que plantou: hortelã-pimenta e espadas de São Jorge³². Ficamos conversando enquanto o almoço ficava pronto. Vitória, Jorge e Isaac ficam recolhidos no quarto. Fabiana e a mãe terminam o almoço na cozinha, mas nos mantemos conversando amenidades da sala.

Dona Caçula oferece um farto e delicioso almoço, com carne de porco assada, carne de panela, saladas, arroz e feijão, farofa e tudo muito bem temperado para nos receber. Vou com o Léo que aproveita e toma umas cervejinhas com Seu Raimundo. Ela se orgulha da desenvoltura no trabalho como catadora e também como cozinheira, mostrando panelas imensas, de quando ela fazia o Natal na Igreja e fazia um verdadeiro banquete para um grande

³² Nomes científicos: *Mentha piperita* e *Sansevieria trifasciata*.

número de participantes em jantares já aqui em Brasília. No dia da inauguração da associação, o bispo Dom Leonardo foi visita-la na sua casa.

Depois de almoçarmos, Fabiana me conta que também viveu no cerrado, mas hoje é diarista no Guará e no Park Way. Ela morou no Setor de Mansões antes de se mudar para o apartamento no Paranoá. “É difícil se acostumar a vida aqui, antes eu morava numa casa num lote imenso, meu marido era caseiro. Era muito bom.” Fala do cerrado, da época em que trabalhou muito, levando carrinho de peito e fazendo reciclagem. "Mas o sol maltrata demais, envelhece antes do tempo". Se orgulha da garra das pessoas de sua terra, e diz que nem todo mundo tem pique para o trabalho que fazem. Sua mãe mesmo, uma das poucas mulheres, a conseguir fazer uma rota carregada.

Fabiana conta que às vezes ela vê um catador: "passa o dia inteiro para trazer um saquinho murcho na bicicleta”, acha até graça. Não é qualquer um que dá conta. Mais do que uma habilidade, o trabalho que os catadores de Iguatu fazem chama muito a atenção nos volumes suntuosos que trazem diariamente em períodos relativamente curtos de trabalho, um só turno.

A mãe de Fabiana, uma das poucas mulheres nas bicicletas, fala de sua origem no Ceará, "um lugar muito bom, muito bom mesmo, uma casa de oito quartos onde morava sua avó e hoje mora seu pai". Se for para lá, ela nem precisa mais de trabalhar. Ela fala de como gosta de não depender de ninguém. “Tendo força, consegue pagar suas contas e a de um bocado de filhos e netos que dela dependem”. Trabalhando desde o dia 3 até o dia 20 no Pé de Manga, conseguiu pagar as faturas de cada um dos três cartões de crédito: um seu, o outro de Fabiana e mais um da nora. Acompanharemos a seguir a rota onde Dona Caçula consegue todo esse rendimento.



Rota da Cargueira

07/02/2018

No dia sete de fevereiro saí com Dona Caçula para conhecer sua rota. Consegui chegar ao Pé de Manga antes das 7h da manhã. Apesar do combinado de me apresentar o percurso que geralmente ela realizava, Dona Caçula teve dó que eu fizesse o seu longo e difícil trajeto, e me poupou de pedalar da 415 até a 402 norte. Pedalamos por um trecho bem menor e ainda assim passamos toda a manhã no percurso.

Nessa saída experimentei filmar com uma câmera gopro acoplada em minha bicicleta. Desde que havia feito a atividade de *go along* com Dadá, em que fotografei em preto e branco, sentia falta nem tanto do vídeo, afinal havia ficado satisfeita com as imagens analógicas e continuei com a câmera Nikon FM2 cruzada no peito. O registro objetivo das conversas e do trajeto me fazia falta. Assim, testei o dispositivo de filmar com câmera de vídeo automática e acoplada na bicicleta, aproveitando também para gravar a conversa com um gravador de áudio e um microfone lapela instalado junto ao corpo de minha interlocutora. Com um aplicativo de ciclismo, nessa saída registrei também a duração e o percurso de bicicleta. Infelizmente, a totalidade do trajeto não foi coberta nem com a câmera *gopro* e nem com o aplicativo do celular porque os dois não suportaram em bateria a duração do trajeto de Dona Caçula.

Nesse dia de registro da conversa, não produzi um relato satisfatório do diário de campo. Com a impressão que tudo estava registrado no gravador, quando tentei escrever sobre o caminho com Dona Caçula, vinham as memórias da rota com Francisco, o comprador de materiais dos catadores do Pé de Manga e do Noroeste, e da conversa com Ricardo o dono de uma das empresas compradoras do material intermediado por Francisco. A experiência etnográfica do encontro com Dona Caçula recebeu um tratamento narrativo como parte do diário de campo. Aqui, o dispositivo de filmagem, de fato, substitui o relato escrito da rota com a cargueira. Buscando acompanhar o caminho que percorre o material reciclável obtido nas ruas, relato a seguir o encontro com outras duas pessoas que não são catadoras avulsas e sim outros agentes no mercado da reciclagem. Acompanhar a mobilidade espacial dos

materiais levou a pensar na forma de ascensão social, da mobilidade social da função de catador de rua, avulso, para intermediário ou proprietário de empresa.

Rota de Francisco

8/02/2018

Ontem fotografei João, um catador que passa a semana no Pé de Manga e trabalha a partir de um carrinho de supermercado. Diferente do pessoal das cargueiras, ele começou a trabalhar com reciclagem em Brasília há pouco tempo. João e outros catadores estavam separando os *bags* para a venda, então consegui outras fotos de Luciano e Dona Caçula. Toda quarta e sexta, Francisco vai ao pé de manga comprar os materiais do pessoal. Terça e quinta é a vez de ir para o NW. Ontem contei umas dez pessoas envolvidas com a reciclagem com as bicicleta: Seu Raimundo, D. Caçula, Fabrício, Cássio, Nicássio, Luciano, Dadá, Edivan, Seu Benedito. Só Seu João trabalha com o carrinho de supermercado ali.

Já era mais de meio dia quando o comprador chegou dos bags chegou no acampamento. Francisco e Breno, seu filho de 16 anos, fazem o trabalho da pesagem dos bags de latinha e outras somas de material fino (cobre, principalmente) junto aos catadores. Os metais são vendidos depois de pesados, mas os plásticos são vendidos pela unidade: os bags. Francisco paga em dinheiro cada catador pelo que cada um oferece individualmente. Um radiador de alumínio foi polêmico na hora de juntar os metais. Apesar disso, era um objeto com uma luminosidade interessante. Fotografei em PB procurando alguma unidade com as fotos de Dadá.

Confirmei com Francisco se poderia seguir com eles no caminho como havíamos combinado no dia anterior. Ele me explicou o trajeto e eu concordei em ir na cabine com eles. Francisco está ligado a uma cooperativa no SIA, próxima a um viaduto que dá ligação a Estrutural. Chegamos por ali saindo pelo SAAN, depois EPIA, passando na frente da Feira dos Importados, e indo em direção à linha do trem. É nessa região que Francisco conta já ter habitado também no Cerrado. Quando chegou em Brasília, foi morar na ocupação do SAAN com outros cearenses. Diferente de outros conterrâneos que já vieram para a reciclagem, ele veio trabalhar na construção civil, ramo que já conhecia, mas sem escolaridade, acabou mudando de ramo e passou a trabalhar na reciclagem de rua a partir de um carrinho de peito.

Na época, a Maria de Lourdes Abadia tinha prometido dar a todos que moravam no cerrado do SIA lotes para morarem e uma cooperativa para trabalharem. A cooperativa logo saiu, mas o lote não. Com o fim do governo Roriz (até 2008), "o Arruda botou todo mundo para correr dali. Saíram debaixo de cacete, enxotados pela tropa da Rotam". Francisco conta que retornou ao Ceará, mas logo já voltou para Brasília de novo. Por toda sua trajetória, pela postura humilde e pela amizade com o pessoal do Cerrado, Francisco é reconhecido não só como um bom patrão, mas como um "sofredor".

Ontem, depois de chegarmos na cooperativa, Breno me apresentou outra Francisca, Dona Quinquinha, sua avó paterna. Conversamos rapidamente enquanto Francisco, seu filho, resolvia algumas coisas ali antes de seguirmos para o seu próprio depósito. Breno explicou para a avó que estou fazendo um estudo sobre a reciclagem. A primeira pergunta que Dona Quinquinha me fez foi: "você tava em Caçula, é?" Mais cedo, no Pé de Manga, Dona Caçula me contou que as duas são *intrigadas* há 25 anos, desde o Ceará. Apesar disso, ambas tem muito respeito uma pela outra, nenhuma delas fala mal pelas costas, sempre se referem uma a outra até com alguma reverência.

Quando Francisco saiu da coleta avulsa e passou a trabalhar na compra e venda de recicláveis, com o caminhão, Dona Caçula vendeu-lhe várias carradas³³ que totalizaram uns mil reais. Para além dos mil reais que ela receberia, lhe pediu mais quatrocentos reais para resolver umas pendências que tinha. Francisco respondeu que não tinha valor para emprestar nem para ela nem para ninguém, porque ainda estava começando e o dinheiro ainda estava difícil. Dona Caçula me conta que ali já perdeu a confiança em Francisco e que decidiu que ele não servia para ser o comprador de seu material, porque ela precisava de alguém em quem pudesse confiar, lhe socorrer quando ela precisasse de um empréstimo - alguém que também confiasse nela como boa pagadora.

Dona Quinquinha, quando soube da história, ela mesmo desembolsou os quatrocentos reais para emprestar a Dona Caçula. O que foi a sorte de Francisco, porque ia perder uma fornecedora e tanto, além de, provavelmente, a confiança de outros catadores que tem em Dona Caçula uma referência de liderança. Ela se orgulha de Dona Quinquinha confiar nela: "Eu posso pedir cinco mil reais que ela me arranja. Ela sabe que eu pago." A história das duas

³³ Cada carrada do caminhão de Francisco leva 16 bags de plásticos e latinhas.

me lembra aquele tipo de laço de afinidade, de amizade formal, mantida à distância, com o máximo respeito e a mínima intimidade.

Distante do Pé de Manga, uma área arejada e de agradável sombreado frutífero, o galpão da cooperativa onde trabalha Dona Quinquinha em tudo parece diferir: na espacialidade, no modo de trabalho e nas relações profissionais. Sem muros, o local é cercado com lonas e tábuas de madeira. Expostos ao sol e à chuva ficam os bags reunidos de acordo com os donos: uns cinco são de fulana, outros dez ali de Sicrana e assim vai. Apesar da área ser grande, deve ter uns cinco mil metros, é difícil olhar a situação daquela cooperativa e pensar que aquele modelo possa ser mais eficiente ou oferecer melhores condições do que o Cerrado. Segundo Francisco, nessa cooperativa é "cada um por si".

Estava fotografando o processo da transferência dos bags para o caminhão da Recicla Brasil quando um dilúvio veio no vento do céu cinza. Tudo se tornou ainda mais precário quando o sol forte, apesar do dia nublado, deu lugar a uma forte chuva que invadia em ventos, poças e goteiras, por toda parte, o galpão inacabado. Me abriguei ali e rapidamente o Ricardo, um dos compradores do material de Francisco, também buscou abrigo por ali.

Depois de conversar com Dona Quinquinha e outra senhora, as duas impressionadas com a morte de um jovem a facadas na Estrutural, onde elas moram, me dirigi ao galpão para me apresentar ao presidente e ao vice da cooperativa. Os dois mais acenaram e olharam eu me expressar do que procuraram saber afinal o que eu estava fazendo ali. Fui me apresentando, dizendo minha origem e intenções, ao que o presidente olhava para o nada concordando parecendo não ouvir enquanto ouvia. Isso foi antes da chuva começar e o caminhão da empresa chegar.

Diferente de outros caminhões como o de Francisco, um mercedes azul dos anos 1980, dos mais clássicos, com caçamba fixa e aberta, cabine simples, o outro caminhão era bem mais novo, foi tirado *0km* há dois anos, segundo o Ricardo, e já tem mais de 140 mil quilômetros rodados. O modelo dele é específico para o serviço de reciclagem: sua caçamba é um contêiner verde escuro, fechado, com as letras da empresa impressas em amarelo na lateral. Os dois caminhões ficam emparelhados para que Breno e seu primo levantem e descarreguem os *bags*, despejando os plásticos manualmente de um caminhão a outro.

São 52 bags para encher o enorme recipiente. Do galpão avisto seu esforço, a camisa de malha cinza grudada ao corpo em luta contra a água forte. Quase no fim do trabalho, a chuva no horizonte finalmente chega e, apesar dele e outro rapaz, seu primo, resistir ao toró de início, com a força da tempestade, procuraram abrigo no barraco de Quinquinha, sua avó, até a chuva abrandar depois de quase duas horas torrenciais.

Esse foi o tempo que tive para conversar com o R. que também foi se abrigar no galpão. Ingênuos nós dois, fomos nos abrigar em um galpão que mais chovia do que protegia quem ali se refugiara: nós dois de passagem, as catadoras e seus filhos pequenos, os catadores, os cavalos nas carroças. Esperando a chuva passar, ele me conta que não é só motorista, mas dono da empresa sediada no entorno de Brasília. Ele compra material de Francisco e de outras cooperativas, além de vender outros materiais para grandes empresas como a Capital Recicláveis. Sua empresa tem cinco caminhões, 15 funcionários com carteira assinada e um galpão de 20 mil metros² onde são processados, lavados e compactados ou flocados os materiais, tendo como destino a indústria que finaliza o processo da reciclagem com a etapa do derretimento em São Paulo.

Diferente da minha ideia de empresário do setor dos recicláveis, o Ricardo não se limitava a imagem de um executivo “de gabinete”. Enquanto esperávamos no galpão, fugindo das poças, goteiras e garoas que nos faziam mudar de um lado para o outro no espaço, ele me contou que chegou na reciclagem depois de perder tudo. Era funcionário de uma multinacional em Manaus e lá, de cargo em cargo, assumiu uma posição de supervisão dentro da fábrica. Mesmo sem escolaridade além da oitava série, nessa época ele tirava mais de dez salários, tinha um alto padrão de vida. Com um problema de saúde, uma síndrome de suposta origem genética, foi despedido e acabou “perdendo a cabeça”, perdeu tudo.

Daí a roda da vida o levou do alto para baixo. Ele teve que puxar carrinho de peito para não passar fome, saiu de um alto funcionário para catador de rua. O baque de vir de perder o conforto e o status da classe alta o deixou em estado de confusão. Não sei se ele disse “lelé, zureta, meio louco”, mas entendi que ele tinha atravessado um deserto psíquico. Se conseguiu sair do fundo do poço, ele me conta, "foi porque ele sabia que não era aquilo ali, não podia ficar ali, segundo o que ele mesmo me contou". Aos poucos, com um empréstimo de dois mil reais da mãe, ele comprou um Chevet velho e começou a investir para sair da

situação em que estava. Ele diz que outras pessoas que trabalhavam com ele ainda continuam no mesmo lugar, que pedem pra ele contar o segredo.

Aos poucos, foi se levantando melhorando as condições técnicas e financeiras do trabalho com a reciclagem, ele passou não mais a ser o vendedor primário, o catador de rua com o carrinho de peito, mas o comprador com carros cada vez melhores e maiores, o intermediário entre os pequenos e os grandes da reciclagem. Ele conta que teve sorte também. Um maquinário de R\$ 150 mil ele conseguiu comprar a R\$ 50 mil porque um industrial faliu e queria mudar de ramo. Conseguiu comprar o maquinário na base da confiança e os veículos na base da confiança entre outros empresários. O primeiro caminhão, ele comprou fiado e com o prazo de 30 dias para pagar a primeira parcela de mil reais. O dono do caminhão propôs que ele pagasse depois de um mês porque R. não tinha ali o dinheiro para a parcela. Saindo de lá, conseguiu vender materiais plásticos, tampinhas de garrafas da coca-cola que lhe renderam da fábrica uma doação final de 9 mil tampinhas de pet ao fim do mês, o que possibilitou que se rentabilizasse e aumentasse os rendimentos ao ponto de pagar o empréstimo e aumentar a estrutura de autônomo para empresário.

Pergunto se ele não teve interesse em participar de cooperativas logo no início, ao que ele me responde quase num susto: "eu tava ficando louco, não tava ficando burro! Gente enquanto mexer, é complicado mexer com gente".

A chuva afinando, saímos do galpão. Do caminhão, Ricardo tira um casaco grosso e me empresta. Acho um bom motivo para ir conhecer depois sua empresa, mas nunca mais nos vimos desde lá. Francisco e Breno enfrentaram o congestionamento e, na volta para a casa, ali no Setor de Inflamáveis, me deixou de caminhão na primeira parada de ônibus no SIA, onde eu poderia pegar a condução de volta para casa. Francisco se preocupa em me deixar na parada por conta de assaltos, mas explica que ali por essa hora de entardecer, as 19h, no horário de verão, tem muito trabalhador na rua ainda. Vejo que estou sem dinheiro efetivo, ele me empresta cinquenta reais e volta à sua casa.

CADERNO FOTOGRÁFICO II



Imagem 22: Contêiner trancado para evitar o acesso aos catadores de rua.



Imagem 23 e 24: Dona Caçula usa um cabo para acessar o material do fundo das lixeiras.



Imagem 25 e 26: Quando Dona Caçula vai trabalhar na área interna das residenciais, a cargueira espera na sombra, sem cadeado.



Imagem 26 e 27: Fechando um contêiner e enchendo a cargueira com o material recolhido.



Imagem 28 e 29: Saindo de volta para o Pé de Manga.



Imagem 30: A travessia na W3 Norte.



Imagem 31: Chegada no Cerrado do Pé de Manga.



Imagem 32: Luciano separa as latinhas para pesagem.



Imagem 33: Luciano e Francisco pesam o bag.



Imagem 34 Os bags no Pé de Manga em dia que Francisco compra os materiais.



Imagem 35: Depois de carregado, o caminhão de Francisco segue para seu depósito.



Imagem 36: Francisco no próprio depósito onde pode guardar os bags trazidos do Cerrado.



Imagem 37 : Dona Quinquinha separando os diferentes tipos de plásticos na cooperativa.



Imagem 38 (díptico): O caminhão de Ricardo e o caminhão de Francisco lado a lado.

Imagem 39: Depois de separados por tipos, os bags são pesados no caminhão de Ricardo.



Imagem 40 (políptico): Breno carrega o caminhão da empresa compradora manualmente.



Imagem 41: Chuva no galpão da cooperativa no SCIA.

A eficiência do catador, a eficácia do Cerrado

Neste capítulo, seguindo as rotas dos catadores, percebemos dois caminhos diferentes para os materiais recuperados da rua. O primeiro sentido é o da reciclagem, com a venda dos bags de plásticos de diferentes tipos, o alumínio e o cobre, os materiais finos. As etapas da cadeia produtiva da reciclagem de rua começam com a triagem do catador nas lixeiras dos prédios, casas e comércios na Asa Norte. É ainda nesse processo de reciclagem, de escolha e de triagem, que os/as catador es/as encontram os objetos reaproveitáveis de baixo ou de alto valor: os bregueces.

Com o caderno fotográfico I, a rota de Dadá desde a coleta até a venda dos objetos, conhecemos a Feira do Paranoá e os produtos que ali são vendidos: lembro de ter visto um notebook, um retroprojeto, um gravador de fita e vários objetos cujas finalidades me pareceram misteriosas e instigantes. Próximo ao Conselho Tutelar do Paranoá, na avenida principal da cidade onde se concentra o comércio, ficam os catadores das bicicletas e muitos outros vendedores que dispõem principalmente roupas para a venda nos finais de semana. No início da pesquisa, em 2016, a Feira da Estrutural era o ponto de venda dos catadores que dispunham livremente os objetos vendáveis encontrados entre o lixo dos moradores do Plano Piloto. Com a mudança para o Paranoá Parque, ficou inviável que eles continuassem a frequentar a grandiosa e mais distante feira da Cidade Estrutural no SCIA.

A atividade de feirante tem garantido um incremento razoável na renda do catador ciclista, e para o pessoal de Iguatu, é parte componente do trabalho com a reciclagem há vários anos. Apenas com as vendas dos *bags*, a renda semanal média dos catadores pode variar de 100 a 150 reais. Ao passo que numa única venda de um eletrodoméstico, eletrônico ou alguma peça de valor, ele pode extrapolar esse ganho. A circulação dos bens retirados do *lixo rico* viabiliza o acesso de uma classe com menos poder aquisitivo a peças tecnológicas, principalmente, que tem um valor muito menor quando chegam à feira se comparados aos preços de mercado praticados nas lojas.

Acompanhando um dia de feira, conversei com Dadá, Edivan, Luciano, outros e outras catadoras que vendiam ou acompanhavam seus parentes. Dadá me contou que o que ele não consegue vender ali, ele doa para outra pessoa com menos condições financeiras que ele, uma senhora que leva os objetos para a “roça”. A precariedade material pressiona o catador de rua

a uma vida bastante exigente do ponto de vista físico e também social. Os catadores recebem objetos que lhes vem de graça, do lixo ou diretamente dos moradores que fazem doações, e por sua vez, repassam aquilo que sobrou sem a finalidade de acumular ou estocar os bregueces, e sim de fazê-los circular como mercadorias, ou, novamente, como doações. "O que não serve para mim, vai servir para outros lá na frente" nas palavras de Dadá. Edivan, seu irmão, me explicou que não leva para casa o que não vendeu na feira. Se ele não consegue vender os bregueces, é sinal que os produtos não tem valor econômico, mas, como compreende que são objetos cujas finalidades estão parcial ou totalmente íntegras, repassa para outras pessoas que ainda poderão aproveitar os produtos. Dadá me explica: se o que vai para o lixo não tem mais valor para o comprador, o consumidor morador do Plano Piloto, para eles ainda tem. Da mesma forma, os objetos que seriam dispensados pelo o catador-vendedor são doados pra quem ainda pode encontrar valor nas mercadorias. O catador ciclista conhece a rua o suficiente para saber que na semana seguinte encontrará outros bregueces, mais caros ou mais baratos, mais novos ou valiosos: dependerá da sorte e da competência na reciclagem.

O sentido solidário da economia do circuito inferior (SANTOS, 2002) se mostra com a atitude de dona Caçula em alugar a bicicleta de um catador em situação de encarceramento buscando colaborar com a família que ficou desassistida com a ausência do pai. As relações de confiança e de solidariedade são importantes também no sentido das parcerias comerciais, quando o atravessador/intermediário assume a posição de patrão imediato e também de sofredor como os catadores. Esses aspectos tem evidenciado que para além do processo associativo que não se consolidou e da dita baixa tecnologia das cargueiras da reciclagem, a eficiência econômica, física e até mercadológica superam, para muitos catadores, outros modos de trabalho inclusive formalizados.

Segundo os critérios de *eficiência econômica, física e mercadológica* (respectivamente de rentabilidade, de produtividade e de inserção no mercado), DAMÁSIO (2006, 2010) associa um maior grau de organização em cooperativas ou associações de catadores a uma maior capacidade técnica operada na cadeia socioprodutiva dos recicláveis:

“São medidas de produtividade média que alocam as cooperativas em quatro níveis de eficiência produtiva através da técnica estatística multivariada, a análise discriminante: Eficiência Física – produção física per capita medida em kg/mês; Eficiência Econômica – valor comercializado da produção física per capita medida em R\$ / mês; Eficiência de Mercado – representa a capacidade da cooperativa em colocar os seus produtos recicláveis de forma vantajosa no mercado, dada pela razão entre Eficiência Econômica e Eficiência Física (Geri, 2005).” (RIBEIRO, 2014: p. 206)

As classificações para o autor (DAMÁSIO, 2010) são quatro: alta, média, baixa e baixíssima eficiência. Para cada um desses graus de eficiência no cálculo da produtividade média, somam-se os fatores sociais de articulação e formalização aos critérios de produtividade e rentabilidade. Quanto mais equipada e rentável, mais organizado institucionalmente é o grupo, cooperativa ou associação. Portanto, a eficiência não é relativa ao tamanho das organizações, mas à conjunção de organização interna, produtividade e rentabilidade.

Observada essa classificação geralmente adotada nos estudos recentes sobre o tema, os catadores de Iguatu localizados anteriormente em áreas de cerrado aparecem em pesquisa realizada pelo INESC junto a SEDEST assim descritos:

“O local denominado Invasão Noroeste também pelos próprios moradores, foi onde a equipe do INESC e então equipe da SUPAR/SEDEST escolheu ainda em 2014, para realizar a aplicação do questionário piloto junto aos catadores (as). Esse lugar consiste no maior agrupamento de catadores avulsos no DF depois do lixão da Estrutural. [...]

Estas pessoas que migraram em sua maioria de Iguatu, no Ceará, possuem várias carências assistenciais. A catação é realizada principalmente na Asa Norte e na própria região do Noroeste e a comercialização se dá com a Capital Recicláveis, ou por intermediários, que buscam o material sob encomenda. Os *bags* nesta região também possuem cerca da metade do valor comercializado na Estrutural, e os catadores ainda são “orientados” a colocarem latinhas de alumínio junto aos *bags* de garrafa *pet*, aumentando ainda mais a margem de lucro do atravessador que segrega este material posteriormente. [...]

O grupo necessita de apoio técnico além de capacitações e conhecimentos básicos em direitos humanos. Eles também precisam de apoio para matricular suas crianças em escolas da rede pública, atendimento médico-hospitalar. Na classificação de Damásio (2010) o grupo se enquadra em baixíssima eficiência para a triagem.”

A indicação de baixíssima eficiência para triagem, relativa à inexistência de galpão ou maquinário e também à situação de vulnerabilidade social na qual se encontravam, diz respeito também à precária eficiência mercadológica. No bag comprado do pessoal de Iguatu,

vão os diferentes tipos de plástico, *mangaba* branca e colorida, as embalagens pet e as latinhas de alumínio. Comprando por essa unidade, os intermediários pagam por cada bag (de plásticos e latinhas juntos) vinte e seis reais. Alguns catadores preferem separar as latinhas e vender por quilo apenas o alumínio dessas embalagens, considerando que a venda dos bags com metal e plástico é desvantajosa para si. Há quem prefira vender os recicláveis todos juntos, plásticos e metais, obtendo um valor um pouco melhor no bag, poupando tempo e o trabalho da triagem.

O lucro dos intermediários sobre o material é considerável, pois há uma diferença de medida entre a compra por unidade do bag e a venda por peso. A medida do bag é variável: alguns, geralmente os mais novos, são menores, outros são grandes demais, o que faz variar o preço final em relação as quantidades de material coletado para o catador. A venda dos plásticos indiferenciados (de diferentes tipos) também é subcotada em relação ao valor de cada material. Enquanto um catador formalizado recebe pelo preço de cada material vendido para a indústria da reciclagem, o catador avulso recebe uma quantia inferior, pois não tem escolhas na intermediação e tem que aceitar as condições do comprador, que por sua vez, chega com o preço estimado pelos valores da indústria. Por isso, os intermediários acabam definindo os ganhos do catador como padrões. No entanto, esse processo de atravessamento de circuitos operada pelos intermediários não é nada mais do que a revenda praticada em outros setores da economia, menos estigmatizados do que a reciclagem autônoma, mas, da mesma forma, com relações mercadológicas muito desiguais, por exemplo a agricultura e a venda de artesanatos.

Apesar dos atravessadores lucrarem muito mais do que os catadores de rua na venda dos materiais, os laços de confiança entre vendedores-catadores e compradores-intermediários evidenciam que os modos de trabalho correspondem a um tipo de relação próprio do circuito inferior (SANTOS, 2002).

O SLU tem incentivado o fortalecimento de cooperativas e associações comprando a tonelada de material das cooperativas e associações a um valor elevado: 300,00 reais - se comparado ao preço definido pelo mercado não regulado. Essas medidas do SLU observam o atual momento de transição do fechamento do Lixão da Estrutural, o Aterro do Jóquei, quando boa parte dos catadores do DF ficaram em situação de vulnerabilidade diante da extinção de

sua fonte de sustento. A compra das toneladas de recicláveis significa uma medida de compensação e um incentivo à reciclagem nas cooperativas. No entanto, sem a formalização, os catadores avulsos não tem acesso a essas políticas que atendem sempre as organizações e nunca a indivíduos isolados. Aliás, depois de janeiro de 2018, muitos catadores desta pesquisa afirmam que nas ruas de Brasília há hoje mais catadores do que há alguns meses atrás.

Entre os catadores de rua, o horizonte da formalização tem sido uma alternativa duvidosa e parece, muitas vezes, mais precária do que o trabalho autônomo e independente. As cooperativas e associações, como organizações que não tem si fins lucrativos e devem ser resultado de processos maduros de tomada de consciência pessoal e coletiva, necessitam de maior apoio para a consolidação e manutenção da rentabilidade que leva o catador a exercer essa atividade econômica. Em relação aos modelos de ascensão econômica tipicamente capitalistas, o caminho do reciclador que passa de catador de rua para intermediário parece mais vantajosa do ponto de vista econômico, no sentido do ganho imediato, do que o caminho de se tornar parte de uma organização de classe que exige a adesão a outra lógica econômica e social.

Há uma lacuna entre o atendimento governamental ao catador inserido no modelo formalizado que pode ser pago pelo SLU, ainda em minoria, e a repressão ao catador avulso realizada pela Agefis em repetidas ações de remoção de áreas públicas. Em um momento de diminuição dos postos de trabalho e precarização das relações trabalhistas, as soluções autônomas desenvolvidas na lida da reciclagem de rua devem ser consideradas não um meio a ser banido, anti-higiênicas ou pré-modernas, e sim, práticas continuadas e em processo de aperfeiçoamento, de uma sustentabilidade urgente não só no sentido ambiental, principalmente econômico. Diferente do que se pode imaginar em um primeiro momento, os catadores não são excluídos do mercado formal, e sim, mal incluídos (ZANETI, SÁ & ALMEIDA, 2009), e sem dúvida, partícipes importantes para a manutenção dos ciclos nos mercados superiores.

A persistência do coletivo de Iguatu no cerrado, mesmo após a conquista da casa própria e a tentativa de consolidação da associação, aponta para a efetividade de suas práticas de trabalho, uma sustentabilidade discreta, rentável e efetiva no tecido urbano da capital federal, apesar de marginal e indesejada. Essa sustentabilidade precária, no sentido das

relações de mercado, da categoria simbólica e das próprias das condições de risco de contágio físico-químico deve ser considerada, quer queiramos ou não, uma atividade componente do serviço de limpeza urbana historicamente e que tem em sua constituição relevante amortecimento da desigualdade social e da reversão do lixo em resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis. Os catadores das cagueiras e o pessoal do Parque Ecológico Burle Marx tem recuperado do lixo comum os lixos eletrônicos e os bregueces que chegam nas feiras e também os grandes volumes de recicláveis que separados ainda na rua não são contaminados ou destruídos nos caminhões da coleta.

A eficiência da bicicleta no transporte dos recicláveis e reaproveitáveis tem funcionado há vários anos e denota um apuro técnico no desempenho da reciclagem de rua que não se restringe a simplesmente pedalar. No entanto, a eficiência no sentido organizativo tem sido baixa, afinal continuam mantendo relações mercadológicas desiguais, apesar de rentáveis.

A bicicleta é um meio de transporte de alto rendimento energético se comparado a outros veículos e até a outros seres moventes em geral (STOFFERS, 2016). A cagueira demonstra que o potencial da bicicleta foi aproveitado e ampliado para um uso específico, a reciclagem de rua. O caso do pessoal das bicicletas indica uma grande atenção dada ao trabalho, o que reflete em seus ganhos razoáveis e em seu meio de sustento ter se mantido apesar das frequentes remoções operadas pelos órgãos de fiscalização no DF.

Ao fim da pesquisa, fica evidente que no desenvolvimento das técnicas de reciclagem de rua, uma importante característica dos catadores das cagueiras é a resiliência em relação às ações punitivas do Estado que periodicamente desmancha e derruba barracos, buscando eliminar assim os espaços e as atividades irregulares do Centro urbano de Brasília. Nos cabe perguntar: por que o Cerrado continua ocupado mesmo depois de várias e várias derrubas nos mesmos locais? Por que as áreas interditas são frequentemente reocupadas e os acampamentos restabelecidos? Seguimos para o próximo capítulo com o último relato etnográfico de um período vivenciado junto aos catadores de Iguatu, no início do mês de julho de 2018, quando mais uma vez a ocupação espontânea dos catadores esbarrou na vigilância, fiscalização e punição das derrubas.

CAPÍTULO 3 – AS FRONTEIRAS DO PARQUE BURLE MARX

A Derruba como ritual de purificação

10/07/2018

Desde o dia 3, correndo atrás das derrubas. Hoje, sem nenhum barraco montado, o comboio da derruba passa direto pelo Pé de Manga. Um desfile de automóveis, caminhões, tratores, viaturas sai da ocupação que fica mais abaixo, perto da pista, e segue para longe.

Em quatro dias, foram duas "ações de remoção" seguidas (dia 4 e dia 6, quarta e sexta-feira). Como a Agefis notificou alguns catadores, ficamos sabendo com a antecedência necessária para:

- 1) Tentar impedir a derrubada na SEMA e na Agefis na semana anterior, sem sucesso.
- 2) Filmar o que acontecesse durante a semana.

Liguei para meus parceiros e ficamos a postos desde terça-feira, primeiro dia útil da semana, depois da segunda-feira de copa do mundo (Brasil 2 x 0 México). Em dias de ponto facultativo, a princípio, a Agefis não realiza as operações de remoção. Estivemos em uma equipe de cinco pessoas: Ivan Viana, Leo Hecht, Danilo Bola, Tiago Rocha e Igor Zeredo, respectivamente: diretor e assistente de fotografia, técnico de som, produtor e roteirista. Quando chegamos, na terça, dia três de julho, Dona Caçula, Seu Raimundo, Vitória e Isaac, o bebê, estavam por lá. Os outros trabalhadores tinham saído para a reciclagem. Dona Caçula decidiu ficar porque sabia do risco iminente da derruba acontecer a qualquer momento.

Nesse primeiro dia de filmagem tudo correu bem. Chegamos às 7h-7h30 no pé de manga, tomamos e filmamos um café com Dona Caçula. Na nossa primeira filmagem como equipe, aproveitamos para captar cenas desprezíveis do dia-a-dia. Já com alguma intimidade, pedi que as pessoas fizessem certas ações, repetissem-nas, esperassem aqui, continuassem dali, tentando adequar ao tempo da câmera o tempo do acampamento. Entrevistamos Dona Caçula e gravamos outros catadores chegando da rua, conversando entre os colegas, descarregando as bicicletas. Tentamos, assim, captar algo do espaço do Pé de Manga aliviados pela ação de remoção não ter chegado ali.

As derrubas, normalmente, acontecem pela manhã. Quando acontecem à tarde, parecem ser uma continuação das operações iniciadas no turno anterior. Entramos em contato com a SUFIR (superintendência de fiscalização de resíduos), e recebemos a confirmação da própria Agefis que haveria, sim, a operação, mas a data era mantida em sigilo. Por conta dessa incerteza em relação a quando aconteceria, chegamos cedo no primeiro dia de filmagens, caso a operação incidisse sobre o Pé de Manga. A derruba não veio na terça e fomos embora depois do almoço.

No dia seguinte, quatro (quarta-feira), começamos o *set* um pouco mais tarde. Houve boatos de que não haveria derruba no Parque Burle Marx, e sim no Noroeste, no Canhão³⁴. Resolvemos manter nosso plano de filmagem, apesar de termos quase certeza que não haveria derruba no Pé de Manga. Decidimos então começar às 10h, horário que o pessoal começava a voltar de suas rotas. Dona Caçula não estaria lá para nos receber desde cedo, porque já havia perdido o trabalho no dia anterior.

Por volta das 9h30, Vitória me liga e diz que a derruba já chegou. Terminamos de catar as coisas e partimos apressadas para o ponto dos catadores. Lá, ao chegarmos, vimos que os caminhões, tratores e viaturas tinham começado por baixo, pela ocupação mais próxima da pista, da mesma forma como fizeram em outubro de 2017 (ver página 86).

Seguimos para o Pé de Manga e acompanhamos Dona Caçula, Vitória, Seu Raimundo, e cada catador que vinha carregado da rua e via a cena da derruba no ponto próximo compartilhando ansiedades em relação ao que aconteceria. Enquanto montávamos os nossos equipamentos, no enorme estacionamento asfaltado do outro lado da pista, dava para ouvir Seu Ailton (o pai de Edilânia, Edivan, Dadá e Bibi) desmontando o barraco do filho Dadá, ainda na rota de trabalho. Esse senhor estava de passagem - mora no Ceará - e quando vem visitar os filhos prefere ajudar na reciclagem, caminhando e acompanhando as bicicletas, a ficar parado no apartamento. Desfazer o barraco significa salvar o material, recolher os objetos comprados ou encontrados que viajam de bicicleta antes que vire tudo um amontoado caótico de terra, galhos de mangueira, madeira, plásticos e sujeira. Quando os tratores chegaram, do barraco de Dadá só havia sobrado o quadrilátero na areia marcando onde havia sido erguido.

³⁴ Apesar de estar localizado no Noroeste e ser formado por pessoas conhecidas dos catadores interlocutores, o aquele pessoal caracteriza uma outra comunidade.

Jorge, o neto de Dona Caçula, fazia o mesmo que Ailton: desmanchava o barraco onde ficava durante a semana com sua companheira Vitória e o filho Isaac. Dona Caçula e Luciano se recusaram a desfazer seus próprios barracos, mas acabaram desocupando-os de seus pertences. Luciano custou a acreditar que a derruba chegaria ali; Dona Caçula se recusava a adiantar o trabalho da Agefis.

Fabrcio, D. Caçula, Vitória e o Jorge desceram a pé para acompanhar como estava a derruba lá embaixo, no ponto onde ficam Seu Luís, Irmão José e cerca de outros vinte catadores e catadoras. Antes de chegarem, viram os caminhões subindo em direção aos seus barracos. Da rua acompanhamos filmando a caminhada de Dona Caçula e Vitória. A câmera enquadrrou a picape do Ibram, a kombi da Agefis, outros três caminhões, dois tratores, duas viaturas policiais e até outras duas viaturas dos Bombeiros. Um verdadeiro desfile termina de ser composto pelos vinte ou trinta agentes que desceram dos veículos para realizar a derrubada dos três, apenas três barracos de madeira, lona e plástico.

Nos mantivemos filmando o tempo todo. O tempo, aliás, foi extremamente curto. A **eficácia** daqueles tratores, daqueles dez policiais que observavam calmos e distantes, dos auditores uniformizados, protegidos do sol e da poeira com uniformes e a proteção de óculos, chapéus e máscaras nos indicavam a procedência dos órgãos onde são servidores. Em pequenos círculos, os auditores conversavam entre si enquanto os tratores jogavam os escombros pra lá e pra cá. Os outros veículos ficaram do lado de fora do acampamento, no gramado próximo à pista.

O time da eficiência do Estado contou com agentes do Ibram, da Agefis, da Polícia Militar, da SEOPs, dos Bombeiros e até da SEDESTHMID. Como se trata de uma área pública, não é necessário qualquer processo judicial para que as remoções aconteçam. Basta que o próprio Estado e suas agências autojurisdicionadas, segundo nos explicou um servidor da Agefis, decidam promover as operações. Não consegui reconhecer o rapaz da SEDESTHMID que deveria apoiar as e os catadores durante a ação. Dona Caçula disse que ele a abordou chamando-a por seu nome completo. Como ela foi beneficiada com o apartamento no Paranoá, e já teve o nome inscrito em "cooperativa" que chegou a ter uma sede (apesar de nunca ter sido consolidada), o servidor afirmou não poder fazer nada por ela ou por seus colegas. Prosseguiu fotografando o local e as pessoas.

Na terceira derruba que presenciei, essa do dia 4 de julho, estive concentrada em guiar o Ivan e a equipe de captação no registro no *ritual de purificação* exercido periodicamente pelo Estado. Diferente do fotógrafo, já havia presenciado outras remoções: a derruba de outubro de 2017 e outra derruba em março deste ano no outro ponto do Burle Marx. Tal quais as outras derrubas, dessa vez os auditores da Agefis chegam sem conversa alguma, os tratores seguem sobre os barracos sem resistência de ninguém, os catadores permanecem observando a ação rápida dos agentes e das máquinas, ao longe ficam os policiais acompanhando o andamento aparentemente tranquilo e sem resistência. Outros agentes do Ibram e de outros órgãos como os bombeiros compõem a equipe transdisciplinar. Finalizado o trabalho, com os destroços e os montes de terra, a comitiva do Estado vai embora.

Observava os tratores e conduzia o Ivan pela cintura, indicando rapidamente, com a câmera na mão, o que queria que fosse filmado. Depois que vi as imagens com o fotógrafo reparamos na sensação de caos que se imprimiu nos planos. Ivan produziu cenas movimentadas, planos estranhamente enquadrados, onde a dificuldade de compreensão da ação se mostrou na dinâmica da cena por vezes indecisa, confusa para onde mirar. O trator exerce uma verdadeiro magnetismo em sua dança destrutiva.

Filmávamos também, em contra plano, os rostos dos catadores observando mais uma derruba. O tempo da derruba, nos olhares magnetizados pela destruição que está adiante, se dilata. Cada um reage de um jeito. Vitória mostra uns vídeos no celular, anda de um lado para o outro, ri alto como quem quisesse ignorar os agentes. Luciano observa retraído, calado, ele, geralmente, espirituoso e brincalhão. Dona Caçula tenta engolir a revolta. O olhar duro diante daquela injustiça contra sua luta em trabalhar de sol a sol, faça o tempo que for, gera uma revolta incontida. Com Isaac no colo, ela se aproxima e fala para nós que filmamos, fala para seus colegas e familiares, fala como quem fala para todo mundo e para ninguém - desabafa. Distantes, os auditores continuam em um pequeno círculo arrodados pelo ruído das máquinas.

"Eu, nunca mais na vida, eu não voto pra ninguém. Eu não me chamo Caçula se eu ainda votar. O governo era pra dar trabalho ao pobre e não tirar o que o pobre tem. Nós tamos atrás de um local de trabalho, não de outra coisa. Nós tamos atrás de um local de trabalho. Porque ele deu apartamento, mas é preciso pagar o apartamento. Senão ele toma de volta. A gente, toda a vida, ter que **começar do zero**, onde tem tanto vagabundo solto.

Isso é uma tristeza! Uma tristeza... A gente toda a vida, toda a vida começando do zero, começando do zero...

[Seu Raimundo, Maranhão, repreende Dona Caçula. Ela fala mais alto, e ainda mais revoltada]

Eu não me importo não, porque eu tô dizendo é a verdade! E eu me importo? Isso aqui é a coisa mais... Pior do que isso aqui na vida da pessoa?! O pobre direto atrás do serviço para trabalhar, sem ter! Pobre não tem vez não, mas o rico pode roubar, pode fazer e acontecer que pra cadeia não vai. Mas o pobre nem trabalhar não pode. Se fosse uma turma de vagabundo, eu duvido que acontecia isso aqui.

Dá revolta! Dá revolta um negócio desse! Dá revolta!"

Sem qualquer conversa, vão embora os agentes designados para a operação de remoção dos barracos. O time do governo sai de campo - é hora do almoço - e deixa para trás os catadores sem mais informações sobre o que aconteceu, sobre o que irá acontecer ali ou em outros locais. Como resultado, o acampamento desfigurado não tem mais os barracos e sim montes de lixo.

*

No dia cinco, quinta-feira, voltamos ao Pé de Manga pensando que não haveria outra ação de fiscalização tão cedo. Depois de mais um dia de filmagens mais parecido com a primeira manhã, captamos entrevistas, conversas, momentos de reconstrução dos barracos e outros gestos cotidianos. Na sexta-feira, seis, mais uma vez recebemos uma ligação do pessoal de Iguatu para falar que novamente a Agefis havia retornado ali para ameaçar os catadores que tinham reconstruído seus pontos de estadia no Plano Piloto.

O trabalho que registramos de Jorge arrumando as tábuas e cobrindo com a lona o barraco na quinta se desfez ainda antes das 10h da sexta, quando os auditores voltaram com mais tempo - tempo não só de remover, mas de reprimir as catadoras e catadores. Filmar uma derruba, significa olhos externos sobre a ação. A câmera vira escudo para nós, e muito mais, para as/os catadoras/es protagonistas.

Dona Caçula e Vitória estavam consternadas com os disparates que ouviram de auditores do governo que tomaram seu tempo como servidores do Estado para humilhá-las

esbanjando arrogância e incompreensão completa da situação. Segundo Dona Caçula, sem câmeras para registrar a ação da Agefis, dessa vez, eles disseram que “na cadeia não ia faltar nem pão nem água para eles que eram trabalhadores; que lá tinha creche para criança e que teriam teto e muito espaço para pessoas como elas, gente que deveria ter estudado e não estar no meio do lixo dos outros”.

Diante da confirmação explícita que durante todo o mês de julho o governo estaria empenhado na erradicação dos catadores do Parque, Dona Caçula e seu Raimundo tem se mantido durante a semana no Pé de Manga não mais em um barraco de madeira, mas em uma barraca de acampamento, dessas dobráveis e compactas. Durante o dia, desmontam a barraca, mas continuam a habitar o pé de manga nos dias que não estão no Paranoá. Como abandonar as bicicletas e os recicláveis acumulados para venda se isso constitui seu meio de sustento?

Começar do zero e enxugar gelo: (re) apropriações urbanas

Muito mais do que a sujeira eventual, residual da reciclagem, a presença de pessoas fora do lugar é repetidamente evitada e punida. As últimas promessas do pessoal do Agefis, para além da truculência e da humilhação, dizem respeito a apreensão dos recicláveis como medida desesperada para promoção da higiene social. Em ano eleitoral, e após a Terracap assinar um TAC sobre a implementação do Parque Burle Marx, os auditores tentam de toda forma forçar a erradicação da favela dos espaços de centralidade de Brasília na base das ameaças.

Dona Caçula quando se pergunta se sempre terão que recomeçar do zero, indica que depois da derruba, sempre há um recomeço: a continuidade da reciclagem como ofício e conseqüentemente das ocupações de Cerrado como locais de trabalho. Começar do zero diz respeito a não poder progredir no sentido profissional, do trabalho. Após a derruba, a vida continua como sempre continuou, mas terá que se recomeçar com a certeza que seus esforços como trabalhadora, agente de limpeza urbana e catadora de recicláveis não são reconhecidos ou valorizados na cidade, do contrário, são punidos.

Reconstruindo repetidamente os pontos de trabalho, os catadores tem que agir na contramão do cálculo do Estado, que, em nome da preservação ambiental da natureza, incide com sua máquina de guerra sem que se contabilizem os processos técnicos, sociais e históricos impressos nos espaços e nas técnicas da reciclagem autônoma e irregular. Apesar das sucessivas ações de desocupação do cerrado³⁵, os catadores não somem como se o gesto mágico da performance dos tratores revertesse a exclusão social no país, fazendo desaparecer os catadores informais e *suas manchas* na cidade.

As ocupações autoconstruídas desse e de outros grupos indicam uma fronteira (AGIER, 2015), uma margem de onde é possível investigar as práticas do grupo tanto quanto a própria cidade. O (não) lugar³⁶ do catador aponta necessariamente para as características sociais, ambientais e estéticas de Brasília. Michel Agier pensa esses movimentos marginais (menos físicos do que simbólicos) como fenômenos privilegiados para compreender as relações na cidade para além das virtualidades do planejamento ou do urbanismo. Busco dialogar com esses funcionamentos estatais no sentido de favorecer alguma comunicação entre as grandezas incomparáveis dos atores envolvidos: catadores avulsos e próprio Estado - Brasília como entidade governamental, capital federal e ideário modernista.

Dadá relata em conversa posterior à derruba, no dia 5 de julho, que a pior época foi no governo Arruda, quando o Noroeste começava a ser construído. A vigilância dos fiscais mesmo quando era mais atenta ao ponto de impedir a fixação dos barracos, não poderia evitar que os catadores armassem as lonas no fim da tarde, fora do horário de expediente, quando improvisavam suas cozinhas e pousos camuflados na vegetação. A precariedade daqueles dias foi superada apenas com a conquista dos apartamentos, nunca com a ação de desmanche das ocupações.

A política de acesso às moradias obteve êxito no sentido de que as famílias não voltaram à situação de rua, ainda que os trabalhadores tenham voltado ao Cerrado como catadores avulsos. Mesmo nos casos em que as crianças e os pais estão nos barracos durante a semana, a consternação da desapropriação é atenuada pela certeza de que há, sim, um teto

³⁵ No Parque Burle Marx ou em outras regiões do Plano Piloto, como na L3 Norte, imediatamente vizinha à UnB.

³⁶ O não lugar aqui não significa o espaço saturado dos fluxos como sugere M. Augé. O não-lugar está para o vazio, para o natural em oposição ao construído.

para morar fora dali. A relativa tranquilidade de Dadá quando fala do presente diz respeito à segurança de sua família que não está exposta aos riscos do mato, ao relento e às violências do próprio Estado como acontecia no tempo em que não tinham casa própria.

A persistência dos catadores não é, portanto, questão de teimosia ou mera insistência, mas indica uma contraeficiência, uma tática contra as estratégias de opressão (DE CERTEAU, 1998) nos dispendiosos, repetidos e inócuos rituais de purificação promovidos pelo Estado sob os holofotes do jornalismo local. Para nós, o dia da operação foi mantido em sigilo, mas uma equipe de telejornalistas acompanhou a derruba no Parque do início ao fim, realizando imagens desde o solo e também por meio de helicóptero. Por fim, em uma dia de notícias de tragédia, a reportagem não totalizou sequer vinte segundos no jornal do horário do meio-dia da Rede Globo, o DF2. Informa-se que a operação desocupou 53 mil metros quadrados de área com "entulho e lixo de todo tipo".

Quando a Agefis notifica a ocupação e promove repetidas derrubas no mesmo local, ela por um lado tem o sucesso da exibição de um verdadeiro e imponente desfile tecnológico e militar. Mas se o objetivo da operação é, de fato, a remoção das “invasões” e a preservação de Brasília como patrimônio urbanístico, o Estado falha brutalmente tanto em preservar a área de Cerrado, desocupando-a, quanto em fortalecer as ações de sustentabilidade que são arduamente desempenhadas por uma população em vulnerabilidade. Se considerarmos que eficácia não tem a ver com a tecnotopia de máquinas e automatismos, e sim com alcançar os efeitos esperados (SIGAUT, 2003), os frágeis barracos dos catadores provam ser mais eficientes do que os tratores, as viaturas e as derrubas.

O acampamento, esse e outros, são decodificados como *lixo e entulho* - algo que suja o meio-ambienta, afinal o Parque Burle Marx é uma área de interesse ecológico. Apesar disso, o lixo produzido pela incidência dos tratores informa que a restituição do ambiente natural, na lógica do Estado, acontece menos na limpeza efetiva da área e mais na destruição dos barracos. Ao avançar sobre os acampamentos, sobre os pertences dos catadores, e tratar uma ocupação cuja finalidade é ser ponto de apoio para reciclagem como uma infração dos trabalhadores avulsos, o Estado se exime de apoiar as pessoas e as comunidades que persistem nesse trabalho por anos e até décadas. Afinal estamos falando de uma atividade

produtiva e autônoma que demanda um *conhecimento* específico do espaço e da técnica cotidiana, conhecimento que não é removido com os barracos.

Quando o servidor da Agefis, ainda em outubro de 2017, resume seu trabalho como "enxugar gelo", reconhece que o problema das ocupações irregulares não será resolvido com a simples atividade de destruir os barracos. A percepção individual desse agente infelizmente não muda a política do órgão conhecido por coibir outras atividades do mercado informal como a atividade de comércio ambulante na rodoviária e até a arte na cidade.

Todo o esforço de se apropriarem do desenho de Brasília e conquistarem para si, de fato, o direito à cidade a partir da luta diária com a reciclagem, como cidadãos dignos e autônomos, esbarra na *eficiência* do Estado que deve eliminar a sujeira. Como no caso dos moradores de rua da W3 Norte, o tempo revela que a permanência e a resistência ultrapassam as ações punitivas e as perseguições do Estado que contabiliza metragens improváveis diante da história dos Cerrados na capital. Ou como ensina Bibi: "se derrubam de um lado, a gente levanta do outro". Quando o Estado remove uma invasão, marca que certos lugares estão interditados para os usos dos catadores, portanto, outros espaços deverão ser conquistados, descobertos e reconhecidos como lugares favoráveis. Ou as mesmas áreas após a saída da fiscalização abrigarão os ponto de trabalho, ou isso acontecerá em outras áreas de Cerrado. Portanto a perseguição contra os catadores não inibe, e sim, quanto mais eficiente em violência e repressão, gera novas ocupações no Cerrado.

A forma de se apropriar de regiões de vegetação, a situação de cerrado, dialoga com toda a história da cidade em que os barracos e a resistência popular tem fundado novas cidades satélites e estabelecido outras cidades cujo perfil difere Plano Piloto, Brasília pensada como capital destinada aos membros dos órgãos burocráticos. Essa separação marcante dos trabalhadores e da população das classes populares marca o que Paíque Santarém denomina como a *escala segregacional* da cidade. Como as escalas urbanas indicadas por Lúcio Costa, esta escala comporia o desenho urbano de Brasília nos repetidos processos de expulsão que criam as satélites na erradicação das ocupações na centralidade da cidade. As ações de derruba, com suas máquinas velozes de destruição, continuam a atender esse ideário de exclusividade do Plano Piloto como privilégio, segregação e elitismo.

Não se reconhece que o que sobra nos acampamentos, os barracos e mesmo os plásticos, a sujeira aparente, são os resíduos de políticas públicas mal sucedidas que acabam empurrando por omissão os trabalhadores da reciclagem autônoma aos espaços públicos, local onde desenvolveram por si, técnicas e conhecimentos próprios. Se consideradas as *carradas* de recicláveis e reaproveitáveis retirados das lixeiras do Plano Piloto em anos de trabalho a partir das cargueiras, carroças, carrinhos de supermercado e carrinhos de peito, a reciclagem de rua, avulsa e paralela à formalizada em cooperativas, associações e empresas, apresenta, ela sim, uma operação milagrosa de reversão da precariedade em eficiência produtiva e ambiental.

As bicicletas da reciclagem e as sucatas dos carros

Para De Certeau (1998) lugares são coordenadas estáticas, pontos no mapa, enquanto os espaços são domínios da dinâmica, acontecem na experiência. Nesse sentido, diferenciaremos o Parque Burle Marx como um lugar estabelecido de forma abstrata, pelo Estado, e o Pé de Manga como um espaço dos catadores autônomos: uma disputa que incide sobre a mesma área de cerrado. A disputa entre essas duas diferentes perspectivas de ocupação urbana se revela na completa incomunicabilidade entre os agentes do Estado e os catadores em sua forma de estar em Brasília.

Em dois anos de ocupação do Parque Burle Marx, os catadores das cargueiras não avançaram sobre o parque, mantiveram-se sob as mesmas sombras das mangueiras. A área, ironicamente, é vizinha imediata do depósito de sucatas do Detran. No último projeto elaborado para a consolidação e urbanização do PEBM, em 2010, quando o local era um importante chamariz para a venda do bairro Noroeste como "o primeiro bairro ecológico do Brasil", estava prevista a retirada do depósito de carros do Detran dada a incompatibilidade da área em relação às funções do parque urbano³⁷.

"A área do Parque foi ao longo do tempo intensivamente ocupada por barracos, já diversas vezes retirados, mas que retornavam, geralmente habitados por catadores de lixo. Em 1997, foi feito o cadastramento de todos os barracos existentes no interior do Parque, os quais foram remanejados.

³⁷ Segundo reportagem do Metrôpoles, o espaço do Detran ocupa não só um, mas quatro lotes dentro do Parque totalizando uma área de milhares de metros quadrados.: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/meio-ambiente/detran-ignora-ordem-e-reserva-ecologica-do-noroeste-segue-ameacada>,

Ao sul da UP, o Detran instalou um depósito de veículos, função inadequada à escala bucólica e como interface do Parque”.³⁸

Um extenso depósito a céu aberto aonde acumulam-se sucatas de carros apreendidos e acidentados parece não mobilizar as máquinas da fiscalização da mesma maneira como podem incidir sobre os catadores e suas precárias soluções arquitetônicas. No entanto, mais perigosa do que os barracos é a possibilidade de contaminação do solo das baterias dos milhares de carros depositados ali. A área onde amontoam-se latarias enferrujadas continua ocupada sem previsão de retirada ironicamente é o ponto de encontro do pessoal dos diversos órgãos que promovem as remoções dos barracos e ainda sim não podem impedir, no tempo da repetida ritualidade de suas ações, que os catadores de recicláveis voltem a ocupar o Parque Burle Marx em áreas que já conhecem e tem permanecido há historicamente.

A velocidade e a vigilância do Estado, por mais repressiva que venha a combater a presença dos barracos, não resulta na desocupação do PEBM, muito menos observa que as áreas ocupadas pelo Detran, do próprio Estado, representam riscos de contaminação ambiental mais preocupantes do que o impacto da presença duradoura dos catadores de recicláveis e seus materiais. Na lógica do Estado fica evidente que a desocupação dos catadores é urgente. A permanência do depósito dos carros, do próprio Estado, no entanto, parece irrelevante e inexistente. A eficácia do Estado em derrubar barracos desvia do próprio Estado que mantém protegidos os monumentos e as ruínas da insustentabilidade. Analisando o caso de Estocolmo, em "uma cidade sobre a água" e a construção das pontes que ligam uma região a outra, de acesso exclusivo para carros, caracteriza o que Martin Emanuel (2015) chama de "**monumentos da insustentabilidade**". Literalmente sobre a concretude, consequência do planejamento urbano, algumas escolhas políticas que favoreceram o trânsito exclusivo dos carros, criaram problemas praticamente incontornáveis do acesso das bicicletas a determinadas regiões da cidade. Algo semelhante acontece agora no trevo norte de Brasília. Na expansão da DF-020 e no alargamento da ponte do Bragueto, as escolhas do projeto incidem sobre os direitos de circulação de pedestres e ciclistas, desfavorecendo a quem já transita pelo local, desestimulando, conseqüentemente, a adoção da mobilidade de potenciais ciclistas.

³⁸ http://www.segeth.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/AP09_UP-04_Parque-Burle-Marx.pdf

No centro da cidade repousa um cemitério de carros representando mais uma ruína que um *monumento da insustentabilidade*, um monumento poluente tanto no acúmulo de carros em uma área de preservação ambiental, quanto do risco de contaminação do solo pela sucata abandonada e seus elementos químicos perigosos. A falência dos modelos automobilísticos e urbanísticos ainda extremamente incentivados em Brasília, de investimento na expansão de uma malha viária exclusiva para automóveis ficam expostas na monumentalidade da ruína feita de sucata.

Se o Estado e sua máquina de guerra incidem sobre os barracos com a justificativa de liberar uma área ecológica, por outro lado, o Detran recebe notificações de natureza burocrática e sua incidência ilegal e ilegítima sobre a reserva ecológica permanece protegida pela impossibilidade do Estado de agir contra si próprio. Por ser parte da máquina do Estado, o depósito de carros, mesmo quando ocupa uma grande área de finalidade ecológica, permanece menos poluente simbólica e legalmente do que barracos cuja finalidade é ser ponto de apoio de catadores autônomos que reciclam e reaproveitam o que Brasília consome e descarta.

Assim, o PEBM como equipamento urbano e parque ecológico deixa de ser implementado e a reciclagem como parte das atividades sustentáveis e desejáveis da cidade deixa de ser reconhecida. A reciclagem, aliás, continua a ser considerada, quando de fronteira - de rua, de Cerrado - muito mais uma atividade poluente do que parte do ciclo de preservação ambiental da cidade. Por não pertencerem a um padrão estético de sustentabilidade desejada, a do urbanismo verde que chamaremos aqui de *cosmética sustentável*, os catadores do Noroeste e do Parque Ecológico Burle Marx, apesar do trabalho de interesse ambiental que promovem diariamente continuam *esculachados*, marginalizados e considerados parte eliminável mais até do que as sucatas de carros abandonados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei evidenciar paradoxos na construção da sustentabilidade urbana a partir dos aprendizados vividos entre novembro de 2016 a julho de 2018 junto a uma comunidade de catadores autônomos, o pessoal das cargueiras. Seus meios de trabalho e seus processos de mobilidade social e espacial tem indicado outras vias para que a sustentabilidade urbana ultrapasse os discursos comerciais e passe a integrar o urbanismo verde no sentido da efetividade dos arranjos técnicos criados a partir dos usos.

Visamos com este trabalho ter contribuído para o reconhecimento das práticas autônomas cujos aspectos inovadores e sustentáveis encontram no imaginário moderno um contexto desfavorável para sua a promoção e desenvolvimento. A sustentabilidade que hoje está inserida nos discursos do *marketing das cidades* parte de decisões de consumo de um público que identificou suas escolhas de compra como forma de reforçar ou inibir efeitos sobre si, sobre o meio-ambiente e sobre a sociedade. As práticas e os processos embutidos nos produtos mercadológicos contam na valoração dos produtos e por afetarem não só a consciência dos consumidores mas estarem de acordo com padrões esperados (BRAYNER, 2013). Proveniente da contracultura, o discurso da sustentabilidade não deve, por outro lado, mascarar processos e efeitos que contradigam seus princípios de justiça social, equilíbrio ambiental e inclusão econômica.

A contracultura dos anos 1970, na Europa, e uma conscientização a respeito do consumo fez com que as escolhas técnicas em relação à descentralização das tecnologias (*low-fi, do-it-yourself*) fossem compreendidas como ações contra o sistema de aceleração que vem a agravar o Antropoceno. A recusa do automóvel e o trânsito com bicicletas tem caracterizado nas cidades consideradas sustentáveis exemplos desejáveis de mobilidade urbana, um importante fator de acesso e de manutenção da qualidade de vida da população. Essa tendência da contracultura e do consumo consciente encontra eco em ações como as escolhas por tecnologias de baixo consumo de energia em prédios de alto padrão no bairro Noroeste, o padrão LEED de energia presente no Manual Verde que determina como devem ser as construções no bairro.

Temos observado que a sustentabilidade no caso do bairro Noroeste tem sido um valor incorporado à modernidade brasileira do século XX, movimento que produziu a arquitetura e o urbanismo originais de Brasília. Defendemos aqui que a sustentabilidade como componente do urbanismo verde, em que estão articuladas o conforto individual e a consciência ambiental, deve ultrapassar o sentido de exclusividade e de idealismo do consumo. A sustentabilidade urbana deve incorporar também as práticas populares e reconhecer o efetivo trabalho de reversão do lixo em resíduo sólido reciclável e bens reaproveitável.

Até aqui, buscamos indicar com a narrativa dos relatos em movimento e nossos esboços mais analíticos o contexto histórico e social que toca a realidade dos catadores e a vivência urbana brasiliense, as especificidades e os paradoxos que devem ser vistos mais de perto para que a modernidade que constitui a cidade não seja mera continuidade dos processos históricos (VIDAL, 2009) de desigualdade e exclusão social abrangentes em todo o país.

As atividades de reciclagem, tanto as ditas avulsas como as organizadas, devem ser portanto não banidas como meros resíduos fora do lugar, mas como práticas efetivas na reversão da pobreza, da desigualdade social e do problema da poluição do lixo por parte da sociedade de alto poder aquisitivo. Sugerimos que as práticas dos catadores independentes sejam consideradas componentes do equipamento urbano. Tanto por sua eficácia sentido das soluções técnicas que lhes possibilitam autonomia pessoal, rentabilidade e pela atividade de limpeza urbana, como tem ainda na sensibilização da população para a coleta seletiva e para a separação dos materiais descartados. O catador ciclista e outros catadores que tem usado de meios de transporte e de trabalho alternativos à coleta sistematizada pelo GDF devem portanto ser considerados parte importante da limpeza pública e da reciclagem dos resíduos sólidos.

É primordial o reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem autônoma no sentido da inclusão de suas técnicas e conhecimentos e no fortalecimento de suas cooperativas e associações, ou ainda, no acompanhamento para que a formalização na reciclagem seja um caminho possível, acessível e justo. A repressão das ações de remoção pura e simplesmente não favorece sequer o objetivo da fiscalização de coibir o uso do solo de área públicas de vegetação no DF, menos ainda promove que as bicicletas e outros veículos

limpos da reciclagem sejam reconhecidos como parte integrante da cidade que efetivamente integram.

Do contrário, esses trabalhadores e trabalhadoras continuarão a ocupar áreas de Cerrado e outras partes da cidade de forma irregular e também continuarão a manter relações mercadológicas desiguais e precárias, construindo suas formas de sustento sempre "do zero". Deve-se considerar que com o reconhecimento e ainda com investimento e apoio, os catadores podem encontrar então outras formas de reciclar mais estruturadas e menos exploratórias no sentido físico e mercadológico. A contraeficiência do catador avulso do Cerrado deve portanto ser reconhecida como uma alternativa a ser apoiada no sentido da autonomia dos coletivos e das pessoas. Observe-se que esse público tem um histórico de conhecimento das técnicas da reciclagem e também de dissidência de organizações associativas.

Para isso, é fundamental que a reciclagem deixe de ser considerada apenas uma atividade secundária, indesejada e suja e passe a ser percebida como uma solução no sentido do impactos urbanos sobre o meio-ambiente também na centralidade das cidades, local de maior produção de resíduos.

Um exemplo de alternativa já adotada em outras cidades, Fortaleza e Recife, é o *Relix*: um programa financiado pelas prefeituras para o acesso aos catadores "carroceiros" a bicicletas, ou melhor, triciclos adaptados para a reciclagem de rua. Em Brasília, por inventividade própria, os catadores da Asa Norte já encontraram e difundiram formas eficientes do ponto de vista físico e econômico de transportarem e encontrarem os materiais de seu interesse. No entanto, a prática das bicicletas cargueiras que se difundiu desde o Noroeste até a Asa Norte, encontra mais dificuldades do que incentivos para seguir adiante.

As bicicletas são veículos ideias que conjugam a sustentabilidade ambiental (silêncio, limpeza, transporte público eficiente) aos aspectos de conforto, autonomia, custo-benefício e liberdade pessoal (Oldenziel e Trischler, 2016). Se as bicicletas da reciclagem, que radicalizam a função do veículo no acúmulo de volumes gigantescos são perseguidas e estão

em uma zona de ambiguidade e de fronteira, em outros locais e mesmo no DF³⁹, a bicicleta tem sido um marco de sustentabilidade urbana.

Para que possam aprimorar seu ofício no sentido de uma maior eficiência socioprodutiva: mercadológica, física e econômica, é necessário que os catadores ciclistas possam ter uma sede fixada próxima às fontes de materiais que vem das quadras residenciais e comerciais. Apenas com o reconhecimento de que o catador autônomo, ciclista ou carroceiro, deve estar próximo aos materiais coletados em pontos de trabalho com a mínima salubridade e segurança, será possível então coibir as ocupações irregulares como é almejado pelos órgãos fiscalizadores. Se o Estado busca soluções para a preservação do Cerrado, é necessária uma leitura humana do sentido da sustentabilidade e da inclusão da reciclagem popular em suas soluções autônomas e espontâneas no desenho da cidade. Não será e nunca foi a punição da informalidade a solução para transformação nem de Brasília como cidade limpa e sustentável, nem nos catadores autônomos como parte integrante e efetivamente incluídos como está determinado tanto na Política Nacional de Resíduos Sólidos quanto na Política para Inclusão da População de Rua.

No caso da comunidade de Iguatu, percebemos que as políticas de inclusão no sentido do acesso à moradia favoreceram a efetiva desocupação do Noroeste e da ARIE Cruls. Porém, sem o acompanhamento, no sentido do acesso ao trabalho, as áreas de Cerrado voltam a ser ocupadas por trabalhadores que não podem esperar o tempo burocrático para encontrarem seu sustento.

A volta dos catadores para as áreas públicas, ou antigas ou novas ocupações como o Pé de Manga, demonstra, por outro lado, que a performance bélica do Estado não atinge os efeitos nem de limpeza nem de desocupação das áreas de vegetação nativa no DF. A experiência das moradias no Paranoá Parque ensina que só com a inclusão o catador terá oportunidades reais de uma mudança de local e de perspectiva social, uma verdadeira alternativa.

Portanto, no desenho de inclusão, devem ser respeitados os *conhecimentos*, as técnicas, as relações e as práticas que já funcionam para os catadores autônomos e não só a

³⁹ O programa de bicicletas públicas +Bike oferece aos cidadãos e cidadãs cadastradas acesso em diferentes pontos do Plano Piloto, mas ainda não se estendeu a outras cidades satélites do DF.

tendência a converter um trabalhador polivalente (catador, ciclista, feirante) em uma modernidade já ultrapassada, *fordista*, onde este profissional fica restrito a um mero triador. Com isso, dizemos que nas cooperativas ou associações a polivalência também deve ser observada e fortalecida.

Com todas essas observações noto, ao fim da pesquisa, entre outras questões que podem e devem ser aprofundadas em futuros trabalhos: o desafio da formalização e da inclusão para a economia solidária dos catadores independentes. Enquanto o atravessamento entre os circuitos superior e inferior da economia mostrar maior rentabilidade do que a economia solidária, dificilmente haverá uma transformação das relações sociais para quem é catador autônomo. Sem dúvida, há necessidade de maior atenção a essa questão em futuras pesquisas.

A intenção deste trabalho foi salientar as inovações de um grupo de catadores que reverteu não são o lixo em bens produtivos, mas a precariedade em autonomia e criatividade. Como se propunha a Associação Pop de Rua, esperamos colaborar para "abrir caminhos" para o reconhecimento dos catadores de Iguatu em sua perspicácia, inteligência e conhecimento da cidade. Esperamos ter oferecido uma visão que possa aproximar vivência do pessoal das cargueiras e outros coletivos do Cerrado à narrativa do urbanismo verde e da sustentabilidade no DF.

ÍNDICE DE QR CODES



1. **Barracos da Espera** : <https://vimeo.com/202365876>



2. **Conversa com o Dadá**: <https://vimeo.com/282316177>



3. **Doquinha soltando pipa**: <https://vimeo.com/235533904>



4. Rota de Bila: <https://vimeo.com/282322724>



5. Das Derrubas: <https://vimeo.com/257833801>



6. Rota da Cargueira: <https://vimeo.com/282333956>

REFERÊNCIAS

MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

- ACSELRAD, Henri; LYNCH, Barbara Deutsch** (org) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro : Lamparina, 2009.
- AGIER, Michel**. *Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro*. Mana 21(3): 483-498, 2015.
- ARAÚJO, Carlos Henrique**. *Migrações e vida nas ruas*. In BURSZTYN, Marcel. [org] No meio da Rua. Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, p. 88-120, 2000.
- BARTHES, Roland**. *A câmara clara: notas sobre fotografia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira (Saraiva de Bolso): 2012.
- BORGES, Antonádia**. *Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política*. In Mana, v. 11, n. 1, p. 67-93, 2005.
- BRAYNER, Thais Nogueira**. *É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés-Brasília/DF*. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.
- CALVINO, Italo**. *A aventura de um fotógrafo*. In Os Amores Difíceis. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (org)**. *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Univ. of California Press, 1986.
- CORDEIRO, Alex Sandro Lopes**. *Fazer família e cidade na habitação da rua: Brasília em suas múltiplas habitabilidades*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32373> Acesso: ago. 2018.
- CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; KEMP, Valéria Heloisa**. *Catadores na cena urbana- Construção de políticas socioambientais*. Autêntica, 2018.
- DAMÁSIO, J**. *Impactos socioeconômicos e ambientais do trabalho dos catadores na cadeia da reciclagem*. Brasília: MDS/Pangea, 2010 (Relatório Final).
- _____. *Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis*. MDS/Pangea, 2006 (Relatório Final).
- DAMATTA, Roberto**. *A casa e a rua: cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DEBARY, OCTAVE. "Antropologia dos restos: da lixeira ao museu." Pelotas: Um2: 2017.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1998.

DE SANT'ANA, Diogo; METELLO, Daniela. *Reciclagem e inclusão social no brasil: balanço e desafios.* 2016. In PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. GOES, Fernanda Lira. "Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional." (2016). IPEA: Brasília, Brasil.

DYTZ Rebecca Valões. *Lixão na Estrutural: uma paisagem no tempo.* Monografia (Bacharelado em Antropologia) — Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/19695>. Acesso: ago. 2018.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo.* São Paulo: Perspectiva, 2014.

DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2011.

EMANUEL, Martin. *Monuments of Unsustainability: planning, path, dependence, in Cycling in Stockholm.* in: OLDENZIEL, Ruth; TRISCHLER, Helmuth (org.). *Cycling and Recycling: Histories of Sustainable Practices.* Berghahn Books, 2015.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. *A invenção da superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhaça em Brasília.* Brasília: IPHAN, 2008.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara Helena de Andrea; BUSATO, Maria Assunta. *O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental.* Cadernos EBAPE. BR, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5495/4215>. Acesso: 29 abr. 2017.

FONSECA, Cláudia. *O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'.* In Teoria e Cultura. Juiz de Fora, V.2/N.1 e 2, p 39-53, jan/dez 2008.

HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade.* Petrópolis: Vozes, 2015.

HANH, Hans Peter. "Use and Cycling in West Africa" in: OLDENZIEL, Ruth; TRISCHLER, Helmuth (org.). *Cycling and Recycling: Histories of Sustainable Practices.* Berghahn Books, 2015.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INGOLD, Tim. *Antropologia não é etnografia* (tradução de Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles), do texto original publicado em INGOLD, Tim. Epilogue: "Anthropology is not Ethnography." In: _____. *Being Alive.* Routledge: London and New York, 2011.

GONÇALVES, Marco Antônio. *Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens.* In *Etnobiografia: subjetivação e etnografia.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

JANUZZI, Vinícius Prado. *O céu e a terra: O Setor Noroeste e seus primeiros moradores.* Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20080>. Acesso: ago. 2018.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico.* *Mana*, v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008.

MARCUS, George E. *A estética contemporânea do trabalho de campo na arte e na antropologia: experiências em colaboração e intervenção.* in: BARBOSA, Andréa; da CUNHA, Edgar Teodoro; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana (org.) *Imagem-Conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos.* Campinas: Papiрус, 2009.

OLDENZIEL, Ruth; TRISCHLER, Helmuth (org.). *Introduction in Cycling and Recycling: Histories of Sustainable Practices.* Berghahn Books, 2015.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. O urbano e suas múltiplas dimensões. In: PATRIOTA DE MOURA, Cristina. (Org.). *Anuário Antropológico/ 2012*, Brasília, UnB, 2013, v. 38, n.2, pp. 0915.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina; VASCONCELOS, Larissa. Trajetórias, trajetos e 'motilidade' na Universidad de Brasília. *Antropolítica*, Niterói, n. 32, p. 87-112, 1 sem. 2012.

PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. *Horiz. antropol.* vol.20 no.42 Porto Alegre Julho/Dez. 2014, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015. Acessado: ago de 2018.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira [org]. *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.* Brasília: IPEA, 2016.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana et al. *Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de material reciclável do Estado do Rio de Janeiro.* *Nova Economia*, v. 24, n. 1, p. 191-214, 2014.

SABOIA, Luciana e DERNTL, Maria Fernanda (org). *Brasília 50+50 : cidade, história e projeto.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. *A Cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça.* 2013. 158 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.

SANTOS, Milton. *Cidades nos países subdesenvolvidos.* Civilização Brasileira: 1965.

_____ *O tempo nas cidades*. Coleção Documentos. Série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, 2001. Disponível em:
<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/arquivos/arquivo-71.pdf>.

_____ *Espaço dividido : os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, O - 2. ed. / 2002 - Livros

SARAIVA PANTOJA, Leila. *"Nem vítima, nem algoz: mulheres de bicicleta em Brasília"*. Série Antropologia. n. 443. Departamento de Antropologia - UnB. 2014.

SCHVARSBURG, Alan. *A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense*. 2009. 59 p. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Centro Universitário de Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1114/2/20682188.pdf> Acesso: ago. 2018.

SILVA, Bernardo Peixoto Leal Ferreira. *Vidas no Prelo: persistência da linotipo e de seu mecânico na Cidade Ocidental-GO*. 2017. 130 p. Monografia (Bacharelado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em <http://bdm.unb.br/handle/10483/17480> acesso: ago 2018.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. *O que fazemos do que fazem de nós: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil*. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19738>, acesso: ago 2018.

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável: Centro Oeste*. Brasília, IPEA: 2013

STOFFERS, Manuel. *The Politic of bicycling inovation: comparing the American and Dutch Human-Powered vehicle movements 1970-present* in: OLDENZIEL, Ruth; TRISCHLER, Helmut (org). *Cycling and Recycling: Histories of Sustainable Practices*. Berghahn Books, 2015.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução de Florence Maria Davret. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B., DANOWSKI, Deborah. *Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins..* Brasília: Editora Cultura e Barabárie, 2014.

ZANETI, Izabel C. B. B., Laís M. SÁ, and Valéria G. ALMEIDA. "Insustentabilidade e produção de resíduos: a face oculta do sistema do capital." *Sociedade e Estado* 24.1 (2009): 173-192.

MATERIAL GOVERNAMENTAL E LEGISLATIVO

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm . Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. Política Nacional para inclusão social da População em situação de rua. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: ago. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Terracap. *Manual Verde do Setor Noroeste*, 74p. 2009. Disponível em: <http://www.terracap.df.gov.br/internet/arquivos/0044103478.pdf>. Acesso em ago. 2018.

DISTRITO FEDERAL. IBRAM. Mapa das áreas ambientais do DF: <http://www.ibram.df.gov.br/pdfs/institucional/Mapa%20Ambiental%202014.pdf> Acesso em ago. 2017.

DISTRITO FEDERAL. IBRAM. Plano de Ocupação do Parque Burle Marx, 257p: 2008.

DISTRITO FEDERAL. SEMATEC. Implantação do Parque Ecológico Norte, 110p: 1992.

MATERIAL JORNALÍSTICO

CORREIO BRAZILIENSE. "Após 13 anos na Justiça, indígenas obtêm demarcação de terras no Noroeste", Brasília, 01 de julho de 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/29/interna_cidadesdf,691991/apos-13-anos-na-justica-indios-obtem-demarcacao-de-terras-no-noroeste.shtml . Acesso em: agosto de 2018

REDE GLOBO. "No Noroeste, moradores continuam preocupados com a insegurança na região" **DFTV**, Brasília, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5418258/>. Acesso em: ago 2018.

METRÓPOLES. "Detran ignora ordem e reserva ecológica do Noroeste segue ameaçada", 22 dez. 2016. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/meio-ambiente/detran-ignora-ordem-e-reserva-ecologica-do-noroeste-segue-ameacada>, Acesso em: ago 2018.